



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 46

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 13 de março de 2025

Presidente: *Deputado Joaquim Machado (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Luís Garcia)*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 1 minuto.

Após a chamada dos Deputados, teve início o Período de Tratamento de Assuntos Políticos (PTAP) com os seguintes votos:

— Voto de Congratulação à Associação Cristã da Mocidade pelas recentes conquistas de medalhas nacionais. O voto foi apresentado pelo PSD, cuja leitura coube ao Deputado Luís Soares. Sobre este voto, interveio o Deputado José Miguel Toste (PS), ao que, no fim, foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação às Danças e Bailinhos do Carnaval da Ilha Terceira. A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com a leitura feita pelo Deputado Pedro Pinto. Relativamente a este voto, manifestaram-se os Deputados Luís Soares (PSD), Francisco Lima (CH) e Berto Messias (PS). Este voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Pesar pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores. O Grupo Parlamentar do PS propôs esta homenagem, cuja leitura foi realizada pelo Deputado José Miguel Toste, tendo sido aprovada por unanimidade.

— Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Simões Flores. O CDS-PP apresentou este voto, com a leitura, novamente, a cargo do Deputado Pedro Pinto. Usou da palavra o Deputado Luís Soares (PSD) e o voto foi aprovado por unanimidade.

Dando continuidade ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos, sucedeu-se a intervenção do Deputado Nuno Barata da IL – Declaração Política: "Reformas impõem-se para o desenvolvimento socioeconómico dos Açores". No âmbito desta Declaração Política, usaram da palavra os Deputados José Pacheco (CH), Carlos Silva (PS), João Bruto da Costa (PSD), Paulo Margato (PPM), António Lima (BE), Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão) contribuindo para um debate alargado sobre a matéria em questão.

Sucedeu-se a intervenção do Deputado Pedro Neves do PAN relativamente a outra Declaração Política: "Discursos de ódio, racismo e xenofobia". Durante esta intervenção política no parlamento, participaram no debate os Deputados João Bruto da Costa (PSD), Andreia Cardoso (PS), Paulo Margato (PPM), José Pacheco (CH), Nuno Barata (IL) e António Lima (BE), apresentando as perspetivas dos respetivos partidos, e, novamente, o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

No final da manhã, foi ainda feita uma intervenção pela Deputada Délia Melo do PSD – Declaração Política: "Educação nos Açores: progressos alcançados com o Governo de coligação". O debate contou com as intervenções dos Deputados José Pacheco (CH), Paulo Margato (PPM), Inês Sá (PS), António Lima (BE) e Catarina Cabeceiras (CDS-PP). A Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, Sofia Ribeiro, encerrou a discussão com esclarecimentos sobre as políticas adotadas.

Já no período da tarde, deu-se início ao cumprimento da agenda de trabalhos, começando pelo ponto 13 – Requerimento para apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII – "Cria a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional dos Açores (CReSAPRA), procedendo à reforma dos procedimentos de recrutamento e seleção para a Administração Regional Autónoma" (PS). Apenas a Deputada Cristina Calisto proferiu uma intervenção de tribuna sobre o assunto em apreço.

Seguiu-se o ponto 14 da agenda relativo ao Requerimento para apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 35/XIII – "Recomenda ao governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada" (CH). Esta iniciativa foi apresentada pelo Deputado Francisco Lima, tendo participado no debate apenas o Deputado Nuno Barata (IL).

Dando continuidade à agenda estipulada, procedeu-se à apreciação e votação do ponto 7 relativo ao Projeto de Resolução n.º 21/XIII – "Recomenda ao Governo Regional a revisão e atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes" (IL). No debate desta iniciativa, apresentada pelo Deputado Nuno Barata (IL), participaram os Deputados Francisco Lima (CH), Luís Soares (PSD), Berto Messias (PS), António Lima (BE), Pedro Pinto (CDS-PP), Paulo Margato (PPM) e, por fim, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). A iniciativa em apreço foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Prosseguiu-se com o ponto 8 da agenda relativo ao Projeto de Resolução n.º 25/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas" (CH). Apresentado com uma intervenção de tribuna pela Deputada Olivéria Santos da Representação Parlamentar do CH, seguiram-se-lhe no uso da palavra os Deputados Catarina Cabeceiras (CDS-PP), José Miguel Toste (PS), Pedro Neves (PAN), Paulo Margato (PPM), António Lima (BE), Hélia Cardoso (CH), Nuno Barata (IL),

Salomé Matos (PSD) e a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi). O diploma foi aprovado por maioria.

Passou-se, de seguida, à apreciação e votação do ponto 9 da agenda – Projeto de Resolução n.º 29/XIII – “Comissão Eventual de Inquérito ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente ao processo de recuperação e retoma dos serviços no Hospital do Divino Espírito Santo, na sequência do incêndio ocorrido a 4 de maio de 2024” (PS), uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo sido feita a sua apresentação à tribuna pela Deputada Andreia Cardoso. Assim sendo, intervieram sobre este diploma os Deputados João Bruto da Costa (PSD) e José Pacheco (CH). O diploma foi retirado pelo proponente.

De seguida, relativamente ao ponto 10 da agenda – Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade Parlamentar para que o Deputado José Paulo Machado Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do processo n.º 13/25.0PBSCF, o mesmo foi aprovado por unanimidade aquando da votação.

Sucedeu-se o ponto 12 – Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque marinho dos Açores” (PS). A Deputada Joana Pombo Tavares (PS) procedeu à apresentação deste pedido de urgência. Seguiu-se o debate que contou com as intervenções dos Deputados João Bruto da Costa (PSD), Andreia Cardoso (PS), Mário Tomé (PS), Olivéria Santos (CH) e Pedro Neves (PAN), tendo este pedido sido rejeitado pela maioria.

Ao final do dia, debateu-se o ponto 15 relativo ao Pedido de urgência relativo ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII – “Cria e Regulamenta o Cheque-Dentista” (CH). Apresentado pela Deputada Hélia Cardoso (CH), o debate contou com as intervenções dos Deputados Pedro Neves (PAN) e António Lima (BE). O pedido foi aprovado pela maioria.

No final da sessão, propôs-se o fim do período legislativo do mês de março, que acabou por ser aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos. Peço, por favor, ao Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**
Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**
Cecília Maria Soares **Estácio**
Délia Maria **Melo**
Flávio da Silva **Soares**
Francisco Manuel Raposo **Gaspar**
João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Resendes **Leal**
Luís Miguel Teixeira **Raposo**
Luís Carlos Cota **Soares**
Nídia Manuela Lopes **Inácio**
Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo José da Cunha **Simões**
Rúben Filipe Rebelo **Cabral**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**
Gualberto Costa **Rita**
Inês Soares de Oliveira e Sá
Maria **Isabel** Góis **Teixeira**
Joana Sousa **Pombo** **Tavares**
João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José **Miguel** de Freitas **Toste**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Miguel Vieira **Leal**
Mário José Dinis **Tomé**
Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros
Marta Ávila de **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Russell Michael **Sousa**
Sandra Micaela Costa **Dias**

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**
Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**
José Eduardo da Cunha **Pacheco**
José Paulo Machado de **Sousa**.
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Faim Margato

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o Público.

Neste período da manhã, os nossos trabalhos são dedicados ao Período de Tratamento de Assuntos de interesse Político (PTAP), nomeadamente para emissão de votos e declarações políticas.

Os tempos que foram definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o Governo dispõe de 20 minutos, o PSD e o PS dispõem de 40 minutos, cada, o CHEGA dispõe de 18 minutos, o CDS-PP de 12 minutos e as representações parlamentares do PPM, do BE, da IL e do PAN dispõem de 10 minutos cada, conforme também já está afixado nos painéis.

Para apresentação de votos, começamos, naturalmente, conforme dispõe o nosso Regimento, pelos votos de congratulação.

O primeiro é do Grupo Parlamentar do PSD à Associação Cristã da Mocidade, pelas recentes conquistas de medalhas nacionais. Dou a palavra, para o efeito, ao Sr. Deputado Luís Soares.

Pausa.

Presidente: Sr. Deputado Luís Soares, eu peço, por favor, que aguarde um instante, porque dão-me a nota de uma bancada, — pelo menos da bancada do Partido Socialista — ainda não ter recebido os votos. Eu vou indagar, junto dos serviços, a razão desse facto.

Pausa.

Presidente: Srs. Deputados, houve uma falha, neste caso, não foi dos serviços, foi do Grupo Parlamentar do PSD que não procedeu à distribuição pelas outras bancadas dos respetivos votos.

Pergunto, mesmo assim, se há oposição à leitura do Voto de Congratulação à Associação Cristã da Mocidade ou se passamos aos votos seguintes, por forma a dar tempo de ser feita a devida distribuição.

Não há oposição, então dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Soares, para apresentação do voto.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À ACM – Associação Cristã da Mocidade pelas recentes conquistas de medalhas nacionais

A Associação Cristã da Mocidade é uma instituição particular de solidariedade social, com sede na freguesia da Terra Chã, concelho de Angra do Heroísmo, que tem pautado a sua intervenção pela inclusão da pessoa com deficiência.

Esta missão tem sido prosseguida através das várias valências sociais, de onde se evidencia a índole desportiva, na qual a ACM – Associação Cristã da Mocidade se destaca no panorama nacional e internacional. A participação dos atletas da ACM – Associação Cristã da Mocidade em campeonatos nacionais e internacionais tem sido repleta de conquistas de pódios.

Recentemente, os atletas da ACM – Associação Cristã da Mocidade arrecadaram 28 medalhas nacionais, no Campeonato Nacional de Pista Coberta de Atletismo Adaptado que é uma das competições mais importantes do calendário da ANDDI (Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual), reunindo atletas de todo o país. Neste campeonato, decorrido no passado mês de janeiro, em Braga, reunindo atletas de todo o país, a vitoriosa comitiva da ACM – Associação Cristã da Mocidade arrecadou 12 medalhas de primeiro lugar, fruto dos desempenhos de Ana Filipe, José Ponte, Duarte Borges, Filipa Toste, Érica Nunes, Tânia Mendonça e Sara Lopes. Sete medalhas de segundo lugar, entregues a João Fialho, André Moniz, Érica Nunes, Tânia Mendonça, Yannick Coelho e Wilson Silva. Nove medalhas de terceiro lugar, para Wilson Sousa, Francisco Sousa, João Medeiros, José Silva, Érico Mandibayev, Érica Nunes e Tânia Mendonça.

No passado mês de fevereiro, a participação da ACM – Associação Cristã da Mocidade no Campeonato Nacional de Lançamentos Longos e no Campeonato de Pista Curta demonstrou, mais uma vez, a excelência dos atletas da instituição angrense.

Com efeito, Soraia Teixeira conquistou o título de campeã nacional de lançamento de disco, na categoria sub20, no Campeonato Nacional de Lançamentos Longos. Do mesmo modo, Duarte Borges sagrou-se campeão nacional no lançamento do peso de 5kg, Campeonato de Pista Curta.

O percurso destacado de Duarte Borges, Soraia Teixeira e os demais atletas da ACM – Associação Cristã da Mocidade é prova inequívoca da capacidade destes jovens. Estas conquistas no panorama nacional são motivadas pela capacidade de resiliência e de

ultrapassar desafios e barreiras destes atletas, de disciplina e de interajuda entre elementos de equipa e de socialização e convívio com os demais atletas participantes. Também são resultado de um compromisso com o exercício físico, com o estímulo físico e motivação, onde é fundamental o apoio dos técnicos, colaboradores e voluntários da Associação Cristã da Mocidade.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de março de 2025, a aprovação de um voto de congratulação à ACM – Associação Cristã da Mocidade pelas recentes conquistas de medalhas nacionais.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento aos atletas e órgãos sociais da Associação Cristã da Mocidade, à Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e à Assembleia de Freguesia da Terra Chã.

Horta, Sala das Sessões, 13 de março de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, está aberta a discussão.

Tem a palavra, Sr. Deputado José Miguel Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À imagem do que já tinha ocorrido na passada terça-feira, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se também a este voto, agora apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que é mais abrangente. Além de frisar apenas os feitos que foram realizados pela atleta Soraia Teixeira, abrange também o feito, já também por nós sinalizado, do atleta Duarte Borges. Uma vez mais, aproveito esta intervenção, em que me associo a este voto, para destacar o trabalho que tem sido desenvolvido pelo treinador Júlio Cirino. Um treinador que se deslocou para a Terceira

e levou um conjunto de atletas — inclusive atletas olímpicos — e que muito tem feito pelo desenvolvimento desta modalidade, ou desta área do atletismo, que é o lançamento. Destacar também o papel do clube da ACM, da instituição, dos seus órgãos sociais e do seu Presidente, João Enes. Muitas vezes, estas instituições, que têm um cariz que vai além do desportivo, desempenham um papel fundamental na ilha Terceira e dão contributos tanto na área do desporto como no apoio social, sendo sempre de louvar o trabalho das suas direções, num momento em que, como todos sabemos, é cada vez mais difícil arranjar quem tenha disponibilidade para presidir aos órgãos sociais deste tipo de instituições.

Portanto, aproveito esta oportunidade para louvar o trabalho que tem sido desenvolvido por esta direção e pelo seu Presidente, João Enes.

Disse.

Voz impercetível da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

No momento, a Mesa não regista mais inscrições.

Vamos então votar este Voto de Congratulação à Associação Cristã da Mocidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à ACM – Associação Cristã da Mocidade pelas recentes conquistas de medalhas nacionais foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um Voto de Congratulação às danças e bailinhos do Carnaval da ilha Terceira, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Às danças e bailinhos do Carnaval da ilha Terceira

O Grupo Parlamentar do CDS-PP manifesta o seu reconhecimento e congratulação pelo extraordinário Carnaval da ilha Terceira, uma manifestação cultural única que enriquece o património imaterial dos Açores e de Portugal.

O Carnaval da Terceira distingue-se pela sua originalidade e profundidade cultural, apresentando-se como um verdadeiro festival de teatro popular e divergindo dos comuns desfiles de carros alegóricos. Neste ano, atuaram um total de 44 bailinhos, quatro comédias, duas danças de espada, sete danças de pandeiro e um monólogo, envolvendo cerca de 1450 artistas amadores, constituindo um dos maiores eventos culturais do país e, indubitavelmente, um dos mais singulares do mundo.

Durante 4 dias, de sábado a terça-feira, a ilha Terceira transformou-se num imenso palco, onde mais de três dezenas de salões comunitários receberam os espetáculos que conjugaram música, teatro, sátira e crítica social. Estes momentos de expressão artística e cultural envolvem não só os locais, mas também os visitantes que se deixam maravilhar pela autenticidade e vitalidade desta tradição.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem.

O Orador: A singularidade deste evento reside na sua capacidade de promover a identidade cultural terceirense, através da criatividade dos autores, da dedicação dos intérpretes e do entusiasmo das audiências que se identificam com as histórias e personagens levadas a palco. Nos salões comunitários da ilha Terceira, o espírito carnavalesco faz-se sentir em cada detalhe: o cheiro característico dos salões e dos trajes tradicionais mistura-se com a alegria vibrante das melodias únicas que ecoam pelas paredes. É um ambiente repleto de memórias e emoções, onde as gerações se encontram e os netos aprendem a gostar, com os avós, desta tradição tão enraizada na cultura terceirense. As músicas, de letras originais e engenhosamente construídas, revelam enredos que abordam, com humor, o quotidiano da comunidade terceirense. A singularidade do Carnaval da Terceira reside não só na qualidade artística dos espetáculos, mas também na sua essência familiar e intergeracional, que garante a perpetuação deste legado cultural por muitas mais gerações.

O Carnaval da Terceira constitui, assim, um espaço de preservação da memória coletiva e um garante da continuidade das tradições culturais açorianas.

É, por isso, com grande orgulho que o Grupo Parlamentar do CDS-PP realça o reconhecimento já alcançado com a inscrição do Carnaval da Terceira no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial de Portugal, em 2020, e o trabalho preparatório, em curso, para a candidatura a Património Mundial da UNESCO. O empenho do Governo Regional, das autarquias terceirenses e do Museu do Carnaval na valorização desta expressão cultural merece igualmente o nosso louvor, pela garantia de preservação e promoção desta tradição a todos os níveis.

Congratulamos todos os intervenientes que tornam possível esta manifestação cultural singular, reforçando o nosso compromisso com a valorização e divulgação do património cultural açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Carnaval da Ilha Terceira. Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção Regional da Cultura, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e ao Museu do Carnaval da Ilha Terceira.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 13 de março de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para intervir na apreciação deste voto, dou a palavra ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto apresentado aqui pelo CDS-PP, porque o Carnaval é, provavelmente, a festividade mais vivida em todas as ilhas dos Açores, mas de uma forma muito particular na Terceira.

O Carnaval na ilha Terceira começa duas semanas antes da data regular, iniciando-se com o Carnaval da terceira idade, que tem vindo a registar cada vez mais participantes. Durante este período, a ilha Terceira é provavelmente aquela com o maior rácio, se calhar no mundo, de pessoas capazes de produzir música, que envolve compositores, escritores e atores. Não conheço nenhuma outra ilha onde as pessoas, muitas vezes de forma quase isolada, consigam criar tantos bailinhos. Estava há bocadinho a comentar com o meu colega Luís Raposo sobre um caso em que eram apenas duas pessoas a organizar tudo. Não éramos nós, mas sim outras duas personagens também engraçadas e muito queridas pela população terceirense.

Risos na Câmara.

Efetivamente, não há como não considerar este fenómeno um património de Portugal. É também fundamental que esta candidatura a Património Mundial da UNESCO seja aceite e que chegue ao destino pretendido pelos seus promotores. Nos Açores, no seu todo, mas particularmente na ilha Terceira, é muito reconhecida a forma como se vive e como se empenham nas festividades do Carnaval. Este Carnaval é feito com qualidade, com propósito, com críticas, muitas das vezes, até bastante construtivas. Portanto, é preciso que todos nós apoiemos estas iniciativas para transformar o Carnaval terceirense em património mundial da UNESCO, porque assim o merece. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Francisco Lima do CHEGA, tem palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA, naturalmente, associa-se a este voto porque, de facto, o Carnaval é um marco indelével da cultura terceirense, juntamente com as touradas à corda, que também é outra forma de manifestação cultural imprescindível para a nossa vida em sociedade, no caso, na ilha Terceira.

Quando aqui dizemos que os Deputados têm imunidade parlamentar, durante o Carnaval, existe de facto, imunidade parlamentar para todos. Portanto, podem falar mal à vontade dos políticos porque todos nós somos vítimas da crítica e da sátira carnavalesca. Há ainda um ditado que se diz na Terceira e que vocês já devem ter ouvido: “É Carnaval, ninguém leva a mal.”

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem! Viva ao Carnaval!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias do Partido Socialista, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e, naturalmente, saúda todos os grupos que organizam bailinhos, danças e comédias de Carnaval, que neste ano, tal como é referido no voto, envolveram cerca de 1500 pessoas durante 4 dias no fim de semana de Entrudo, na ilha Terceira. É muito significativo, estamos a falar de cerca de 1500 pessoas, durante 4 dias, nos palcos da ilha e estamos a falar de largas centenas, até milhares, de pessoas a assistir a esta extraordinária manifestação cultural nas plateias, em todas as freguesias da ilha Terceira.

De referir que, nas 3 semanas que antecedem o fim de semana de Entrudo na ilha Terceira, temos também o Carnaval Sénior, uma iniciativa fundada há vários anos, que envolve todos os centros de convívio de idosos da ilha, que também organizam bailinhos de Carnaval e que têm não só uma perspetiva cultural muito relevante, mas também uma perspetiva social importante na integração da nossa população sénior, que participa nesta manifestação e merece ser realçada.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda todos estes grupos, todos aqueles que se mobilizam, anualmente, para valorizar esta iniciativa, e saúda também todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para valorizar cada vez mais esta extraordinária manifestação cultural.

É também importante que os titulares de cargos políticos, neste caso os órgãos do governo próprio, não ultrapassem aquelas que são as suas fronteiras de competência e que não tenham a tentação de se apropriar de uma manifestação do povo, que assim deve continuar a ser. O Carnaval é do povo e, portanto, deve ser regulado, gerido e desenvolvido como o povo bem entender. Sem qualquer tipo de imposição de regras, ...

Deputado Paulo Chaves (PSD): É, e os subsídios para as freguesias.

O Orador: ... sem imposição de balizas temporais, metodológicas ou procedimentais, de forma a não desvirtuar a essência do Carnaval, ou seja, não haver regras e garantir liberdade total e absoluta na sátira política, social e cultural. O Carnaval é do povo e assim deve continuar a ser, sem prejuízo de, naturalmente, os órgãos de governo próprio, as autarquias, acompanharem este fenómeno, criarem e desenvolverem os mecanismos necessários para apoiar as infraestruturas espalhadas por todas as freguesias que recebem as manifestações culturais, as nossas sociedades culturais e recreativas que acolhem essas iniciativas. E aí sim, o poder político, os órgãos de governo próprio e as câmaras municipais têm de ter a capacidade de apoiar essas infraestruturas...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é alguma proclamação de *mea culpa*?

O Orador: ... e de garantir condições para que, todos os anos, essas infraestruturas e sociedades tenham órgãos sociais eleitos e queiram continuar a promover e a manter as portas abertas, tanto para o Carnaval Sénior quanto para os 4 dias do fim de semana de Carnaval.

Saudamos este voto e não podemos também deixar de recordar nomes incontornáveis nesta manifestação cultural: o Hélio Costa, o Tio Alcino do Porto Martins, ...

Presidente: Peço, por favor, que conclua.

O Orador: Termina já Sr. Presidente. O João Mendonça, João da Agualva, a nova geração de escritores de Carnaval: o Ricardo Martins, o José Esteves, o Fábio Ourique, o Marco Toste de São Brás, o Brito de São Bartolomeu e tantos outros que, numa nova geração de artistas do nosso Carnaval, já receberam a herança de nomes como Hélio Costa de Porto Martins, mas que estão disponíveis para continuar a valorizar e muito bem esta extraordinária manifestação cultural.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado.

Não há mais inscrições, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação às danças e bailinhos de Carnaval da ilha Terceira.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação às danças e bailinhos de Carnaval da ilha Terceira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de pesar. Dou a palavra ao Sr. Deputado José Miguel Toste, do Partido Socialista, para a apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores.

Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores

José Henrique Henriques Simões Flores, filho de Henrique Henriques Flores e de Maria Alvarina Valadão Simões Flores, nasceu a 8 de abril de 1936 na cidade de Angra do Heroísmo.

Em 1964, o Dr. Simões Flores, licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa, com a classificação de 18 valores.

No ano seguinte, casou, em São Pedro do Sul, com Maria de Deus Ressano Garcia Cardoso Moniz e desta união nasceram quatro filhas.

Cumpriu o serviço militar em Angola entre 1967 e 1970, como médico da 12.ª Companhia de Comandos, tendo sido louvado em Ordem de Serviço do Comando da Região Militar de Angola.

Em 1974, completou a especialidade de Cirurgia Geral, nos Hospitais Cívicos de Lisboa, com a classificação de Muito Bom com Distinção.

Regressou a Angra do Heroísmo, em 1975, tendo sido um dos primeiros Cirurgiões Gerais a integrar o corpo clínico do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, desempenhando um papel pioneiro e fundamental na consolidação da prática cirúrgica naquela instituição.

Em 1985, foi nomeado Cônsul Honorário da Grécia, para as ilhas Terceira, Faial, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo, funções que desempenhou até 2004.

Foi presidente do Clube Desportivo de Tiro da Ilha Terceira, durante seis anos, e posteriormente Presidente da sua Assembleia Geral; fundou o Rotary Clube de Angra do Heroísmo, que presidiu durante quatro anos, bem como, o Rotary Clube da Praia da Vitória.

Fez parte da Direção do Lawn Tennis Club, tendo sido seu Presidente, durante quatro anos.

Em 1995, foi designado para a Direção Médica do Hospital de Angra do Heroísmo, função que exerceu por um período de três anos.

O Dr. Simões Flores, ao longo do seu percurso profissional, interessou-se vivamente pela área da catástrofe, tendo frequentado um curso de Medicina de Catástrofe em Itália, apoiado pela, à época assim designada, Comunidade Europeia, colaborando ativamente na organização deste ramo da medicina no Serviço Regional de Saúde e pugnando pela criação da cadeira de opção de Medicina de Catástrofe na Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Frequentou diversas ações de formação em Portugal e no estrangeiro, mantendo uma postura de constante atualização, acompanhando, com entusiasmo, os avanços da ciência médica.

Foi sócio da Sociedade Portuguesa de Cirurgia, da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia, da Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho e da Sociedade Internacional de Cirurgia.

O Dr. Simões Flores aposentou-se do exercício da medicina em 2004.

Em 2015, doou, ao Museu de Angra do Heroísmo, todo o espólio do laboratório de análises clínicas que pertencia ao seu pai, o primeiro a ser estabelecido nos Açores, e que passou a integrar a Unidade de Gestão de Ciência e Tecnologia do Museu, especificamente, uma reserva designada Laboratório Doutor Henrique Henriques Flores.

Quem teve a oportunidade de privar com o Dr. Simões Flores destaca o seu notável humor refinado e a sua educação irrepreensível, características que o distinguiam no convívio profissional e pessoal.

José Henrique Henriques Simões Flores faleceu, na ilha Terceira, no passado dia 11 de março de 2025.

Assim, considerando o seu percurso de vida e o seu contributo inestimável para o desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 13 de março de 2025, que aprove um voto de pesar pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, à Embaixada da Grécia em Portugal e ao Município de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 13 de março de 2025.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Não há intervenções, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de José Henrique Henriques Simões Flores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um Voto de Pesar também pelo falecimento do Dr. Simões Flores, dou a palavra ao Sr. Deputado do CDS-PP, Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento do Dr. Simões Flores

O Grupo Parlamentar do CDS-PP manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. José Henrique Henriques Simões Flores, médico de reconhecido mérito e figura incontornável da medicina na Ilha Terceira.

Nascido em 1936, na cidade de Angra do Heroísmo, foi um profissional reconhecido e um cidadão exemplar terceirense e açoriano.

Dr. Simões Flores formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, em 1966, e fixou-se na Ilha Terceira em 1974, onde exerceu com dedicação e profissionalismo a sua atividade como médico de Cirurgia Geral no Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, até à sua reforma em dezembro de 2004.

Entre 1967 e 1970, cumpriu o serviço militar em Angola, desempenhando funções como médico na 12.^a Companhia de Comandos, tendo sido alvo de louvor em Ordem de Serviço do Comando da Região Militar de Angola.

O Dr. Simões teve um grande peso nas decisões tomadas pelo HSEIT, por ser um reconhecido conselheiro e pelo mérito que lhe era atribuído por todos.

Ao longo da sua notável carreira, marcou profundamente diversas gerações de terceirenses, tendo sido um grande formador de uma nova geração de médicos, e conquistou o respeito e a admiração de colegas, pacientes e da comunidade em geral. O seu legado perdurará na memória de todos aqueles que tiveram o privilégio de o conhecer e de ser cuidados por ele.

Distinguindo-se pelo seu genuíno espírito de serviço à comunidade, integrou diversas associações e participou ativamente em múltiplas iniciativas, colóquios e ações de formação.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta as mais sentidas condolências à família enlutada, manifestando a sua solidariedade neste momento de profunda dor e consternação.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Henrique Henriques Simões Flores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à família, ao Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo da Ilha Terceira, à Ordem dos Médicos nos Açores e à Direção Regional da Saúde.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 13 de março de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Soares, do PSD.

(*) **Deputado Luís Soares** (PSD): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto, reconhecendo que, efetivamente, o Dr. Simões Flores é uma figura incontornável do panorama açoriano, terceirense, nacional como médico, como cônsul da Grécia, como fundador, como membro da direção de clubes e instituições.

Portanto, reconhece e informa que, oportunamente, irá apresentar um voto de igual teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições, passamos à votação deste último Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Simões Flores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Conforme determina o nosso Regimento, neste Período de Tratamento de Assuntos Políticos, seguem-se as declarações políticas, pela ordem que também está previamente estabelecida.

Neste caso, para a apresentação da declaração política, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante um Governo que não reforma e que não dá mostras de querer mudar o rumo dos Açores resta-nos ir trazendo, mês após mês, sessão plenária após sessão plenária, as nossas preocupações com o estado da Região, o estado da nossa Autonomia e o estado em que o nosso povo é obrigado a viver.

Na verdade, estamos perante um Governo que pretende hipotecar o futuro dos Açores e dos Açorianos com políticas despesistas e apenas direcionadas para agradar a tudo e a todos. Um Governo constituído por três partidos — um que esteve 24 anos na oposição, outros que de nunca de lá saíram — mas, apesar dessa longevidade, nunca pensaram em soluções governativas para esta Região. Essa falta de soluções explica bem por que razão estiveram tanto tempo na oposição e por que razão, passados 4 anos de Governo, e milhões do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e restantes fundos comunitários, foram incapazes de fazer reformas. “Um Governo que não reforma” é um Governo incapaz, sem rasgo e sem soluções. É um Governo acomodado, sem coragem, sem saber como implementar mudanças estruturais para melhorar a eficiência, a justiça social, a sustentabilidade económica, ou ainda, a adaptabilidade a novos desafios.

E por que razão — ou razões — este Governo do PSD, CDS-PP e PPM não implementa as necessárias reformas e se escuda apenas no crescimento da economia como único sucesso da governação?

São meia dúzia de razões.

A primeira: a resistência política. O Governo tem medo de perder apoio popular e enfrentar a oposição;

A segunda: a burocracia e a inércia institucional. Com processos administrativos lentos, complexos, e também eles a necessitar urgentemente de reformas;

A terceira: a falta de consenso. Divergência de interesses entre os diferentes grupos sociais ou políticos que o compõem, não só o Governo, como também, as suas bases de apoio.

A quarta: prioridades divergentes. O Governo priorizou agendas partidárias e eleitorais, em vez das necessárias agendas para o futuro dos Açores e está focado apenas em questões de curto prazo;

A quinta: a insegurança económica. O receio — medo mesmo — de que as reformas possam desestabilizar a economia. Mas, quem não tem coragem, não serve para governar;

E, por fim, em sexto lugar: os interesses corporativos. A pressão dos grupos económicos para manter o *status quo*. Aqui e ali ouvem-se vozes dissonantes, mas só quando a “ração” é distribuída para outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais do que as razões para não reformar, preocupam-nos, obviamente, as consequências que estas “não reformas” terão na sociedade açoriana. Desde logo, assistimos a um crescimento económico assente num único setor, cujo crescimento conjuntural não depende de qualquer medida governativa, ...

Risos do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

...a não ser a promoção e a notoriedade do destino Açores. Por isso, não reformar pode provocar uma estagnação económica por falta de competitividade e inovação. Por outro lado, a dependência social e económica do Orçamento Regional — para a qual a IL

tem vindo a alertar há bastante tempo — parece entoar apenas nas palavras do Sr. Presidente do Governo. Mas não reformar, principalmente no setor público empresarial regional e no setor administrativo, provoca ainda uma ineficiência administrativa, promovendo setores públicos inchados e pouco eficazes.

São estes excessos provocados por falta de coragem para reformar que levam a que a Região tenha deixado de ter capacidade de suportar os custos de funcionamento da saúde e da educação, segundo o Sr. Vice-Presidente do Governo, que, nas vestes de líder partidário de um dos vértices desta Coligação de Governo, defende, de forma acérrima, a devolução de tais conquistas e competências da autonomia para a centralista gestão lisboeta. Não reformar provoca ainda enormes desigualdades sociais, pois apenas mantem as mesmas políticas de sempre, desatualizadas e ineficazes de um passado ainda recente.

Estão à vista os números: há meio milhar de dias consecutivos os números relativos à pobreza e ao Índice de Gini são absolutamente deploráveis.

Por fim, importa referir que a falta de reformas provoca *déficit* orçamental. Se as reformas económicas e administrativas não forem implementadas, a dívida pública vai continuar a aumentar e as gerações que se vão seguir vão ter de pagar, em impostos, aquilo que hoje o Governo Regional do PSD, CDS-PP e PPM está a endividar-nos. Nunca é demais lembrar que cada euro de dívida constituída hoje, é um euro de imposto que é preciso cobrar amanhã.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de março de 2025

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Nos termos do artigo 74.º do nosso Regimento, os Grupos Parlamentares podem fazer uma intervenção até 5 minutos e as Representações até 3 minutos. Já tenho a inscrição do Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E bom dia a todos antes de mais.

Sr. Deputado da IL, caro amigo Nuno Barata, apesar de concordar com o teor da declaração, o reformar, eu acho que ainda é “poucochinho”. Nós entendemos que temos é que cortar com o passado, que temos de fazer diferente, que temos de saltar o muro. Só reformar, ficamos sempre todos com a ideia de que vamos lavar a cara, mas nós não precisamos de lavar a cara, nós não precisamos de passar um pincel.

É bom que os açorianos tenham consciência. Eu e os meus colegas somos confrontados todos os dias na rua: “Este Governo está a fazer isto mal.” Nunca ninguém se vai lembrar do que está bem; vão-se lembrar do que está mal. Por isso, não se admirem.

É isto que as pessoas dizem: são os pescadores, são os lavradores, são os enfermeiros, são os médicos... vão sempre falar mal. E dizem: “Mas vocês estão a apoiar.”

Ainda ontem, ou anteontem, alguém dizia, com alguma graça, que éramos a muleta ou o andarilho. Não! Somos os fiscalizadores deste Governo.

E açorianos, porquê? Vou dar-vos a alternativa: 24 anos. A alternativa é isto.

Deputado Carlos Silva (PS): Outra vez.

O Orador: É isto que vocês querem? É Francisco César?

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

A alternativa é Francisco César?

Vozes da Deputada Marlene Damião (PS) e do Deputado José Ávila (PS): É o das malas!

O Orador: São aqueles senhores que fazem barulho, mas não trazem ideias novas? É isto? Não! Vamos ter de cortar com o passado e fazer diferente.

Este Governo tem falhado em muitas áreas, mas também tem feito coisas bastante positivas.

Vamos andar como um caranguejo?

Deputado Carlos Silva (PS): O futuro vem na mala.

O Orador: Sr. Deputado, é cortar! Já não é reformar, já não dá para reformar! O que não resulta, nós fazemos de novo.

Se estivesse tudo bem — para aqueles senhores que, às vezes, gostam de dizer que só o que eles dizem é que é bom — o povo não os tinha posto em casa. O povo não teria colocado o CHEGA aqui, neste papel fiscalizador.

Agora, também vou dizer-vos uma coisa que temos dito muitas vezes: talvez este Governo não estivesse preparado para governar. Mas, meus amigos, isto é como uma herança: quando se herda, temos de nos “desengatar”, e este Governo vai ter que se “desengatar”, mais não seja com a pressão que o CHEGA vai continuar a fazer, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ui! Ui!

O Orador: ... goste ou não goste a “canhota”! Goste ou não goste a “canhota”, vamos continuar!

Sr. Presidente, muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não regista mais nenhuma inscrição.

Pausa.

Não havendo, nos termos regimentais, pergunto ao Sr. Deputado Nuno Barata se quer encerrar... Sr. Deputado Carlos Silva?

Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva, do Partido Socialista, mas já com este aviso prévio de que, quando passar à declaração que encerra cada debate destas

declarações políticas, é como se, efetivamente, estivéssemos também a iniciar uma votação. Portanto, é mesmo para levar com rigor este princípio.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua tolerância e por permitir que, em nome do Partido Socialista, possa também contribuir para este debate que é importante, sobre reformas que já deviam ter acontecido em alguns casos, mas que não aconteceram.

Ainda ontem falámos aqui da necessidade de reformar o setor público empresarial regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 800 milhões.

O Orador: Há que analisar o momento em que vivemos e a conjuntura económica atual — que até é favorável — para perceber que este é um momento importante para introduzir essas reformas.

Não se trata apenas de um ponto de vista económico, nem da perspetiva do setor público empresarial regional. Sobre esse aspeto, acredito que o que nós confirmámos ontem com este debate é que as reformas que foram introduzidas no setor público empresarial, e o plano que existia, resulta ainda de uma resolução publicada em 2018. Isso traduz bem a forma avulsa como o Governo tem planeado este setor, adotando medidas, extinguindo empresas — algumas com as quais até concordamos, outras com as quais discordamos e manifestamos essa discordância. Mas traduz, sobretudo, a forma avulsa como o Governo tem vindo a governar nesta matéria nos últimos 4 anos, em que agora, em 2025 — passados 4 anos — é que vai encomendar um estudo para decidir aquilo que o Governo não consegue decidir.

Mas não apenas, como referi, na área económica, gostaria de destacar duas ou três áreas que são, para nós, fundamentais neste momento. Falemos da habitação. A habitação é um setor fundamental na perspetiva de garantir aos açorianos uma habitação com dignidade, a preços dignos e acessíveis.

Neste momento, as dificuldades que os açorianos enfrentam no acesso à habitação são muitas, por diversos fatores.

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores o que fizeram? Zero!

O Orador: Nem todos eles resultam obviamente, das políticas governativas, mas há que atender também à necessidade de se induzir reformas.

E, quando falamos em reformas neste setor, falamos também na perspetiva da legislação. A legislação que existe ainda data da governação do Partido Socialista, e é preciso ser mais célere na alteração e na adoção de novas medidas que permitam, por exemplo, fomentar, de forma mais rápida, os processos de autoconstrução, que são eficazes, mas também fomentar o mercado de arrendamento.

Ele não funciona da forma como devia funcionar e, neste momento, muitos açorianos que precisam de habitação não conseguem aceder, seja pelo preço, seja pela indisponibilidade de oferta no mercado.

Para isso, é preciso, obviamente, aproveitar os imóveis públicos e dotar, mais rapidamente, o mercado destes imóveis.

Além da habitação, há um outro setor que é também crucial para o nosso desenvolvimento: o setor da saúde. O setor da saúde obriga que sejamos capazes de repensar o modelo que temos implementado nos últimos anos.

Isto não é uma crítica a ninguém em particular, mas sim o reconhecimento da necessidade de reflexão. Devemos avaliar se, por exemplo, mudanças que foram adotadas no continente podem ou não ser replicadas nos Açores, aproveitando boas medidas e boas práticas. Não é um problema copiar aquilo que se faz bem noutros locais.

Devemos também pensar numa perspetiva de gestão integrada entre os centros de saúde e as unidades hospitalares. Talvez seja possível reformar e otimizar os serviços públicos nesta matéria, quer a nível económico — com poupanças que podem ser aplicadas na gestão das unidades de saúde — como numa perspetiva de gestão por ilha integrada entre os centros de saúde e hospitalares, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Concordamos. É verdade.

O Orador: ... sempre com uma preocupação que é garantir serviços de saúde com proximidade, garantir a acessibilidade aos mesmos e universalidade.

Estes são pilares desta reforma, ...

Deputado Russell Sousa (PS): Muito bem.

O Orador: ... que é importante que seja feita na área da saúde, obviamente, com diálogo, auscultando todos os partidos, todos os agentes do setor, mas é importante garantir também que se avance, mais rapidamente, nesta área.

Uma terceira área, que já foi mencionada ontem, diz respeito à reforma do recrutamento e seleção na administração pública. O Partido Socialista não se limita a criticar o que existe, mas também apresenta soluções concretas.

Já foi aqui mencionado, ontem, pela Deputada Cristina Calisto, que já entregámos uma proposta que será apresentada hoje à tarde. Também nesta matéria, nós temos uma visão, nós temos uma proposta concreta para a reforma e seleção para o acesso na administração pública, ...

Deputado José Pacheco (CH): Menos administração pública, mais privados.

O Orador: ... porque entendemos que, de facto, é preciso garantir mais transparência, introduzir alterações e garantir que a administração pública seja atrativa e funcional. E, por último...

Presidente: Faça o favor de concluir.

O Orador: Sr. Presidente, referi a necessidade de introduzir alterações no modelo de desenvolvimento económico.

Deputado José Pacheco (CH): Ó senhor, quando formos governo, fazemos isso tudo.

O Orador: É importante acrescentar aos setores que já temos hoje, como o setor primário e o turismo — que têm sido importantes e que têm alavancado a atividade económica — novas áreas estratégicas. É importante ter em conta, por exemplo, as energias renováveis, o espaço, a investigação científica e os serviços tecnológicos.

Não podemos esperar resultados diferentes continuando a fazer o mesmo. É preciso avançar.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, Paulo Estêvão.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Nuno Barata deslocou-se aqui a esta tribuna para fazer uma intervenção e deslocou-se de uma forma, digamos assim, equívoca, porque veio vestido de grande lorde inglês...

Risos na Câmara.

... veio vestido de grande lorde inglês, pedir reformas. Ora, não é exatamente a indumentária de quem pede reformas.

Deputado António Lima (BE): O senhor devia gostar de lordes.

O Orador: Este é o primeiro equívoco.

O segundo equívoco tem a ver com o facto de que alguém que se diz liberal deveria, antes de mais, ter vindo aqui criticar as políticas que, porventura, estão a ser desenvolvidas e que não conseguiram gerar crescimento económico.

A Região está a atravessar um dos mais brilhantes períodos de crescimento económico.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo

O Orador: É algo que V. Exa. deveria valorizar.

E diz V. Exa.: “É a conjuntura”. Mas, se é a conjuntura, por que razão estamos a crescer mais do que os outros? Por que motivo a inflação nos Açores é a mais baixa do país? Porque é que isto está a acontecer?

Deputado José Pacheco (CH): E a garrafa de gás? Mais 5 euros.

O Orador: Porque é que estamos a alcançar estes resultados? Porque é que temos o maior número de empregados da história dos Açores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: Porque aquilo que estamos a fazer, estamos a fazer bem.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Diz V. Exa.: “A dívida pública está a aumentar”. Não, a dívida pública, em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), está a diminuir. A dívida pública está a diminuir graças ao crescimento económico persistente da Região Autónoma dos Açores.

Diz V. Exa.: “Nós também temos que conquistar maior autonomia.” Nos últimos 10 anos, jamais obtivemos os números que temos agora, por exemplo, numa questão que considero fundamental, que é a autossuficiência alimentar, em que crescemos de forma muito significativa.

Protestos do Deputado José Pacheco (CH) e Nuno Barata (IL).

Ou, por exemplo, diz V. Exa.: “Bom, isto é só por causa do turismo”, como se o turismo fosse uma criação do século XXI ou uma criação dos últimos 3 ou 4 anos. E o que eu lhe quero dizer é: sim, é por causa do turismo, sim, é pela diminuição dos impostos, sim, o crescimento económico tem vindo a melhorar esses resultados e sim, as exportações aumentaram 12,5 %, o que é um resultado extraordinário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E, noutros planos, além do crescimento económico? Estamos a obter também, noutras áreas, resultados que se possa fazer referência? Temos, com certeza! Como, por exemplo, no que diz respeito aos resultados educativos, em que as nossas médias nacionais, nos exames do ensino secundário, superaram, pela primeira vez, a média nacional em matemática e em português.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Ou nos apoios sociais, em que, por exemplo, o "cheque-pequenino", durante o período desta governação, foi mais que duplicado...

Deputado José Pacheco (CH): Se não fosse o CHEGA!

O Orador: ... em relação a esta matéria.

E no COMPAMID, sendo que os apoios foram mais que duplicados. Estamos também a dar respostas num grande conjunto de matérias da área social. E por isso, com o contributo, obviamente, ...

Deputado José Pacheco (CH): Não foi contributo, foi exigência!

O Orador: ... dos partidos que viram aqui aprovadas muitas propostas, também em relação à progressão da função pública.

Eu venho da Madeira, onde muitas das conquistas que aqui foram obtidas nos últimos 4 anos são hoje a inveja dos políticos na Madeira, como, por exemplo, o fim das quotas na progressão da função pública. Eles confessaram ser muito importante que os Açores o tivessem feito, de forma a sinalizar essa questão, para agora, também noutras regiões do país, poderem alcançar esses resultados.

Disse o Partido Socialista que está disponível para reformas no âmbito do setor de serviços públicos...

Presidente: Sr. Secretário, tem de concluir.

O Orador: ... que está disponível, pois é muito bem-vinda essa participação. Nós valorizamos que esteja disponível para reformas que são necessárias e nós estamos sempre disponíveis para os partidos que querem, conjuntamente com o Governo, implementar mais e mais reformas. Porque as reformas que nós aqui fizemos foram implementadas pelo Governo, mas também com grande apoio de outros partidos da oposição que deram o seu contributo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, pede a palavra para uma interpelação. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, faço uma interpelação, dirigida à Mesa, para informar que há certamente um equívoco, porque o saldo da balança comercial em 2023/2024 diminuiu.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Se quer entregar um documento, faça o favor. O conteúdo do documento será distribuído, naturalmente, de toda a Câmara.

O Orador: Vou entregar à Mesa, para ser distribuído, informação que consta até da publicação do Serviço Regional de Estatística e que comprova exatamente isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Para usar da palavra, em nome da bancada do Grupo Parlamentar do PSD, dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tivemos uma Declaração Política da parte do Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal, sobre reformas.

Deputado Nuno Barata (IL): É só isso que tem para dizer?

O Orador: Pena foi que ainda esta semana, e sobre outras reformas, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal tenha votado contra a antecipação da idade da reforma dos Açorianos, ...

Protestos do Deputado Nuno Barata (IL).

... uma medida que era boa e justa para os Açores!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Não vou deixar de lembrá-lo porque percebo que o senhor tem dois entendimentos diferentes...

Deputado Nuno Barata (IL): Porque são coisas diferentes!

O Orador: ... sobre aquilo que é verdadeiramente importante nas reformas.

Este é, na verdade, o Governo mais reformista...

Deputado José Pacheco (CH): Eh lá!

O Orador: ... que existiu nos últimos anos de autonomia. E viu-se também ontem, relativamente ao setor público, com a poupança em 800 mil euros em vencimentos de cargos de nomeação no setor público empresarial...

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que nunca aconteceu nos governos do Partido Socialista.

Mas eu quero aqui dizer que reformismo na governação é também olhar para os resultados. Os resultados de uma economia a crescer.

Desde o primeiro orçamento desta coligação, aprovado nesta Casa, que a economia não parou de crescer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em relação à governação e àquilo que é uma verdadeira reforma que implementámos, foi com a sua ajuda, Sr. Deputado Nuno Barata, com a sua propositura em bom sentido, que foi possível a redução dos impostos nos Açores e termos hoje os impostos mais baixos do país, nesta Região Autónoma e isso é muito importante para o desenvolvimento da nossa economia e para o seu crescimento. Mas isso também reflete em termos o desemprego mais baixo do país.

Como é que o senhor vai àquela tribuna e não tem uma palavra para os milhares de açorianos que estão empregados, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... contribuindo para termos o desemprego mais baixo do país? Como é possível o senhor olvidar essa conquista, que é uma vitória desta Região e, acima de tudo, uma conquista do povo açoriano?

Temos um aumento do rendimento médio nos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem, não tem.

O Orador: Quer melhor reforma do que aquela que permite aos açorianos terem um rendimento melhor, e com isso, poderem seguir com as suas vidas por diante?

Temos o turismo a bater todos os recordes, ...

Deputado José Pacheco (CH): Isso é verdade.

O Orador: ... fruto de uma Região que é reconhecida pela sua sustentabilidade, pela qualidade do destino e pela oferta que proporciona aos que nos visitam. Isso é extremamente importante, porque foi uma reforma que implementámos também na mobilidade aérea, desde logo, com a Tarifa Açores.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso é importante para o turismo interno como sabe, Sr. Deputado.

Temos, para além disso, as exportações a crescer.

Deputado Nuno Barata (IL): As exportações a crescer? Como é que pode repetir essa mentira?

O Orador: Qual é a Região que pode realmente progredir se não tiver um bom índice de exportação? Foi notícia ainda esta semana: os Açores superaram a média nacional em valores de exportação.

Deputado Nuno Barata (IL): Ainda no mês passado discutimos isso aqui!

O Orador: Esse resultado é fruto de um trabalho focado no que é essencial para o nosso futuro, garantindo que a nossa Região se destaca.

Através do diálogo parlamentar, da centralidade deste Parlamento e da postura do Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, temos promovido a estabilidade política e das políticas públicas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E aquilo que é mais importante: estamos a dar aos açorianos aquilo que lhes foi tirado há muitos anos, o seu direito a terem uma vida feliz e a poderem progredir na nossa sociedade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E isso, Sr. Deputado, o senhor não podia esquecer, não podia ignorar e não podia entrar — o senhor, sim — numa fase de campanha eleitoral de puxar os Açores para baixo, ...

Protestos do Deputado da Representação Parlamentar da IL.

O Orador: ... como se nós não tivéssemos todos estes valores e todas estas reformas que temos vindo a implementar para puxar os Açores para cima.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado.

Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Paulo Margato, do PPM.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Governo não governa com ideologias, mas com resultados — e os resultados estão à vista. Agradam mais a uns, agradam menos a outros, mas não posso negar porque os números não mentem: o turismo nos Açores registou um crescimento brutal.

No entanto, não posso concordar que seja este o maior motor impulsionador da economia açoriana. O setor primário está em pleno crescimento e a tornar-se cada vez mais robusto. Além disso, há um setor de inovação tecnológica que não pode ser ignorado, pois tem vindo a crescer e a colocar os Açores no mapa europeu.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os reforços dos meios da educação são evidentes através da diminuição do abandono escolar precoce que desce para valores históricos nos Açores.

Isto são frutos de grandes reformas na educação, Sra. Secretária.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Menos o leite, o leite é que falta.

O Orador: Há um reforço dos meios escolares. Há um reforço nas finanças públicas regionais, há medidas muito concretas nas finanças públicas regionais.

Ainda ontem aprovámos aqui um novo modelo, do SIADAPRA (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores).

Ainda ontem, o Sr. Secretário das Finanças deixou aqui claro algo que não vou reproduzir, porque não tenho a mesma capacidade que o Sr. Secretário tem para falar da sua área de formação específica. No entanto, foi claro ao mostrar que a economia dos Açores tem apresentado indicadores e um crescimento nunca antes visto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A reforma mais profunda que este Governo efetivou foi a reforma das pessoas. A reforma dos açorianos e para os açorianos. A reforma que permitiu pôr mais dinheiro na casa dos açorianos...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e pôr mais dinheiro no bolso das famílias. Foi a descida dos impostos dos Açores, foi a valorização das carreiras, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): E a subida do gás.

O Orador: ... a reposição das carreiras. Esta sim foi a grande reforma deste Governo no ponto de vista desta Representação Parlamentar.

Os Açores e os açorianos têm uma perspetiva de futuro diferente e têm mais dinheiro para fazer face ao aumento do nível de custo vida, que é uma conjuntura europeia e mundial.

Presidente: Sr. Deputado, tem de concluir.

O Orador: Houve reforma na estabilidade social com o reforço das nossas IPSS e dos contratos de cooperação.

Ainda ontem falávamos aqui sobre as creches, e sobre as creches, não vamos esquecer que há um antes e um pós 2020.

Neste momento, temos a universalidade, ...

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo. Tem mesmo de concluir.

O Orador: Temos a universalidade e temos a gratuidade garantida...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Resolveu a Iniciativa Liberal trazer o tema das reformas através desta declaração política e, de facto, quando se falam de reformas e do jargão "reformas estruturais", é preciso perguntar, em primeiro lugar e sempre, de que reformas estamos a falar. Porque uma reforma estrutural para a Iniciativa Liberal pode não ter o mesmo significado para o Governo ou para qualquer outro partido, e têm necessariamente perspetivas diferentes. Por isso, quando se falam de reformas, é preciso perguntar de que reformas é que estamos a falar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já nem a extrema-esquerda é o que era.

O Orador: E para o Bloco de Esquerda, certamente, que uma reforma estrutural, que diga respeito à nossa economia e a quem vive nos Açores, não é vender ao desbarato as empresas públicas num sinal de desespero do Governo Regional, vendendo os anéis.

Não é certamente ficar 4 anos à espera de um plano de combate à pobreza e à exclusão social — que ainda nem sequer está aprovado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é verdade.

O Orador: Não é aumentar os combustíveis e o gás sobre quem não tem alternativa para se deslocar, para aquecer a casa ou para cozinhar, sem sequer criar respostas alternativas baseadas em energias renováveis — no caso do gás — para compensar esse brutal aumento do custo de vida.

Reformas não é, sem dúvida, deixar a especulação grassar na nossa sociedade, com o disparar dos preços da habitação em que os jovens não conseguem arrendar, muito menos, adquirir casa.

Isso para nós não são reformas que interessem aos açorianos e essas são as reformas que este Governo e esta maioria têm feito. Reformas que são necessárias e urgentes são reformas que, por exemplo, melhorem os transportes, como o Bloco de Esquerda propôs. Foi aqui aprovado e o Governo teima em não aplicar, de forma decente, com a regulamentação que fez e que não valoriza nem aplica aquilo que foi aprovado.

Reformas era criar uma rede pública de creche, como nós propusemos, e a maioria rejeitou.

Protestos do Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) e da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Era termos escolas com trabalhadores, com funcionários em número suficiente para colocar as crianças em segurança nas escolas. Era termos um Serviço Regional de Saúde que funcionasse, mas que neste momento está totalmente destruturado, com opções absurdas do Governo a partir do incêndio mas não só.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Absurdo é o senhor.

O Orador: É que não modernizar, não olhar para a sua organização e de estar agarrado a políticas do passado que não servem a saúde dos Açorianos, já são opções de fundo.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror.

O Orador: Reformas era ter trabalhadores valorizados em que os salários não fossem os salários de miséria e de exploração que se praticam na Região, fruto de uma economia que, sem dúvida, está cada vez mais centrada em setores que nunca tirarão os Açores da pobreza. Será sempre pela economia que será possível elevar o nível de vida nos Açores.

Presidente: Sr. Deputado, tem de concluir, por favor.

O Orador: Não ter uma economia que garanta uma elevação desse nível de vida levará sempre os açorianos à pobreza. É isso que é preciso mudar e é essa reforma de fundo que é preciso fazer, a uma economia baseada no conhecimento, na ciência e no desenvolvimento.

E enquanto não fizermos isso e ficarmos pelos anúncios, pelos discursos e pelas conferências, seremos sempre uma Região na cauda do país e da Europa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras do CDS-PP.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, traz-nos uma Declaração Política sobre a reforma ou a falta das reformas na nossa Região, o que é totalmente contraditório com o que se vive nos Açores e com o crescimento económico que temos vivido na nossa Região, exatamente, resultado daquilo que têm sido as reformas e as políticas implementadas por este Governo Regional. Esta mudança a que se tem assistido nos últimos 4 anos, desde, — como já foi aqui referenciado, e bem — a questão da redução de impostos, a Tarifa Açores, com menos desempregados, menos

beneficiários do RSI (Rendimento Social de Inserção) faz parte deste percurso que se tem verificado ao longo destes 4 anos.

E mencionou, no âmbito daquela tribuna, que o Governo nada implementou na questão da justiça social e das desigualdades sociais, quando este Governo não deixa qualquer paralelo com aquilo que tem sido o percurso deste Governo Regional, nesse sentido. Desde logo, com os diversos apoios e a simplificação, por exemplo, do COMPAMID, do “Nascer Mais”, a evolução no “cheque-pequenino”, as creches gratuitas e o projeto “Novos Idosos”. Se isto não são tudo reformas e novas políticas que se têm implementado na área social, então não sei o que serão.

De registar também aquela que tem sido a visão deste Governo, no apoio aos alunos do ensino superior através das bolsas de estudo...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... em que valorizamos os alunos que ingressam no ensino superior, a visão sobre a nossa Universidade dos Açores e o aumento do financiamento da tripolaridade desta universidade, e, também, as bolsas de estudo para doutoramentos. É um aumento sem qualquer paralelo ao longo da nossa história ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem lembrado.

A Oradora: ... quando falamos do triplo do apoio que este Governo Regional implementou.

Com toda esta mudança de paradigma, se estas políticas e reformas que têm sido implementadas por este novo Governo em 4 anos de governação não são inovadoras, então o que será?

Dizia o Deputado do Bloco de Esquerda, relativamente às carreiras: “Nem tudo está feito.” É certo, mas, se há Governo que tem apostado na valorização das carreiras profissionais, é este.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): De uma forma exemplar!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

A Oradora: E esse caminho está a ser trilhado. Não podem exigir que tudo o que não foi feito ao longo de 24 anos de Governo, seja resolvido em 4 anos.

Mas, só para terminar, em relação à sua sinalização, Sr. Deputado Nuno Barata, sobre o que teria dito o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional — Presidente do CDS-PP/Açores — a verdade é que o que foi dito é que a Educação e a Saúde são direitos constitucionais de todos os portugueses.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora!

A Oradora: O que o Estado deve assegurar é o financiamento adequado dessas áreas, para que a igualdade de acesso seja garantida nos Açores. Cabe, sim, à Região complementar com os apoios que entender serem necessários, dada a nossa realidade arquipelágica.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Foi isto que disse o Sr. Vice-Presidente do Governo dos Açores. Foi isto que disse Artur Lima, Presidente do CDS-PP. Não queira fazer passar algo que tenha sido dito que não isto porque, efetivamente, assim foi. O senhor sabe bem e estou certa de que também compartilha com esta posição, até porque o senhor saiu do CDS-PP, mas o CDS-PP não saiu de si.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Por isso é que acompanha tão ao pormenor toda a atividade do partido.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Não há mais inscrições.

Pergunto ao Sr. Deputado Nuno Barata se quer usar a sua faculdade de encerrar o debate. Dispõe de 5 minutos.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar pela graçola do Sr. Secretário Regional por relacionar o meu *outfit* à expressão de lorde inglês. Se eu estivesse no *Houses of Parliament*, no tempo de Winston Churchill, responderia a V. Exa. que um *outfit* desta natureza não é para qualquer um. Eu posso, o senhor se calhar não pode.

Risos na Câmara.

Mas diria também que a mentira é a arma do incompetente. A mentira é a forma que o incapaz encontra de criticar aquele que toca na ferida. O Governo esquece-se depressa, aliás, eu penso que o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento saiu do plenário talvez por causa disso. Não foi nem há um mês que nos reunimos nesta Casa e eu lembrei a Câmara que as exportações estavam a diminuir. Não é verdade aquilo que o Sr. Secretário disse. As exportações não estão a aumentar, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Aumentaram em número.

O Orador: ... as exportações diminuíram em termos de valor bruto. E eu disse-o aqui no mês passado e até elogiei este facto, porque tem a ver, precisamente, com o crescimento do setor do turismo, crescimento esse que não tem nada a ver com medidas específicas deste Governo, — ao contrário do que disse o Deputado João Bruto da Costa — tem a ver, sim, com a conjuntura internacional.

Isso mesmo foi lembrado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) há dias, corroborado e trazido a público pelo reputado economista, de seu nome Ricardo Paes Mamede, num programa de televisão, onde falou sobre a República e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Não foi nada disso!

O Orador: Mas há também aqui um dado importante a realçar: o PIB *per capita* da Região Autónoma dos Açores está ao mesmo nível da média do PIB *per capita* da Região Autónoma da Madeira e do continente português. Não cresceu, não alterou, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

O rendimento das pessoas aumentou mais no país.

O Orador: ... não temos um crescimento superior àquilo que está a acontecer na República.

Deputado José Ávila (PS): Olha que chatice.

O Orador: Mas, voltando a algumas das outras intervenções, eu queria também dizer que não esperem que a Iniciativa Liberal continue a alimentar políticas do passado, políticas como aquelas que todos enunciaram e que têm a ver com o "dar tudo a todos". Nós viemos, em 2020, para a política regional para mudar, não para manter tudo igual, nem para dar mais do que aqueles que davam antes, nem para fazer o mesmo que aqueles faziam, mas de forma diferente.

Digo mais ainda, Sr. Deputado João Bruto da Costa, quem puxa os Açores para baixo não sou eu com as minhas preocupações com a vida dos Açorianos. Quem puxa os Açores para baixo é quem, todos os dias, hipoteca a autonomia de povo açoriano e quem, todos os dias, aumenta a dívida pública que vai obrigar as gerações vindouras a pagar essa fatura.

Deputado Russel Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Estes é que puxam os Açores para baixo, apesar de encherem a boca com autonomia e a dizer que são os pais da autonomia, mas que a hipotecam todos os dias por via da dívida.

Protestos do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

O exercício que o senhor fez — inclusivamente, a graça com as reformas que não são reformas e de eu ter votado contra a redução das reformas — o senhor vai engolir isso quando o seu partido na República votar contra a sua anteproposta de lei. Mas ainda digo mais, esse provincianismo que os senhores usam, esse discurso provinciano é que puxa os Açores para baixo, é que põe os Açores num patamar que eu não quero ver mais!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Fica assim concluído o debate desta declaração política.

Vamos fazer um intervalo. Voltamos às 11 horas e 40 minutos.

Eram 11 horas e 24 minutos.

Neste momento o Deputado Luís Garcia retoma o seu lugar na Mesa no lugar do Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 46 minutos

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a próxima declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A história é cíclica, os factos tendem a repetir-se. Este foi o ensinamento que o nosso professor de História nos procurou transmitir, justificando a necessidade do estudo da sua disciplina.

Os bons alunos de história não podem fazer tábua rasa da forma como os astros estão a alinhar-se, ignorando os alarmes que ecoam e deixam antever, no horizonte, comportamentos que estiveram na base de grandes convulsões sociais e até conflitos armados que mobilizaram o planeta.

No dia em que se comemoraram os 80 anos da libertação de Auschwitz-Birkenau, vários agentes federais americanos foram de casa em casa, de porta em porta deter imigrantes, como uma “caçada” análoga à “Noite de Cristal”. Apesar das semelhanças, parece existir um sentimento que a memória do Holocausto desvaneceu e está a perder-se juntamente com a partida dos seus últimos sobreviventes.

No entanto, nós, os descendentes daqueles que viveram um dos períodos mais negros da história, temos a obrigação de evitar que estes episódios se repitam e nada melhor do que reavivar memórias para a necessidade premente de combater o racismo, a xenofobia, o antissemitismo, entre outros comportamentos que visam a discriminação de minorias.

Vislumbram-se tempos sombrios com o ressurgimento de ideologias que julgávamos mortas, definitivamente desacreditadas e enterradas no caixote do lixo da história.

Assiste-se ao crescimento de movimentos antidemocráticos, portadores de mensagens xenófobas e racistas, que perseguem, sobretudo, minorias étnicas.

É importante trazer à memória o Holocausto como produto das consequências do ódio racial, religioso, político, gerado pela cor, nacionalidade, etnia, orientação sexual ou deficiência.

Recordar este período da história deve servir de mote para evitar que se dê o passo em frente em direção ao abismo e à eugenia.

Temos a obrigação de ser o garante de que aquele período da história não se repete.

Mas tão importante como recordar é insistir na educação das gerações presentes e futuras sobre causas do nazismo e de outras ideologias racistas e xenófobas. A educação é o caminho para a prevenção. Urge combater a desinformação e a falsa informação.

Insistir na aprendizagem democrática da tolerância, empatia e respeito pelos direitos humanos é o caminho que temos de trilhar para que o ódio, o preconceito e o medo não ganhem espaço na cena pública e nos sistemas políticos democráticos.

Temos de agir para que não sejamos acusados de miopia política e branqueando da urgência do combate aos discursos de ódio. As condenações verbais já não são suficientes, temos de ter ações concretas. Temos de fechar a porta à desumanização, esculpida na falta de empatia que ressurgiu nos discursos de ódio, que não podem ser vistos com uma mera opinião, sendo normalizados. Esses comportamentos não podem, nem devem ser camuflados no argumento do direito à liberdade de expressão, sob pena de assistirmos a uma radicalização dos direitos.

Linguagem violenta, mensagens xenófobas, dissimuladas e assentes numa diversidade de táticas ou em estratégias retóricas como a ironia, metáforas e humor podem configurar a prática de um crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência. Leia-se o artigo 240.º do Código Penal.

Apesar de mascarados, os discursos de ódio perpetuam estereótipos, apelando a uma ação contra uma minoria ou pessoas vulneráveis, dependentes de apoios sociais.

Assiste-se à expansão dos movimentos anti-imigração. Negação do ódio, desumanização, ameaça realista e ameaça simbólica (à segurança, aos recursos, aos valores, religião, etc.) ou recurso a figuras de estilo como a hipérbole, são técnicas inerentes aos discursos de ódio.

Não podemos esquecer o discurso conspiratório em que alguém aparece como salvador da pátria, reforçando a radicalização e a polarização social. Não devemos desmerecer, silenciar ou ignorar estes comportamentos. Temos o dever de esclarecer os anseios da população.

Insultar não é útil para o debate público, mas discutir preconceito afasta-nos das trevas das Grandes Guerras. Temos de produzir contranarrativas, criar informação contrafactual que combata os estereótipos. O critério do debate não deve ser ideológico.

Temos de trabalhar estes fenómenos junto das comunidades alvo dos discursos, e dos expectadores, sobretudo nos ambientes online, em que há uma maioria silenciosa com enorme capacidade e poder de mudança. Temos o dever de dar esse exemplo. Que o exemplo comece nesta Casa.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, ainda bem que V. Exa. traz este assunto aqui a debate no nosso Parlamento. O combate ao racismo, o combate à xenofobia é algo que todas as instituições democráticas devem ter como prioridade e nós devemos fazer não apenas como V. Exa disse, com declarações, com o debate público, mas também com ações e políticas concretas.

É verdade que, nos últimos anos, tem ressurgido, depois da derrota do *Apartheid*, na África do Sul, depois da derrota do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, como V. Exa. bem referenciou. Muito embora esta questão da xenofobia, do antissemitismo e muitas outras são muito anteriores até ao fascismo e ao nazismo, mas a questão é algo que é permanente na nossa sociedade. Sempre existiu e vai continuar a existir.

O problema que está a acontecer atualmente é que estão a adquirir uma enorme preponderância nas nossas sociedades e que este discurso passe a ser normalizado, — que é o que está a acontecer nalguns setores de opinião.

Como V. Exa. bem referenciou, existe agora um “mundo fora da lei” que são as redes sociais, onde se insulta, onde as piadas racistas e xenófobas são o dia a dia deste tipo de redes. Há grupos nessas redes, muito conhecidos aqui na Região Autónoma dos Açores, que têm milhares de utilizadores, mas ninguém lhes diz nada quando alguns

dos participantes fazem esse tipo de referências racistas, muitas vezes xenófobas e amplamente discriminatórias.

Bom, as redes sociais têm vindo a exacerbar este tipo de movimentos, mas, infelizmente, não ficam apenas nas redes sociais. Já entrou também no discurso político, no discurso de discriminação do outro por ter uma religião diferente, por ter uma cor da pele diferente, por ter uma situação social diferente e essa discriminação e este discurso é absolutamente intolerável.

Da parte do Governo dos Açores, existe todo o empenho em combater fenómenos de xenofobia e de racismo e nós temos-lo demonstrado em cada momento da nossa prática. Estamos sempre ao lado dos nossos imigrantes, na integração dos nossos imigrantes que estão a contribuir para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Da nossa parte, há um grande esforço para estar ao lado deles, para permitir uma plena integração na nossa sociedade. E, portanto, da nossa parte da ação política do Governo dos Açores, temos este conjunto de práticas. Como V. Exa. bem referenciou, é muito importante que, nos nossos programas escolares e nas próprias escolas, estas ações sejam também desenvolvidas.

Nós temos o programa lápis cor-da-pele que está a ser desenvolvido junto das nossas escolas. Este aspeto também está a ser desenvolvido em disciplinas como educação cívica, história e em diversas áreas transversais.

É importante que este discurso se faça, que se transmita e que se combata o discurso do ódio.

E, portanto, as questões que aqui acabou de referenciar são, da nossa parte, do Governo dos Açores, questões que nos preocupam e que orientam a nossa atividade política e governativa nesta matéria: como integrar os nossos emigrantes, combater quem pratica atos de xenofobia, racismo e discriminação — que, infelizmente, não são assim tão poucos — e enfrentar também o discurso político que continua a tentar crescer num caldo de cultura alimentado pelo ódio, ódio, ódio.

Nós, em relação a este tipo de discurso, seguimos outro caminho: o da integração, o da solidariedade, o do apoio aos mais desfavorecidos, ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: o apoio a quem é discriminado.

Uma última referência apenas, Sr. Deputado Nuno Barata, para lhe dizer o seguinte: espero, no futuro, e até num curto prazo, também poder vestir esse tipo de fatos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. Srs. Membros do Governo:

Eu entendo que o momento solene de uma declaração política merece sempre um comentário, uma resposta e uma intervenção. Neste caso em concreto, eu não teria nada a acrescentar àquela que foi a declaração política do Sr. Deputado Pedro Neves, do Partido Pessoas Animais e Natureza, e esta minha breve intervenção serve para isso mesmo. Para acompanhar tudo aquilo que disse, todas as suas preocupações e alertas, e para, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, declarar o nosso empenho para também junto com o Governo Regional, podermos contribuir para que esse caminho, que o senhor alertou, que está a ser percorrido, possa ser invertido e aí que educação também seja uma forma para combatermos essas práticas que o senhor tão bem denunciou.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, felicitar a Representação Parlamentar do PAN, nomeadamente, o Sr. Deputado Pedro Neves, por trazer esta declaração política sobre temas que são, infelizmente, tão atuais. Tão atuais como quando olhamos para a Europa e a América, os seus protagonistas políticos, as novas alianças que agora surgem e os desafios que essas representam para as instituições democráticas, como esta, em que nós nos incluímos.

Os discursos racistas, xenófobos e misóginos, a que assistimos por parte de muitos protagonistas políticos da atualidade e associados a alianças disfarçadas de populismo, são, de facto, uma preocupação à qual devemos estar muito atentos.

Eu queria alertar, ainda, para uma questão que foi aqui trazida pelo Sr. Deputado e que tem a ver com a normalização destes discursos. Esta normalização é preocupante, e a sua desvalorização é igualmente alarmante.

Deputado José Pacheco (CH): Perigoso.

A Oradora: Vemos, em muitos comentaristas, em muitos órgãos de comunicação social e em muitos protagonistas do poder na atualidade, a desvalorização de alguns destes discursos. É precisamente essa desvalorização que permite alianças que, quanto a mim e a nós, são, de facto, perigosas e devem ser objeto da nossa maior atenção.

O nosso maior receio é, de facto, a contaminação, nesta fase, das instituições alegadamente democráticas por estes populismos, estas demagogias e estes discursos racistas, xenófobos e misóginos.

Fica, por isso, o nosso agradecimento ao PAN pela oportunidade que nos dá de refletir sobre estas problemáticas e, sobretudo, pelo alerta que nos deixa, tanto a nós como a esta Casa.

É importante reconhecer que, nesta Casa, também ocorrem, pontualmente, discursos desta natureza, embora disfarçados, assim como atitudes que são, elas próprias, racistas, xenófobas e misóginas. Portanto, não estamos alheios a esta realidade, e faz todo o sentido que estes assuntos sejam aqui debatidos.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero deixar aqui uma palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves, da Representação Parlamentar do PAN, por ter apresentado esta declaração política com grande elevação e, também, oportuna, face aos momentos cruciais que se têm vivido na sociedade portuguesa e não só.

O ódio e a intolerância não são apenas uma ameaça à democracia, mas, sobretudo, uma ameaça à dignidade humana, e é fundamental combatê-los. O grande combate ao ódio, à xenofobia e à violência verbal, bem como à propagação de *fake news* nas redes sociais, deve partir também desta Casa.

Faço aqui um apelo: todos nós, representantes do povo açoriano, temos uma responsabilidade acrescida nesta matéria, porque a democracia constrói-se através do confronto de ideias e não com a pura destruição do adversário.

É esta a mensagem que gostaria de deixar e, mais uma vez, não posso deixar de agradecer ao Sr. Deputado Pedro Neves pela sua declaração política.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema é pertinente e bastante atual. Revejo-me e, obviamente, os barretes hão de servir a quem couber. Cada um enfia o barrete na cabeça que quiser. Na nossa, não cabe nada disso, por isso estamos à vontade.

Eu só acho, Sr. Deputado do PAN, que faltaram alguns ódios. Há aqui mais alguns, e eu vou relembra-los para uma futura ocasião. Olhe, por exemplo, o ódio aos lavradores. Passam a vida a criticar: “Os lavradores é que são culpados das alterações climáticas, etc.” Temos de acabar com este ódio... o senhor ouça para aprender.

Aparte impercetível do Deputado Carlos Silva (PS).

Fala-se nas reservas, o ódio contra os pescadores... um outro ódio que falta aí, ponha na lista: o ódio contra as touradas. Contra a nossa tradição, não em todas as ilhas, mas em algumas. O ódio contra os caçadores.

Deputado Carlos Silva (PS): O ódio ao glifosato.

O Orador: Não se pode apanhar um coelhinho.

Aprenda senhor, aprenda! Esteja atento que isto vai sair no teste.

O ódio contra quem mais? Contra quem trabalha.

Os garotos que trabalham? É um ódio enorme. É um ódio enorme contra as pessoas que trabalham.

“Estão a trabalhar? Olhe, não têm direito a isso. Não têm direito a creche, não têm direito a abono.” Eh pá, que ódio é esse? Temos de parar com isso.

O ódio contra a fé.

Então, agora, a fé?! Somos agora o quê?! E argumentam: “O Estado é laico.” Que ódio é este contra a fé?! Não percebo.

Mais um para tomar nota, e para não me alongar muito, Sr. Presidente: o ódio contra a democracia.

Há um ódio fantástico contra a democracia, em que o CHEGA é uma vítima.

Risos dos Deputados das bancadas do PS e da Representação Parlamentar do BE.

É uma vítima! São os jornalistas, são os comentadores, são os políticos, são os calceteiros.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Estão todos mal, só os senhores é que estão bem.

O Orador: Olha os bagageiros, os comentadores do quarto anel que vêm cá ganhar o ordenado sem fazer nenhum.

Pronto é o ódio, é o ódio, é o ódio!

Temos que acabar com este tipo de ódio, sabem porquê? Vou vos explicar: Todo o ódio é censurável.

Protestos dos Deputados das bancadas do PS.

Os malucos internam-se na casa de saúde dos malucos. As pessoas a sério têm que ser respeitadas, e a democracia faz-se com todos.

Até porque há uma coisa curiosa de que os senhores se esquecem: quando estão com um discurso de ódio contra certos partidos, como é o meu, esquecem-se...

Deputado Carlos Silva (PS): É da bagagem?

O Orador: ... esquecem-se de que nós, cada vez mais, representamos mais pessoas. Se representamos mais pessoas, por alguma razão é. E é porque as pessoas se revêm naquilo que dizemos. Não é pelo discurso do ódio.

Deviam estar um pouco mais atentos às pessoas que vos pagam o ordenado.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Miguel Arruda?

Aplausos dos Deputados das bancadas do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

Diálogos paralelos na Câmara.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Usando os 15 segundos que guardei para esta declaração política do PAN.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: E, até na decorrência daquilo que acabámos de ouvir, não é demais lembrar aquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves veio aqui recordar.

E quero dizer ao Sr. Deputado Pedro Neves que a Iniciativa Liberal assina por baixo da sua declaração política e assume como suas, todas as palavras que o senhor proferiu daquela tribuna.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saúdo, naturalmente, a Representação Parlamentar do PAN pela declaração política sobre um tema não só da maior atualidade, mas também da maior importância face aos momentos e tempos em que vivemos.

De facto, as intervenções neste plenário demonstram muito bem que, não só os barretes servem em algumas cabeças, mas também que este assunto merece toda a nossa atenção e um debate profundo e sério sobre esta matéria, sobre as diversas discriminações, sobre o ódio, sobre a institucionalização do ódio e a sua entrada nos parlamentos das diversas democracias, nos Estados democráticos e nos Estados de direito da Europa e dos Estados Unidos, por exemplo.

E, de facto, não nos revemos em chamar “malucos” aos cidadãos que vivem nos Açores e no país. É esse tipo de discurso que temos de rejeitar e que, já agora, nem deveria ser admitido neste Parlamento sem uma advertência.

Deputado José Pacheco (CH): É preciso ter lata! O senhor que me chamou racista agora vem com esse discurso!

O Orador: As pessoas, todos os cidadãos e cidadãs dos Açores e do país, merecem respeito e não podem ser insultados desta forma neste Parlamento. É uma vergonha autêntica. O ódio institucionalizou-se, e isso é grave.

Deputado José Pacheco (CH): O ódio aos empresários, aos privados, às creches privadas.

O Orador: Referia muito bem o Sr. Secretário Regional, Paulo Estêvão, relativamente aos insultos que grassam nas redes sociais, ao ódio que grassa nas redes sociais ...

Deputado José Pacheco (CH): Tem graça, tem.

O Orador: ... e à tendência que, efetivamente, tem sido a de piorar este triste e preocupante cenário.

E é um sinal muito claro da tendência que aí vem com a tomada de posse da nova administração norte-americana. Uma das primeiras medidas que as redes sociais,

nomeadamente o Facebook e o Instagram, tomaram — as redes sociais da empresa Meta — foi acabar com a moderação e a revisão dos conteúdos nas plataformas. E isso diz muito sobre as alianças que estão forjadas entre a oligarquia das grandes tecnológicas, do grande capital e aqueles que, agora, com este discurso de ódio, já dominam o mais poderoso Estado do mundo. E isso é preocupante.

Deputado José Pacheco (CH): Houve quem votou neles.

O Orador: E, na Europa, não estamos imunes nem livres desse tipo de discurso e dessas forças...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já.

Basta ver o que acontece na grande maioria dos países da Europa — em Portugal, inclusive — com os riscos da subida da extrema-direita na Alemanha, ...

Deputada Olivéria Santos (CH): Democracia, chama-se democracia.

O Orador: ... um país onde se cometeram as maiores atrocidades do século XX. E isso é preocupante.

É muito preocupante que, ao mesmo tempo, se queiram adotar os mesmos *slogans*, com partidos a quererem "tornar a Europa grande outra vez", exatamente como acontece nos Estados Unidos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito do debate desta declaração política.

Pausa.

Creio não existirem.

O Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra para encerrar a declaração política, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só pedi a palavra para agradecer a todos os partidos políticos, todos sem exceção, e ao Governo pelas suas palavras. E mesmo a V. Exa., Sr. Deputado José Pacheco, agradeço as suas palavras, ...

Deputado José Pacheco (CH): Eu depois passo-lhe as notas.

O Orador: ... porque a sua intervenção só demonstra a necessidade da declaração política que foi apresentada.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrada esta declaração política.

Avançamos para a próxima. É a vez do PSD fazer a sua declaração política, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Educação é a base do progresso de qualquer sociedade. É através dela que garantimos um futuro melhor para as nossas crianças e jovens, que formamos cidadãos capacitados para enfrentar os desafios do mundo atual, para exercer a cidadania de forma consciente e responsável e para ingressar no mercado de trabalho com competências adequadas, contribuindo ativamente para o crescimento económico, social e cultural da nossa Região.

Hoje, é com muito orgulho que podemos afirmar que os Açores estão a trilhar um caminho de sucesso nesta área.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Desde 2020, registamos uma redução significativa da taxa de abandono precoce de educação e formação que, depois de anos de estagnação, passou de 26,3 % para 19,8 % em 2024, sempre em rota descendente.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Uma descida, portanto, de 6,5 pontos percentuais.

Estes números refletem o compromisso firme com a escolarização e com a promoção do sucesso educativo. Acreditamos, veementemente, que cada jovem que permanece no sistema de ensino e se qualifica representa um passo em frente para a nossa sociedade.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este é o resultado das políticas implementadas pelo Governo de coligação, liderado por José Manuel Bolieiro, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que, pela primeira vez, passou a acompanhar individualmente cada aluno que se encontra em situação de abandono precoce. É também fruto do trabalho incansável dos nossos profissionais de Educação, que estão nas escolas.

O Governo de coligação compreendeu, desde o início das suas funções, que era necessário valorizar estes profissionais, tendo materializado este desígnio com a aprovação de um novo Estatuto da Carreira Docente, que introduziu melhores condições de carreira para atrair professores de outras regiões e incentivar, até, os jovens a seguir esta profissão. Recentemente, foram abertos concursos para o pessoal docente, com um total de 305 vagas lançadas. Até ao momento, foram integrados mais de 700 professores nos quadros da Região, proporcionando maior segurança laboral e estabilidade às nossas escolas.

Professores motivados fazem toda a diferença, e os bons resultados dos alunos em avaliações externas são também consequência disto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pela primeira vez, os Açores alcançaram uma das melhores médias nacionais, demonstrando que estamos no caminho certo. Os alunos açorianos obtiveram uma média superior à média nacional nos exames nacionais em 10 disciplinas, incluindo Português e Matemática A.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Mas, também no 3.º ciclo, os dados da mais recente avaliação internacional TIMSS (*Trends in International Mathematics and Science Study*) sublinham que, no 8.º ano, nas disciplinas de Matemática e Ciências, os alunos açorianos ultrapassaram as pontuações médias nacionais.

Tem-se assistido, indubitavelmente, a uma melhoria em vários indicadores, e este progresso só é possível porque todos se têm comprometido com a promoção do sucesso educativo, incluindo também o pessoal da ação educativa, cuja dedicação e trabalho diários garantem um ambiente escolar organizado, seguro e propício à aprendizagem. Sim, porque a escola faz-se com todos. Cientes disso, foi também este Governo que combateu — e tem combatido — a precariedade a que estes funcionários estavam sujeitos. Integrou, nos quadros das escolas, cerca de 600 trabalhadores da ação educativa e procedeu à revisão do Decreto Legislativo Regional que estabelece os seus rácios nas escolas, algo que não era revisto há 15 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Antes, nesta equação, apenas o número de alunos nas escolas contava, e outros aspetos, como as especificidades dos espaços e a população estudantil, eram descurados.

Mas as melhorias não se ficam apenas ao nível das condições de trabalho e dos resultados alcançados. Ao nível das infraestruturas escolares, foram já investidos cerca

de 52 milhões de euros para a modernização e requalificação dos nossos estabelecimentos de ensino.

Podemos dar aqui exemplos: da EBI de Capelas, da EBI dos Arrifes, da EBI de Rabo de Peixe — obras já concluídas — e muitas outras pela Região que estão em curso.

Deputado Carlos Silva (PS): Foram preparadas e iniciadas pelo Partido Socialista.

A Oradora: Perguntar-me-ão, Sras. e Srs. Deputados, está tudo feito? Não, não está tudo feito. E nós temos a humildade de reconhecer que ainda há muito por fazer. Mas nós também sabemos que esta é uma matéria tão dinâmica que o trabalho nunca está concluído.

Sabemos, sim, que há escolas que precisam de mais intervenções. Sabemos, sim, que são necessários mais recursos humanos. Sabemos, sim, que são necessárias alterações pedagógicas. E nós sabemos que tudo isto está a ser pensado. Tudo isto está a ser feito...

Deputado Carlos Silva (PS): Estão a preparar um estudo?

A Oradora: ... porque, em muito pouco tempo, já muito se fez e muito mais se planeia fazer!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para além do já explanado, há provas inequívocas de que este Governo se preocupa não só com o presente, mas também com o futuro desta área governativa.

Deputado Berto Messias (PS): Ainda bem.

A Oradora: Este Governo não se limita a corrigir as graves lacunas encontradas no sistema, está empenhado em reconstruir e garantir a sustentabilidade da educação, que foi gravemente comprometida pela gestão dos excessivos governos do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.

A Oradora: Sim, nos últimos anos, no governo socialista, esta área ficou fragilizada, marcada pela precariedade dos contratos e pela ausência de uma estratégia eficaz para garantir a renovação dos quadros docentes e a melhoria dos resultados dos alunos.

A falta de investimento na valorização da carreira, a falta de investimento nos recursos adequados para a criação de melhores condições de estudo, a falta de investimento na melhoria das condições de trabalho de todos os profissionais de educação e no acompanhamento pedagógico dos nossos alunos, por parte do Partido Socialista, contribuiu para um sistema educativo debilitado, com impactos negativos na qualidade do ensino e na motivação dos nossos profissionais de educação.

O Governo de coligação adotou uma abordagem diferenciada. Em boa hora, rompeu com essas práticas anteriores, porque governar exige agir de forma assertiva, abordando os problemas numa lógica de resolução. E aqui também enalteçemos o plano de priorização da lecionação apresentado por este Governo Regional, que será posto em prática já no próximo ano letivo.

Governar exige também planeamento para o futuro. É fundamental uma visão estratégica e antecipatória. Por isso mesmo, o Governo de coligação desenvolveu a Estratégia Educação Açores 2030, que estabelece metas específicas para que os Açores continuem a melhorar os seus resultados que faz, no fundo, um estudo prospetivo das necessidades desta área, para estarmos mais bem preparados para os desafios da próxima década, na área da educação.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão hoje melhores do que estavam num passado não muito distante. Os números são factuais e não nos deixam mentir. Registam-se melhorias significativas na educação, alcançámos — e eu volto a sublinhar — números históricos na taxa de abandono precoce na educação e formação, que pela primeira vez fica abaixo dos 20 %. E podemos afirmar, com toda a convicção, que estes e outros ganhos são fruto de

políticas bem sucedidas e do esforço de toda a comunidade educativa. Este é um caminho que queremos continuar a percorrer, com determinação, com investimento...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual investimento? Não há dinheiro!

A Oradora: ... e, acima de tudo, com um profundo respeito pelo papel fundamental que a educação desempenha no futuro da nossa Região.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está realizada a declaração política.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que ter sempre atenção que isto vai mudando ali o governo, mas é só ali.

Bom, muito bem, Sra. Deputada Délia, como sempre, brilhando.

A educação, para o CHEGA, desde que cá chegámos, ...

Aparte impercetível das Deputadas Joana Pombo Tavares e Sandra Costa Dias (PS).

Ouçam que isto depois sai um teste e não sabem.

A educação é um pilar — e até acredito que é um pilar para todos os partidos — com visões diferentes, como é óbvio, mas o CHEGA sempre o assumiu como um pilar da sociedade e como um pilar fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Sem sabedoria, não se chega a lado nenhum. Bem, alguns têm chegado, mas...

Aparte impercetível.

Acusaram-se. Pronto, é assim. Eu não estava a falar para vocês, pá.

Bem, mas a verdade é esta: tenho feito alguns e bons elogios à Sra. Secretária Regional, Sofia Ribeiro. Mas não é por fazer tudo bem. Esses elogios não vêm por ela fazer tudo bem, vêm porque tem a coragem — e ainda hoje se dizia isto — de começar a fazer, de fazer diferente, de endireitar a casa. Está mal? Rasgamos e refazemos.

É isto que um Governo tem de saber fazer, é isto. E a senhora tem sido um excelente exemplo. Ao contrário de alguns colegas seus, que só sabem falar mal do passado, a senhora tem preparado o futuro, e tenho de lhe dar os parabéns.

E não me calo, não tenho palas nos olhos. Não somos parentes nem nada que se pareça. Isso seria no PS.

E quando está bem feito, há que reconhecer. Agora desafio a Sra. Secretária da Educação, por exemplo, a acabar com os manuais digitais. Eu sei que a senhora não quer acabar e nós continuamos na nossa: queremos acabar. Queremos acabar com os manuais digitais e não me vou esticar no tema.

Outra coisa que também temos de acabar é com essas ideologias de género nas escolas. Que eu saiba, só há dois géneros: o masculino e o feminino. E depois, há uma série de opções que é com cada um, nosso Senhor que tome conta deles.

Depois, também temos de acabar, isto é, não começar, com as casas de banho mistas. Isto é que não pode acontecer e falou-se demasiado sobre este assunto. São modernices e sabem o que é? É voltar uns séculos para trás, numa gruta, e fica tudo “caldeado” na gruta. Isto tem de acabar.

E, finalmente, Sra. Secretária — e na sequência da aula anterior — é acabar com o doutrinação por parte de alguns senhores, — que nem lhes vou chamar de professores — da extrema-esquerda nas salas de aula.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já cá faltava.

O Orador: Doutrinação, lavagem cerebral às crianças, e isto tem de acabar e ser fortemente punido.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Existe aqui, de facto, um esforço coletivo para melhorar a qualidade do ensino na Região Autónoma dos Açores e os números não mentem quanto a isto. Há uma redução do abandono escolar que, em 2024, atingiu o recorde de 7,2 %; existe e houve uma abertura de concurso de docentes com 305 vagas para docentes; houve uma integração de 700 professores no quadro das escolas; a média nacional em 10 disciplinas, finalmente — repito, finalmente — foi acima da média nacional; o reforço de pessoal não docente foi o equivalente a 600 trabalhadores para a ação educativa; investiu-se 52 milhões de euros na melhoria e na modernização das infraestruturas.

E quero aqui deixar uma mensagem: esse esforço é, sim, em grande parte, do Governo Regional dos Açores, mas também é mérito dos nossos jovens e da nossa comunidade educativa.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta declaração política.

Pausa.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Srs. Deputados, Excelentíssimos Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, partilhamos da boa notícia que foi divulgada hoje, relativamente à descida do abandono escolar precoce.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que entusiasmo!

A Oradora: É este o caminho, de facto, que temos de percorrer, e continuo a crer que conseguimos avançar com mais ritmo e mais ousadia do que aquela que tem sido utilizada até agora.

E digo isso porque, da mesma forma que agora está a ser feito, o ritmo que foi imposto ainda nos governos do Partido Socialista contribuiu para a diminuição da taxa de abandono escolar precoce, foi alcançado um resultado ainda superior. Portanto, continuo a acreditar que podemos fazer ainda mais e melhor pelos nossos alunos na Região.

Mas, para tal, é necessário que, por exemplo, os manuais digitais não apresentem os problemas que têm ocorrido em todos os inícios de ano letivo, como aconteceu novamente desta vez.

Ainda hoje, posso dar-vos nota — e a Sra. Secretária certamente saberá — de que a rede EDU está em baixo na maioria das escolas, o que dificulta muito a classe docente e para os alunos acompanharem o ensino através dos manuais digitais.

Por outro lado, e ainda no âmbito dos manuais digitais, gostaria de relembrar que foi divulgado ontem a adjudicação do estudo sobre o impacto dos manuais digitais nas aprendizagens, o qual contraria aquilo que foi aprovado nesta Casa, no que diz respeito ao prazo. Tendo sido aprovado um prazo de 9 meses, considerando que este concurso só saiu 3 meses depois do que foi aprovado nesta Casa, concluímos que só daqui a 18 meses, já no ano letivo de 2026/2027, saberemos os resultados sobre o impacto dos

manuais digitais. E isso, de facto, preocupa-nos, e certamente preocupa toda a comunidade de docentes.

Ainda acrescento que, no que diz respeito à educação, pese embora tenha sido legislada a criação dos bolseiros ocupacionais, a verdade é que continuamos sem nenhum concurso aberto no BEPA (Bolsa de Emprego Público dos Açores), nem qualquer intenção prática de recrutamento que venha suprir as dificuldades que a maioria das escolas enfrenta com essa figura. Esta figura é de extrema importância, especialmente numa Região onde a intervenção precoce continua a ser bastante relevante. Existem diversos casos sinalizados nos nossos hospitais da Região que, infelizmente, por falta de pessoal — tanto médico como psicólogos, psicomotricistas, terapeutas da fala, por exemplo, num hospital de Ponta Delgada — acabam por não ter o devido seguimento. E nós entendemos que não basta apenas sinalizar, é preciso dar continuidade, e essa articulação tem de existir. Para isso, é necessário apostar em pessoal qualificado para essas funções.

As próprias escolas continuam a enfrentar escassez de psicólogos, pese embora o aumento do *bullying*, sobre o qual tanto se fala aqui. A verdade é que não conseguimos responder a esse aumento com o incremento proporcional de pessoal para dar apoio. O mesmo se passa com o pessoal da ação educativa, onde nem sequer os rácios estão a ser cumpridos em muitas escolas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Os dados apresentados pela Deputada Délia Melo contrariam tudo o que está a dizer.

A Oradora: E julgo que não estou aqui a trazer novidades, embora existam *n* motivos, como baixas médicas, etc. Mas a verdade é que há estabelecimentos de educação na nossa Região que, até pelas suas infraestruturas, carecem de mais segurança e acompanhamento para os nossos alunos.

Por fim, gostaria de mencionar que entendemos que a luta contra o abandono escolar precoce não merece tréguas na nossa Região. Mais uma vez, reiteramos que é desta forma, e só desta forma, que conseguiremos combater os ciclos de pobreza. Este é um

caminho que deve ser seguido. Continuamos a estar na cauda dos números da Europa, e eu quero acreditar que, com o empenho de todos, é possível chegar a bom porto e reduzir a taxa de abandono escolar precoce de forma mais acelerada. Para isso, concorrem, naturalmente, não só as nossas escolas, como também o ensino profissional e a qualificação profissional.

Posto isto, reitero que partilhamos da satisfação pelos números hoje apresentados. Não ficamos satisfeitos, porque queremos sempre mais, mas não podemos deixar de assinalar que estamos a percorrer um caminho positivo. Não tenho nenhum problema em assumir isso, e assim espero que continuemos.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: De forma breve, começar por dizer que a educação é, de facto, uma área fundamental para o futuro dos Açores.

Nesta declaração política trazida pelo Grupo Parlamentar do PSD, não podemos, como é óbvio, deixar de salientar o aspeto positivo, que é a redução da taxa de abandono escolar precoce. Essa é uma boa notícia para os Açores e uma boa notícia para o futuro da Região, não restam dúvidas.

É também preciso salientar o enorme caminho que ainda temos por fazer, porque, ao mesmo tempo que essa taxa baixou nos Açores, também diminuiu a nível nacional. Isso leva-nos, fundamentalmente, à necessidade de pensar que se queremos que a Região se desenvolva e tenha uma educação que seja um fator de desenvolvimento para os Açores, precisamos de uma educação que nos faça aproximar dos níveis de

desenvolvimento do país e da Europa. Para isso, temos que recuperar muito e rapidamente.

Sabemos que é bom haver sinais positivos, mas, neste aspeto em concreto, temos um atraso enorme que precisa ser recuperado. É preciso também olhar para os números e perceber — e certamente o Governo fará esse trabalho, caso ainda não tenha sido feito, terá de o fazer — como é que esse número se compatibiliza com a taxa de conclusão do ensino secundário, que tem vindo a descer consecutivamente nos últimos anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ora aí está!

O Orador: Eu não sei porque é que isso acontece, mas é fundamental perceber. Porque se, em 2021, a taxa de conclusão do ensino secundário era de 87,2 %, no ano letivo 2022/2023, a taxa foi de 83,4 %. Ou seja, há aqui um aspeto que é até algo contraditório — por sua vez, preocupante — e deve ser tido em atenção, porque, naturalmente, a taxa de conclusão do ensino secundário significa a conclusão da escolaridade obrigatória.

As escolas dos Açores enfrentam, como é óbvio, inúmeros problemas. A questão do pessoal não docente ou do pessoal da ação educativa tem sido aqui por demais debatida. Ainda na semana passada, tivemos, novamente, o mesmo rol de queixas relativas à necessidade de reforçar trabalhadores não docentes — uma classe envelhecida, uma classe que trabalha muito — e as atuais regras não estão a ter, de modo algum, em conta as realidades específicas das escolas. Isso é um problema geral, e não podemos apenas aplicar os rácios, é preciso olhar para a realidade específica. Isso tem causado enormes dificuldades

Por falta de tempo, naturalmente, não poderei abordar outras matérias, mas deixo esse alerta...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... o alerta de que a parte da questão financeira tem e continua a trazer enormes constrangimentos ao funcionamento da escola.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD traz-nos esta declaração política sobre uma área estruturante e aquele que tem sido o percurso desenvolvido por parte do Governo Regional, que é a área da educação.

Hoje, tivemos esta boa notícia para a nossa Região, para os nossos Açores, para as comunidades escolares — quer encarregados de educação, quer alunos — com esta descida da taxa de abandono escolar precoce em que chegámos aos 19,8 %.

É verdade que ainda há um caminho a percorrer, mas esta tendência decrescente tem sido bastante positiva e agora importa consolidá-la.

Nesta área da educação, é preciso dizer que o Governo Regional tem procurado resolver uma série de questões que há muito estavam por resolver. Devolveu tranquilidade à classe docente e direitos aos professores que há muito reivindicavam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade. Bem lembrado.

A Oradora: Temos um estatuto da carreira que foi revisto e que hoje oferece melhores condições. Houve uma maior integração de professores nas nossas escolas, apesar de, em muitas delas, até se ter reduzido o número de alunos, aumentámos o número de docentes e temos hoje escolas mais capacitadas, não só por essa integração, mas também graças aos concursos de técnicos superiores em diversas áreas, que têm reforçado as nossas escolas e tornando-as mais preparadas. Por isso, também, os alunos têm melhores resultados, fruto de escolas mais capacitadas e de uma classe docente mais motivada, seguindo o percurso que tem sido traçado pelo Governo Regional.

Claro que existem, — e como até foi sinalizado por parte da Sra. Deputada Délia Melo — muitos desafios com que a educação se depara, como é óbvio.

Desde logo, reconhecemos o esforço do Governo Regional perante o desafio da carência de professores e da necessidade de fixá-los nas diversas ilhas. O Governo tem

estudado, planeado e está a executar estas políticas, perspetivando também o futuro, algo fundamental nesta matéria.

E, claro, sabendo e reconhecendo que a questão dos professores e a sua fixação é uma realidade em todas as nossas ilhas, com maior incidência nas ilhas mais pequenas, esperamos e continuaremos a trabalhar para promover cada vez mais a fixação de professores nas diversas áreas e grupos de recrutamento onde também existe maior carência.

Claro que defendemos que é necessário continuar também este percurso e este caminho...

Presidente: Agradeço que termine Sra. Deputada.

A Oradora: ... pedagógico e no desenvolvimento das competências dos nossos alunos, este acompanhamento de proximidade é fundamental para o sucesso educativo dos nossos alunos.

E, para terminar, falando também de uma questão que foi levantada por algumas bancadas relativamente aos manuais digitais, a verdade é que, no nosso entender, temos sempre dito, e o Governo já o assumiu, que acompanhará todo este processo. Sabemos que é uma matéria que não é unânime, mas que o Governo está a avaliar e a acompanhar todas aquelas que são as preocupações.

Para terminar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi desligado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A minha primeira palavra vai, naturalmente, para os profissionais de educação, nomeadamente os professores, o pessoal da ação educativa, e com uma palavra também muito específica para os conselhos executivos. É essencialmente a eles que se devem estes bons resultados, fruto de um trabalho de grande articulação que temos feito. Articulação essa que tem sido baseada na proximidade, constatando escola a escola as dificuldades que elas enfrentam, num trabalho de grande exigência, com 39 unidades orgânicas dispersas por nove ilhas, 32 mil alunos e 8 mil trabalhadores. Isso implica, naturalmente, o surgimento de problemas pontuais, como o caso da rede EDU que a Sra. Deputada hoje referiu. É natural que surjam esses desafios, e exigem um acompanhamento contínuo. Esse é o trabalho diário que as nossas escolas, de facto, realizam.

Agora, não posso deixar de referir que é, precisamente, fruto deste trabalho de proximidade que tem consistido numa maior estabilidade dos quadros, quer docentes, quer do pessoal da ação educativa, com um grande reforço que fizemos nesses quadros. Foram mais de 1200 profissionais que já entraram nos quadros da educação na Região. Estamos agora a ultimar a colocação e a criação de um sistema que é inédito no país, que é uma bolsa de ilha para recrutarmos, com rapidez, assistentes operacionais. Está em fase de testes e pretendemos lançar muito em breve.

Para além disso, os Srs. Deputados fizeram aqui uma referência à necessidade de se fazerem essas avaliações com o Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional. Temos feito periodicamente essa avaliação, a monitorização do próprio sistema e, para além disso, colocámos em consulta e conhecimento público.

E, portanto, temos total transparência relativamente às monitorizações que vamos fazendo e já contamos com dois estudos com entidades externas a avaliarem o Sistema Educativo Regional, o que era — como nós sabemos — algo que não existia anteriormente.

Para terminar, gostaria também de fazer aqui uma menção a esta comparação de valores que temos que continuar a fazer, — o Sr. Deputado António Lima fez referência a isso. É precisamente essa a base da Estratégia Educação Açores 2030, que foi por nós criada, em articulação com as nossas escolas, não só para melhorarmos os nossos indicadores, mas também melhorarmos os nossos indicadores na comparação nacional e europeia. Ainda temos, de facto, muito trabalho a fazer, tal como muito caminho a calcorrear, mas, indubitavelmente, a estatística não engana. Nós temos vindo a compensar o que era o nosso diferencial nesses indicadores de educação, por comparação com os resultados nacionais, e esse é, de facto, um bom indicador para o sistema educativo, mas, acima de tudo, um bom indicador para a Região, porque é isso que nos permitirá fazer a convergência que precisamos e continuar a investir nesta mobilidade ascendente.

Portanto, a todos, ao sistema educativo e aos nossos alunos, os nossos parabéns por estarem a alcançar esses resultados.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Julgo não existirem. Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo para encerrar a declaração política.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata trouxe esta declaração política porque há dados factuais que realmente comprovam que tem havido uma melhoria nos resultados e que se tem conseguido alcançar progressos na área da educação. Fico feliz porque todas as bancadas reconheceram, de facto, os bons números que hoje foram aqui apresentados, não ignoraram esses avanços concretos que já foram alcançados, embora, depois, obviamente, a oposição tenha falado nos aspetos que ainda faltam melhorar ou nos desafios que ainda temos pela frente. Mas é preciso não esquecer — e eu volto a repetir — que estamos a falar de uma taxa de abandono precoce de educação e formação que nunca esteve nos níveis a que assistimos hoje: 19,8 %.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Creio que foi dito, da bancada do Partido Socialista, que já houve noutros tempos valores inferiores, se bem entendi, mas não.

Deputada Inês Sá (PS): Não é a taxa, é o ritmo da descida.

A Oradora: Houve uma estagnação, mas realmente, depois da coligação tomar posse, assistiu-se aqui a uma descida significativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: É preciso não esquecer a integração dos profissionais de educação nos quadros das escolas. Falamos de mais de 1300 profissionais de educação, entre eles os docentes e pessoal de ação educativa, os próprios investimentos a nível de infraestruturas, que também foram referidos naquela tribuna. E o acesso dos alunos a diferentes recursos, o que também é um aspeto que não foi mencionado e que, na verdade, ajuda as famílias nesta questão da educação, com todas as poupanças que

fazem, em termos financeiros, para que os seus filhos e educandos possam aceder a uma educação de qualidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Obviamente que nós estamos cientes, — e eu não escondi este aspeto — que há ainda muito caminho a percorrer.

Falou-se aqui de uma situação vivida nas escolas em termos de assistentes operacionais, também já foi dito aquilo que está a ser desenvolvido para se tentar colmatar falhas e isto exige uma gestão diária. Mas tenho de fazer uma ressalva, tenho de lembrar que foi revisto o Decreto Legislativo Regional com a informação sobre os rácios que têm em conta as características do espaço escolar e da população estudantil. Eu sei, e toda a gente sabe, que no tempo do Partido Socialista, se calhar, não se detinham a esses números que estavam no papel, tinham mais, mas também é muito justo aqui relembrar o seguinte: nós não queremos voltar ao passado, porque, no passado, havia, de facto, precariedade. E isso foi dito por diversas vezes, até, inclusive, pelo Tribunal de Contas, que, no relatório emitido sobre a avaliação do ProSucesso, no período de 2015 a 2020, verificou-se que, para este programa, houve uma verba de cerca de 14,7 milhões de euros, dos quais 13,4 milhões de euros foram aplicados em programas ocupacionais, distribuídos pelas escolas sem critério. Nós não queremos isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nós queremos efetivamente que as escolas tenham os recursos humanos necessários...

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

... e é preciso dar dignidade a todos estes trabalhadores.

Eu termino com a frase que disse daquela tribuna: “A escola faz-se com todos”. E “todos” implica não só professores, alunos, pessoal da ação educativa, os próprios encarregados de educação, as famílias; famílias; implica envolver toda a gente, como este Governo tem feito nas sucessivas reuniões...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que tem tido com conselhos pedagógicos, com conselhos executivos, até mesmo para a desburocratização que está em curso. Portanto, é importante ouvir todos sem exceção, para que todos possam opinar e contribuir para o sucesso educativo dos alunos da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política e creio que atendendo ao nosso horário, não vamos iniciar uma nova declaração política.

Proponho assim que encerremos os nossos trabalhos esta manhã para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Se não se importarem, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 3 minutos.

Ao abrigo do artigo 81.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do PS solicita a apresentação do seguinte diploma: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII – Cria a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional dos Açores, procedendo à reforma dos procedimentos de recrutamento e seleção para a Administração Regional Autónoma. Para a apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto. Tem 10 minutos, faça favor.

Deputada Cristina Calisto (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta, que tem em vista a criação de uma Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional dos Açores, é uma proposta que materializa um compromisso do Presidente do PS Açores, Francisco César, na sua moção estratégica apresentada em julho passado, e concretiza também aquilo que nela é descrita: “criar formas expeditas, transparentes e escrutináveis de recrutamento de trabalhadores, adaptadas à realidade regional”.

Assim, a Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, instituiu a nível nacional a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, enquanto entidade responsável pela condução do procedimento concursal dos titulares dos cargos de direção superior da Administração Pública e que alterou o paradigma de recrutamento de dirigentes de topo da Administração Pública portuguesa.

Também ao nível dos gestores públicos do Setor Público Empresarial do Estado verificaram-se alterações de escrutínio na escolha, através da avaliação curricular e do perfil dos candidatos a tais cargos pela referida comissão. E passou a estar prevista a possibilidade de procedimentos destinados à constituição de reservas de recrutamento para satisfação de necessidades futuras de vários empregadores públicos, através de entidade centralizada.

Ora, no quadro legislativo regional e no que respeita a estas matérias, verificaram-se alguns acertos ao longo do tempo, mas não ao ponto de acompanhar todas as inovações que se foram verificando no país e nos sistemas jurídicos que nos são próximos.

Em parte, a justificação para este desfasamento fundamentou-se nas características específicas que os dirigentes superiores detêm na administração regional autónoma, designadamente no papel essencial de apoio direto ao poder executivo e a consciência das particularidades da organização administrativa regional, que permitiu que tivessem sido criadas soluções diversas na Região Autónoma dos Açores.

Todavia, tal contexto não nos impede de empreender uma reforma dos procedimentos de recrutamento e seleção para a Administração Pública Regional e no Setor Público Empresarial Regional, quer ao nível de dirigentes intermédios, quer dos gestores públicos, ou quer mesmo ainda dos trabalhadores em funções públicas, que torne mais transparente os procedimentos e que assegure uma administração pública que se quer cada vez mais aberta, qualificada, eficiente e transparente. É por isso que a nossa proposta implica alterações, não só ao nível do Estatuto do Pessoal Dirigente, como também no Estatuto do Gestor Público Regional e também ao regime de vinculação, de carreiras e remuneração dos trabalhadores que exerçam funções públicas. Como exceção, ficam as carreiras especiais e que devem obedecer aos termos da legislação específica que as regula.

Com a instituição da CReSAPRA, tem-se em vista garantir que estas escolhas são efetuadas em condições de igualdade e transparência, que promovam a competência e o mérito no acesso à administração pública em sentido amplo e fomentem a justiça efetiva dos procedimentos.

Assim, procurou-se um sistema de designação dos seus membros que respeitasse o princípio da separação e harmonização de poderes, em que a escolha dos indigitados (como membros da CReSAPRA) ou propostos para membros permanentes parta do poder executivo e seja validada por uma ampla maioria parlamentar, deixando ao poder executivo a escolha dos restantes membros da comissão.

Esta corresponsabilização dos órgãos de governo próprio na condução dos destinos da Região é fundamental para o aprofundamento autonómico e da própria democracia regional.

Do papel da CReSAPRA, consta também desencadear os procedimentos destinados à constituição de reservas de recrutamento por ilha, para satisfação de necessidades futuras e transversais dos vários empregadores públicos regionais, constituindo uma reforma na linha das melhores práticas a nível nacional e internacional. Para o efeito, a CReSAPRA é responsável por todas as operações inerentes à tramitação do procedimento destinado a constituir reservas de recrutamento para cada um dos quadros regionais de ilha.

Assim, esta proposta do PS de Projeto de Decreto Legislativo Regional:

- 1 – Regula a constituição, as competências e os objetivos da CReSAPRA, assim como define os estatutos da mesma com o fim de assegurar a tramitação dos procedimentos de recrutamento e seleção para a Administração Regional Autónoma;
- 2 – Distingue os procedimentos de recrutamento e provimento para cargos de direção superior e cargos de direção intermédia (1º e 2º grau);
- 3- No que diz respeito ao recrutamento e provimento para os cargos de direção superior, defende-se que os mesmos sejam nomeados por despacho de designação, publicado no Jornal Oficial, juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado. E nesse âmbito, estamos a dizer que para os Diretores Regionais devem manter-se por nomeação e não por concurso;
- 4 – Quanto ao recrutamento para os cargos de direção intermédia, estes devem ser recrutados, através de procedimento concursal conduzido pela CReSAPRA, de entre trabalhadores em funções públicas com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício das funções a serem executadas, possam vir a integrar a administração;

5 – A nossa proposta determina que a iniciativa da abertura do procedimento concursal deve competir sempre ao membro do Governo Regional com poder de direção, ou de superintendência e tutela, sob proposta do dirigente máximo do serviço;

6 – A CReSAPRA, na posse da informação referida anteriormente, elabora uma proposta de perfil de competências do candidato a seleccionar e desencadeia os devidos procedimentos;

7- Quanto aos gestores públicos regionais, a nossa proposta defende que estes devem ser designados por nomeação ou eleição, mediante resolução do Conselho do Governo Regional, devidamente fundamentada e publicada no Jornal Oficial, juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do designado, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade.

Em todas as circunstâncias aqui mencionadas nesta proposta, no que concerne à abertura de lugares para cargos de direção intermédia, gestores públicos e quaisquer outras vagas para a administração regional, os membros da CReSAPRA atuam de forma independente no exercício das competências, não podendo receber orientações do Governo Regional ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o diploma. Determina o nosso Regimento que a Câmara dispõe de 10 minutos para pedidos de esclarecimento. Pergunto se há pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Não existindo, está apresentada a iniciativa. Seguirá para a comissão competente.

Também para a apresentação de um diploma, ao abrigo do mesmo requerimento, solicita o Grupo Parlamentar do CHEGA a apresentação em plenário do Projeto de Resolução n.º 35/XIII – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima, para a sua apresentação.

Deputado Francisco Lima (CH): Excelentíssimo Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Constituição da República Portuguesa (CRP) é a lei fundamental que se sobrepõe a todas as outras. É o garante da legalidade e sobre o qual todos nós, Deputados nesta Assembleia, juramos cumprir e fazer cumprir.

No entanto, em muitas áreas como a saúde, a segurança e, neste caso, a habitação não estamos a cumprir, pelo contrário estamos a falhar com os portugueses.

Para melhor enquadramento desta problemática da habitação e para memória futura, passo a ler o que diz a Constituição da República Portuguesa sobre habitação e urbanismo.

artigo 65.º da CRP:

“1 - Todos têm direito a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2 - Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social.”

A Constituição da República Portuguesa nos artigos 61.º e 62.º protege claramente o direito à propriedade e iniciativa privada, que passo a ler:

Artigo 61.º da CRP

“1 - A iniciativa económica privada exerce-se livremente nos quadros definidos pela Constituição e pela lei e tendo em conta o interesse geral.”

artigo 62.º

“1 - A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição.

2 - A requisição e a expropriação por utilidade pública só podem ser efetuadas com base na lei e mediante o pagamento de justa indemnização.”

No entanto, o que temos vindo a assistir na Região Autónoma dos Açores, com os sucessivos planos de restrição de construção e de ataque à propriedade privada, é absolutamente inaceitável e contrário à lei fundamental do nosso Estado de direito democrático.

O próprio Governo Regional é proprietário de inúmeros terrenos, mas não consegue disponibilizá-los para habitação porque é vítima dos planos que aprovou.

Neste momento, estão em causa milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que correm o risco de não serem executados devido à burocracia e a planos e mais planos, reservas e mais reservas, proibições e mais proibições.

De facto, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira dos Açores (POOC), condicionam exageradamente a construção à beira-mar e impossibilitam a legalização de edifícios.

O Programa Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), também cria sérias dificuldades à construção e à economia (neste caso, do turismo).

Os Planos Diretores Municipais (PDM) que, de acordo com a lei vigente, deveriam ser revistos de 10 em 10 anos não o são. Alguns já não são revistos há mais de 20 anos.

Acresce ainda que a reserva ecológica e agrícola limita, por vezes de forma abusiva e injustificável, a construção à beira-mar em locais onde não existe qualquer perigo de galgamento do mar, ou perigo de aluimento de terras, ou qualquer bem natural a ser protegido, ou ainda terreno agrícola com potencial produtivo.

Por outro lado, é necessário proceder à legalização de centenas de imóveis, alguns construídos com financiamentos públicos, mas que não estão legalizados porque o PDM ou o POCAA, entretanto, não o permite, mas continuam em uso à vista de todos.

Estamos aqui a falar, entre outros, de armazéns, edifícios agrícolas, salas de ordenha, etc. Os seus proprietários vêm-se assim condicionados no seu uso e o Estado não cobra os impostos devidos, nomeadamente o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

A requalificação de terrenos urbanizáveis em reservas ecológicas, muitas delas injustificáveis e até abusivas, traduz-se, na prática, num esbulho da propriedade privada promovido pelo Estado e é claramente um ataque à iniciativa privada e uma violação da Constituição da República Portuguesa.

Para atenuar esta verdadeira calamidade pública, o CHEGA propõe a suspensão de diversos Planos de Ordenamento do Território, de modo a promover a construção pública e privada e permitir o acesso à habitação por parte de todos os Açorianos, bem como promover a economia e repor a normalidade nas relações entre as pessoas e o Estado.

Importa, ainda, adaptar as regras de construção aos tempos modernos, tendo em conta as nossas condições edafoclimáticas, pois não faz sentido condicionar a autorização de habitações isoladas à existência de uma rede pública de água e luz, atendendo que já existem tecnologias de armazenamento de água e de fornecimento de energia alternativas à rede pública.

Por isso, o CHEGA, na defesa do direito a habitação, na defesa do direito à iniciativa e à propriedade privada e na defesa da economia dos Açores, propõe que o Governo Regional determine, através de legislação própria, o seguinte:

- 1) A suspensão total dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) por um período de 3 anos, prorrogável por mais 1 ano;
- 2) A introdução de exceções para permitir a construção até 500 metros da orla costeira que os POOC proibiram de forma discricionária;
- 3) A revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA);

- 4) Legislação que incite as autarquias locais da Região a promover a suspensão por um período de 3 anos, prorrogável por mais 1 ano se tal se considerar necessário, dos planos municipais de ordenamento do território (PDM);
- 5) Que suscite, junto das autarquias locais abrangidas, e no seguimento da abertura de procedimento de alteração dos planos, para permitir as seguintes autorizações:
- a) A ampliação de todos os edifícios públicos e privados existentes, destinados a habitação, comércio ou indústria;
 - b) A construção de qualquer habitação, até um máximo de 200 m² de área de implantação e com uma área de implantação inferior a 50 %, em qualquer terreno, mesmo pertencente à reserva agrícola ou ecológica;
 - c) Legalizar quaisquer construções em que seja provada a sua existência há mais de 15 anos;
 - d) A construção de unidades industriais do tipo 3 na reserva agrícola;
 - e) A construção de quaisquer instalações sanitárias públicas ou de apoio ao turismo em reservas ecológicas;
 - f) A construção em todos os locais onde exista uma estrada municipal ou regional devidamente asfaltada a menos de 500 metros de distância, ainda que não exista fornecimento de eletricidade e de água potável.

Com estes objetivos, além de mais e melhor habitação, teremos mais e melhor economia, mais e melhores empregos e uma enorme valorização do nosso património fundiário, fixando os nossos jovens na nossa terra.

Não podemos continuar a perder fundos comunitários e a impor aos Açorianos restrições abusivas ao uso da propriedade privada.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Pergunto se há pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra, neste debate e nesta apresentação, por ter lido a nota técnica dos serviços da Assembleia e ter lido, com atenção, os pontos resolutivos dessa resolução do CHEGA, alguns dos quais me parecem atropelar legislação que vai para além daquilo que nós podemos fazer, nomeadamente a Constituição da República Portuguesa.

Mas também para alertar que, da parte do proponente, importava esclarecer, relativamente, por exemplo, à Reserva Agrícola Regional, o que é que pretende especificamente, até porque a Iniciativa Liberal também tem manifestado algumas preocupações sobre a forma como é gerida a Reserva Agrícola Regional, nomeadamente, para construção de habitação.

A Reserva Agrícola Regional, em muitos casos, é um autêntico esbulho da propriedade privada e há famílias com parcelas de 15 mil m², 30 mil m², 40 mil m² que estão impedidas de, nestas parcelas, construir habitações para os seus filhos, para as suas famílias e que, com estas parcelas, não podem ser agricultores a título principal, porque estas parcelas não têm dimensão para sustentar essas famílias.

Desse ponto de vista, deixava esse alerta e essa reflexão à Câmara, mas perguntava ao proponente, o que é que pode adiantar, principalmente sobre a questão da Reserva Agrícola Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Não existindo, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima, para prestar os esclarecimentos.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à pergunta que foi suscitada pelo Deputado Nuno Barata, temos a dizer que a reserva agrícola até se divide em reserva agrícola e reserva agrícola não integrada, que acaba, por vezes, por não ter o mínimo de condições para o exercício da agricultura e, no entanto, é um entrave à habitação e é um entrave à agricultura. Portanto, a própria reserva agrícola, muitas vezes, não faz sentido, porque não há qualquer atividade agrícola.

Temos muitas áreas que era suposto nos dedicarmos, por exemplo, à vinha, que faz parte da reserva agrícola e não há o mínimo de condições, nem nunca houve vinha, nos últimos 50 anos.

E, portanto, há que fazer uma reflexão do que tem mesmo vocação agrícola e o que pode ser usado para a habitação.

E essa questão que levantou, e muito bem, que para ser possível construir na reserva agrícola, por vezes até em sítios em que não devia ser permitido, mesmo sendo agricultor, tem de ser agricultor a tempo inteiro e tem de ter determinadas áreas, que nem todos podem cumprir. Portanto, mesmo na reserva agrícola, que acaba por ser uma *vaca sagrada*, há que fazer uma reflexão racional e que não seja um esbulho à propriedade privada.

O que nós estamos aqui a falar, e que o Deputado disse e muito bem, é que, de facto, por vezes as pessoas têm um património e têm uma necessidade que podia ser usada para si, para os seus filhos, para fixar jovens e não é e fica ao abandono. Nem é

agricultura, nem é habitação, nem é nada, porque até se lá existisse uma habitação, provavelmente, poderia haver agricultura, porque a pessoa morava lá, tinha o cuidado de tratar do quintal à volta de casa. Portanto, havia até alguma atividade. Assim, nem há atividade humana, porque há aqui uma situação, onde há reservas “puras e duras”, mas não há atividade e não há humanos, esqueçam, também não há agricultura, porque a agricultura, por enquanto, não é feita só com robôs.

Não sei se respondi ao Deputado Nuno Barata, mas é esse o entendimento que nós temos sobre esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim apresentada e esclarecidas as dúvidas, os pedidos de esclarecimentos solicitados e vamos avançar com a nossa agenda, agora sim, onde terminámos ontem. Íamos entrar no ponto 7 - Projeto de Resolução n.º 21/XIII, Recomenda ao Governo Regional a revisão e atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes. É uma iniciativa da Iniciativa Liberal e tem a palavra, para a sua apresentação, o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras pelo alerta. Estava aqui a acabar uma mensagem, mas estava atento àquilo que o Sr. Presidente estava a dizer.

Esta iniciativa que nós trouxemos a este Parlamento, e que já foi debatida em comissão, tem dois propósitos: o propósito de reiterar que não é admissível, na Região Autónoma dos Açores, qualquer entidade, seja ela portuguesa, europeia, ou de país terceiro, não cumprir a lei laboral que está em vigor no país e na Região Autónoma dos Açores. Independentemente de acreditarmos mais, ou acreditarmos menos nos efeitos do

salário mínimo nacional e do rendimento mínimo mensal garantido em vigor na Região Autónoma dos Açores, que acresce em 5 % o ordenado mínimo nacional, como sabemos, não é admissível que o Estado norte-americano pague, na Base das Lajes, aos trabalhadores abaixo deste rendimento mínimo mensal garantido, em vigor na Região Autónoma dos Açores. E há, inclusivamente, neste momento, trabalhadores com mais de 10 anos de serviço, com duas diuturnidades que nem somando as diuturnidades, chegam a auferir os 913,5 € do rendimento mínimo mensal garantido, em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Mas esta nossa iniciativa, além disso, traz também um outro propósito: o propósito de dar uma ferramenta ao Governo Regional, invocando, para isso, o apoio das forças políticas aqui representadas, para que esta Assembleia dê ao Governo Regional dos Açores mais um instrumento para que ele possa, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em reuniões da Bilateral, em todos os encontros que são efetuados entre o Estado português e o Estado norte-americano, a Federação norte-americana poder exercer o seu magistério de influência, no sentido de fazer as forças norte-americanas para cumprirem esta justiça e este cumprimento da lei, porque isso nem sequer é uma questão moral, é mesmo uma questão legal de cumprimento da lei laboral, em vigor na Região Autónoma dos Açores.

A iniciativa foi, como disse já, trabalhada em comissão. O Sr. Vice-Presidente manifestou o seu agrado e a sua anuência a esta iniciativa, agradeceu-a inclusivamente e eu apelo à Câmara que vote esta iniciativa, no sentido de darmos, precisamente, esta ferramenta de reforço da posição da Região junto do Estado norte-americano e do Estado português.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós queremos saudar essa iniciativa da Iniciativa Liberal – passo a redundância – porque, de facto, identificamo-nos totalmente com aquilo que foi aqui dito e eu já, inclusivamente, por diversas vezes, questioneei o Sr. Vice-Presidente sobre este assunto, porque de facto, da última vez, ele até disse que ia haver uma descompressão dos escalões, mas o certo é que há funcionários que não veem as valorizações pela antiguidade, são comprimidas e ficam no ordenado de base. Portanto, ninguém recebe abaixo do ordenado mínimo – é verdade – mas à luz da lei portuguesa receberiam, porque as diuturnidades desaparecem. E o Sr. Vice-Presidente disse que tinha empenhado muito, e muito bem, e que agora os Açores estavam representados ao mais alto nível, na Comissão Bilateral. Isso é verdade, mas eu vejo, com alguma preocupação, as últimas duas reuniões da Comissão Bilateral Permanente, nomeadamente, a 50.^a que foi feita em Angra do Heroísmo e onde, no último ponto (está disponível em português), passo a citar: “A Comissão Bilateral Permanente saudou a decisão da Comissão Laboral de discutir mais aprofundadamente os meios para melhor salvaguardar os aumentos por diuturnidades, conforme estabelecido no artigo 16.º do Regulamento de Trabalho, numa reunião ad hoc, no início de 2024. A este propósito, a Comissão Bilateral Permanente aguarda as conclusões do relatório da referida comissão.”

O certo é que na 51.^a reunião nos Estados Unidos, o assunto desapareceu, ninguém falou no assunto. O Sr. Vice-Presidente esteve lá presente e não falou no assunto. Portanto, o assunto não foi motivo de debate ou discussão na reunião.

E eu agora vou usar aqui uma linguagem muito terceirense – as pessoas que estão nos a ouvir em casa vão perceber – quem olha para isto aqui (e é pena o Sr. Vice-Presidente não estar aqui), os portugueses vão dizer: “Ó Sr. Vice-Presidente, foi à terra dos

camones comer umas ambergas, mas não tratou dos assuntos da dos trabalhadores da Base das Lajes.”

Porque há uma coisa aqui que não faz sentido: desapareceu o tema da última reunião, portanto, o Sr. Vice-Presidente, sei que está lá, sei que o Estado português é representado a mais alto nível, mas também atualmente o ex-Ministro – entretanto, o Governo vai cair ou já caiu – o Ministro da Defesa do CDS-PP e admira-me bem não haver aqui resultados, não há avanços. Sabemos também que é um Estado estrangeiro, que o acordo é legal, não é do ponto de vista da lei portuguesa, mas andamos todos aqui a passo de caracol. Esperemos que, se esta iniciativa for aprovada, o facto de ser aprovada aqui na Assembleia que haja, da parte da República, um maior empenho, porque, de facto, os trabalhadores estão desesperados e é humilhante e ultrajante termos trabalhadores que perante o resto da sociedade, que não sabe o que se passa, até estão a ganhar muito bem. E mais, devemos aqui identificar já um culpado: o culpado por isso tudo foi o Partido Socialista que acabou com o inquérito salarial em 2009, porque, até 2009, os aumentos salariais eram baseados num inquérito e o PS acabou. Ora, como acabou, foi o causador do problema que agora temos e portanto, há aqui um culpado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não, Sr. Deputado.

O Orador: Agora, é pena o Sr. Vice-Presidente não estar aqui para explicar o ponto em que estamos e se houve ou não evoluções, conforme eu disse que estava tudo no bom caminho, coisa que eu não vejo aqui nos relatórios da Comissão Bilateral Permanente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução que nos traz aqui a Iniciativa Liberal, pela revisão e atualização das tabelas remuneratórias dos trabalhadores da Base das Lajes, eu diria que é pertinente, urgente e é oportuno.

É pertinente, desde logo porque, tratando-se aqui desta matéria laboral, não é admissível que existam trabalhadores a trabalhar em território português, mesmo que remunerados com entidade estrangeira, que recebam abaixo do salário mínimo nacional.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas não é só na Base.

O Orador: Portanto, isto não é admissível, nem sequer é justo que isso aconteça, por isso, nós achamos que é de extrema pertinência este tema.

Depois, entendemos que é urgente porque esta revisão teima em não acontecer; há cerca de 10 anos que esta tabela remuneratória da Base das Lajes não é atualizada, portanto, é urgente que isso aconteça.

É oportuno, porque estamos à beira de uma reunião da Comissão Bilateral, que será provavelmente no próximo mês de abril. É urgente e é oportuno, porque o Sr. Vice-Presidente tem-nos transmitido que tem efetuado diligências para que se resolva essa matéria e que os Estados Unidos até estariam dispostos a que assim fosse, mas a verdade é que, até agora, nada aconteceu e estamos exatamente onde estávamos.

Portanto, esperamos que, na próxima reunião da Comissão Bilateral, esta situação possa efetivamente ser abordada e que a Administração norte-americana consiga resolver esta questão, no mínimo, igualando o salário destes trabalhadores à remuneração mensal garantida em Portugal.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na apresentação desta proposta, o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, refere dois propósitos que consubstanciam a proposta aqui apresentada: em primeiro lugar, a questão da necessidade do cumprimento da lei laboral, naquilo que se refere à importância e à obrigatoriedade legal de, estando nós em território português, todos os trabalhadores terem que receber, no mínimo, o salário mínimo, no caso, a retribuição mínima mensal garantida da Região Autónoma dos Açores. E isso tem, da parte do Grupo Parlamentar do PS, total concordância, porque é algo que para nós deve ser considerado como inaceitável, não só no âmbito opinativo, ou no âmbito da retórica político-partidária, mas deve ser algo efetivo, no âmbito da atividade política, no caso dos órgãos de Governo próprio da Região, que devem primar por isso e fazer todas as diligências para que, de facto, assim seja.

O Sr. Deputado Nuno Barata refere um segundo propósito que é: apresenta e traz aqui este projeto de resolução também de forma a garantir ao Governo Regional um instrumento político reforçado com, se possível e havendo a concordância de todos ou pelo menos da maioria, este fortalecimento da posição política da Região, assumindo que o outro órgão de Governo próprio da Região, além do Governo, no caso o Parlamento, dá força à nossa Região. Este segundo propósito, referido pelo Sr. Deputado Nuno Barata, tem ainda mais relevância, tendo em conta as notícias recentes que nós ouvimos, sendo a última lançada e tornada pública em fevereiro deste ano.

Saudar o Sr. Deputado Nuno Barata pela apresentação desta proposta, saudar também a forma como está redigido o preâmbulo desta resolução muito completo e muito pertinente.

E eu faço referência a este segundo propósito do Sr. Deputado Nuno Barata, que tem especial relevância, porque se nós avaliarmos e analisarmos a linha do tempo de todas as intervenções públicas do Governo Regional sobre esta matéria, desde que este assunto surgiu em 2021, o facto de este Parlamento votar esta matéria e dar força ao Governo Regional neste processo negocial tem especial relevância.

Ora, quando esta questão surgiu, lançada pela Comissão representativa dos trabalhadores, o Sr. Vice-Presidente do Governo, Artur Lima, veio dizer que era mentira, que ninguém na Base recebia menos do que o salário mínimo regional e que isso não correspondia à verdade.

Vimos, dias depois, a saber que, afinal, o que estava em causa era a criação de um complemento salarial, no âmbito das diuturnidades que nada tinha que ver com a base mínima das tabelas salariais. Portanto, o Sr. Vice-Presidente disse que não era verdade, que recusava essa informação, mas a verdade é que essa informação era verdadeira. E a prova de que era verdadeira é que, à saída da Comissão Bilateral, em dezembro de 2022, o Sr. Vice-Presidente disse que esteve na Comissão Bilateral, que o Governo norte-americano manifestou sensibilidade para este problema (assumindo que era um problema) e manifestou disponibilidade para rever as tabelas salariais. Estou a citar afirmações públicas do Sr. Vice-Presidente.

Agora, em fevereiro de 2025, veio a público notícia do Ministério da Defesa, do gabinete do Sr. Ministro Nuno Melo, que diz que os norte-americanos estão indisponíveis para rever as tabelas salariais referentes à base das Lajes.

E é por isso que, tendo em conta esta avaliação à linha do tempo, tendo em conta as afirmações públicas do Sr. Vice-Presidente, que se contraria a si próprio (quer aquilo que disse quando as notícias surgiram, quer aquilo que disse no fim da Comissão Bilateral e quer aquilo que é agora referido pelo gabinete do Sr. Ministro da Defesa, Nuno Melo), o facto de este Parlamento aprovar esta pertinente proposta da Iniciativa Liberal tem aqui mais força para um processo negocial, que tem de ser intensificado e que, pelos vistos, está na estaca zero, tendo em conta as afirmações públicas do Sr. Ministro da Defesa, Nuno Melo, que – segundo a informação a uma pergunta colocada na Assembleia da República – afirma perentoriamente que os Estados Unidos estão indisponíveis para rever as tabelas salariais e isso não é aceitável. Noutros tempos, já houve alterações ao acordo laboral, já houve alterações ao acordo técnico – permitam-me a expressão simplista – mais pequenas e menos complexas do que esta e, portanto,

não nos parece, de todo, que seja uma matéria difícil, tendo em conta aquilo que está em causa e que foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Barata, no primeiro propósito desta proposta, que é o cumprimento da lei laboral.

E eu não acredito que num processo negocial sério, transparente e claro, quer a parte portuguesa, quer a parte norte-americana possam não concordar com o cumprimento da lei laboral na nossa Região e todos sabemos – isso já foi, aliás, amplamente discutido aqui também neste Parlamento – toda a evolução que nós temos tido na Base das Lajes, sobretudo na última década, depois do último *downsizing* da Base das Lajes e que teve os impactos que teve na Praia da Vitória, na ilha Terceira e nos Açores.

Dizer também, Sras. e Srs. Deputados, que não colhe – isso foi referido pelo Sr. Deputado Francisco Lima – não colhe de todo e aquilo que foi ensaiado em algumas narrativas, no âmbito do debate público sobre esta matéria; invocar o fim do inquérito salarial para justificar aquilo que está a acontecer em 2021, num processo que foi alterado em 2009 – faz agora 15 anos – é, no mínimo, risível.

Primeiro, não foi o PS que acabou com o inquérito salarial, foi um acordo desenvolvido e definido entre as partes, quer por parte dos norte-americanos, quer por parte das autoridades portuguesas. O inquérito salarial, para quem não sabe, era uma forma de definir como é que seriam calculados os aumentos salariais na Base das Lajes que seriam feitos através de um cálculo e de uma estimativa daquela que era a atividade económica na ilha Terceira e daí seriam calculados os aumentos salariais. Terminou o inquérito salarial e o método que substituiu o inquérito salarial foi os aumentos na Base das Lajes passam a ser calculados com base no maior aumento, comparando o aumento da administração pública nacional com o aumento do departamento dos trabalhadores civis do Departamento de Defesa norte-americana. Portanto, estaríamos sempre a falar de um aumento, o maior aumento destes dois seria a forma como seria aplicado o aumento aos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e isso foi materializado na altura, sendo certo, aliás, que o inquérito salarial também nunca foi alterado, nem nunca

deixou de estar redigido no acordo laboral entre as partes que decorre do acordo de cooperação e defesa.

Portanto, justificar aquilo que está a acontecer em 2021 com o fim do método em 2009, que faz agora praticamente 15 anos, Sras. e Srs. Deputados, é – permitam-me a expressão – no mínimo, risível.

Protestos dos Deputados da bancada do CH.

Portanto, a Iniciativa Liberal tem o apoio do Grupo Parlamentar do PS nesta iniciativa. O Governo dos Açores tem o apoio do Grupo Parlamentar do PS no processo negocial, no âmbito desta iniciativa, porque, tendo em conta as notícias do mês de fevereiro do Sr. Ministro da Defesa, Nuno Melo, estamos preocupados, porque nos parece que este assunto está na estaca zero e tudo aquilo que o Sr. Vice-Presidente veio dizendo ao longo dos tempos, neste momento, por aquilo que é possível constatar pelas notícias recentes, não corresponde à verdade, porque não houve a mais pequena evolução nesta matéria, pelo contrário, o Ministério da Defesa encerrou este assunto em fevereiro, dizendo que os Estados Unidos não estão disponíveis para rever as tabelas salariais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco Lima (CH): A culpa é do Trump!

Risos dos Deputados da bancada do CH.

O Orador: A 18 de novembro de 2022, o Sr. Vice-Presidente do Governo referia que os americanos iriam corrigir a tabela salarial nas Lajes.

A 12 de outubro de 2023, o Sr. Vice-Presidente negou a existência de remuneração abaixo do salário mínimo na Base das Lajes.

Em 5 de dezembro de 2023, insistiu na correção das tabelas salariais dos trabalhadores da Base das Lajes que diziam que não tinham problema nenhum.

E em 15 de maio de 2024, saudou a atualização salarial de 4,7 %, dizendo que já elevava a maioria dos escalões acima do salário mínimo. Saudou a maioria, sendo que alguns continuavam e continuam abaixo do salário mínimo.

É por isso que estamos aqui a debater este assunto novamente, porque o problema que afinal não existia, toda a gente, inclusive a bancadas do PSD que suporta o Governo, reconhece que existe.

E porque estão em causa os mais elementares direitos dos trabalhadores, o Bloco de Esquerda vai, como, é óbvio, votar a favor desta proposta. Todavia, no que diz respeito aos considerandos da resolução, não acompanhamos alguns aspetos, desde logo:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A existência da base das Lajes!

O Orador: ... referências a ganhos tecnológicos, científicos e turísticos que a Região terá obtido com a presença militar na Base das Lajes e (ainda mais importante do que isso) o destaque dado ao papel da Base das Lajes na invasão ilegal contra o direito internacional do Iraque pelos Estados Unidos.

Nesse contexto, relativamente ao assunto em concreto, já foi aqui citada a resposta do Ministério da Defesa Nacional a uma pergunta do Deputado Francisco Pimentel, da Assembleia da República do PSD, sobre esta mesma matéria e a resposta do Ministério é lacónica: os Estados Unidos não estão interessados em falar deste assunto.

A um conjunto vasto de perguntas que o Sr. Deputado Francisco Pimental colocou, há uma resposta de duas frases: simples, a porta está a fechar.

A administração norte-americana de Donald Trump, que cortou, de forma aleatória, a ajuda humanitária para combater a fome no mundo, como é óbvio, pouco ou nada quer saber dos trabalhadores da Base das Lajes. Como é óbvio, quem corta o apoio para combater a fome no mundo, da forma como o fez, não está nas suas preocupações os trabalhadores da Base das Lajes.

O Bloco de Esquerda, desde 2008, é representado nesta Casa e, pela voz da minha camarada Zoraida Soares, na altura por diversas vezes, trouxe o assunto da Base das Lajes a este Parlamento. E, como se prova hoje, a nortear a nossa intervenção, esteve sempre a defesa intransigente dos Açores e não de qualquer lógica maniqueísta dos bons e dos maus. Isto porque, desde 2006, o propósito da NATO e dos Estados Unidos passou a ter como centralidade estratégica o Pacífico e não o Atlântico. Para além disso, a evolução tecnológica já tinha retirado — e hoje em dia ainda mais — grande parte da necessidade que os Estados Unidos tinham de ter uma base no Atlântico. E, de facto, a vida deu-nos razão.

Propusemos, desde então, que fosse sempre estudada e trabalhada, em soluções alternativas civis, para a valorização da nossa posição estratégica no Atlântico. E, afinal, quem tinha razão? Chegados aqui, quem tinha razão? Para quem nos criticava durante anos, a defesa do *status quo* e a defesa de interesses que não eram e não são os nossos, sempre foi mais importante do que a defesa dos Açores.

Duas questões me assolam neste debate: em primeiro lugar, porque estamos a falar da base das Lajes e também de questões estratégicas e não estando aqui o Sr. Vice-Presidente — que devia estar, porque esta matéria é fundamental para os Açores — eu gostaria de perceber que propostas, que conversações, que negociações têm sido feitas entre o Governo Regional dos Açores e representantes da República Popular da China? Gostaria de perceber porque é fundamental que essa matéria seja transmitida ao Parlamento.

E, já agora, terminando esta intervenção, para além da pressão que é preciso fazer para melhorar os salários dos trabalhadores da Base das Lajes, era preciso que quem

defendeu e defende cegamente a presença militar dos Estados Unidos nos Açores peça, efetivamente, desculpa aos trabalhadores da Base das Lajes, porque são corresponsáveis por muitos deles terem a vida dificultada e ganharem abaixo do salário mínimo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal traz-nos aqui uma proposta que visa reforçar aquela que tem sido a atividade política do Governo Regional, no âmbito do acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, no sentido de que os salários dos trabalhadores civis ao serviço das forças militares norte-americanas cumpram com a legislação portuguesa e, portanto, sejam acima do salário mínimo regional em vigor. Este é um mecanismo que este Parlamento tem e que reforça esta posição do Governo Regional que, obviamente, não está esquecida. Reunião após reunião, o Sr. Vice-Presidente do Governo, em representação da Região dentro da comitiva nacional, tem feito as diligências que estão ao seu alcance para que a República Portuguesa inste junto da delegação americana para que seja cumprido este limite mínimo, que é o pagamento do salário mínimo regional aos trabalhadores da Base das Lajes.

Importa fazer esta referência, que pode parecer complexa, mas, na realidade, o que se passa é que é uma relação entre dois estados. Não é uma relação onde os Açores sejam o parceiro negocial. Os Açores estão englobados na delegação nacional e, portanto, eles terão a significância que isso representa. Cabe ao Estado português, e nomeadamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, fazer essas negociações e essas diligências junto da delegação e dos diplomatas que representam os Estados Unidos da América nessas reuniões.

Importa deixar isto bem claro, porque, de algumas intervenções que me antecederam, parece ressaltar a ideia de que a responsabilidade única de resolver esta situação cabe

ao Governo Regional, o que não é de todo verdadeiro. Se temos aqui uma iniciativa que pode reforçar politicamente a posição dos Açores, importa também que sejamos honestos neste debate e chamemos as coisas pelo nome que são. É uma responsabilidade do Estado da República Portuguesa e, naquilo que é possível, o Governo Regional tem atuado e os resultados das diligências que o Sr. Vice-Presidente do Governo tem feito nas várias reuniões têm sido públicos e publicados, sobretudo na imprensa regional.

Eu tenho aqui uma publicação de maio de 2024, da 51.^a reunião da Comissão Bilateral, em Washington, e diz, nesta publicação deste jornal, que o Vice-Presidente do Governo reiterou que é necessário discutir uma solução definitiva e estrutural para a questão das tabelas salariais. Isto tem sido feito, reunião atrás de reunião e importa que isto fique aqui bem esclarecido.

Quanto ao mais, obviamente, não é aceitável que as tabelas salariais estejam abaixo do salário mínimo em vigor na Região e, da nossa parte, também instamos o Governo a insistir junto da delegação portuguesa para que haja uma solução definitiva.

Sabemos que já houve, na Assembleia da República, uma resposta do Ministério da Defesa a uma pergunta feita pelo Deputado Francisco Pimentel, do PSD, que deu conta — ainda este mês de fevereiro — que os Estados Unidos não têm, neste momento, disponibilidade para avançarem para a revisão das tabelas salariais. É preciso também termos consciência de que a nossa vontade não é tudo nesta relação entre dois estados. Nós temos, do lado de lá, um outro Estado soberano, que é, no caso, o empregador dos trabalhadores portugueses e obviamente, é preciso convencer esse Estado para que, de certa forma, adeque as tabelas salariais à lei portuguesa. Nós sabemos que, neste momento, a administração dos Estados Unidos não é propriamente uma administração muito favorável ao diálogo e à compreensão — disso temos tido exemplos diários e até mais do que uma vez ao dia — e, portanto, isso reforça a importância deste debate e desta iniciativa da Iniciativa Liberal, no sentido de reforçar politicamente a posição dos Açores nesta matéria.

Portanto, de uma forma sintética e neste momento, era isto que eu gostava de deixar aqui neste debate: que temos, todos os dias e sempre que possível, lutado para que haja uma valorização dos salários na Base das Lajes. Obviamente, não é só na base das tabelas, porque isso depois provoca distorção ao longo de todas as categorias salariais de todos os trabalhadores. Isto implica, sim, uma revisão e o estabelecimento de um mecanismo que, de certa forma, automaticamente, faça essa atualização anual para não andarmos sempre a arrastar estes problemas, ano após ano.

Sabemos todos que em 2022, 2023 e 2024, da parte dos Estados Unidos, já foram criados suplementos para corrigir as categorias salariais que estavam abaixo do salário mínimo.

Acontece que o nosso salário mínimo também tem aumentado todos os anos e, portanto, nestes anos, tem sido necessário proceder a essa atualização desse suplemento, que não é o desejo dos funcionários. Eles desejam (e é legítimo que desejem) que seja atualizada a tabela salarial, em vez de andarem a receber suplementos para compensar o facto das tabelas estarem abaixo do salário mínimo.

A solução tem sido encontrada para minimizar. Não é isso que desejamos. Desejamos que haja uma solução estruturante e duradoura e que permita a atualização automática anualmente.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça o favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito sintética, de facto, temos aqui um problema que afeta 200 açorianos e este problema tem de ser resolvido.

Todos nós acompanhamos as notícias e sabemos o quão difícil é negociar com a administração americana e agora muito mais difícil é.

Portanto, presumivelmente e citando aqui o Presidente dos Estados Unidos: “Nós não teremos connosco as cartas”. Logo, isto não vai ser uma batalha fácil, não vai ser uma negociação fácil.

Deputado Carlos Silva (PS): Antes é que era!

O Orador: Por isso mesmo e por esta razão, eu acho que esta Câmara deveria apoiar unanimemente esta iniciativa da Iniciativa Liberal para poder dar mais força ao Governo Regional dos Açores para negociar, dentro da medida do possível, uma solução duradoura para este problema que afeta centenas de açorianos, nomeadamente cerca de duas centenas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, é aqui importante referenciar aquilo que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Comissão, em que considerou que a aprovação desta iniciativa da Iniciativa Liberal — passo a redundância — é algo que vai favorecer a Região e vai fortalecer a presença e a ação do Governo, no âmbito da negociação destas matérias. Temos o outro órgão do Governo próprio da Região a reforçar a orientação política e a ação política, da parte do Governo é bastante positivo. Portanto, referenciar em primeiro lugar essa questão.

Em segundo lugar, referenciar, em relação às bravatas aqui feitas de quem já sonha sentar-se na sala oval, ao pé do Presidente Trump e extorquir-lhe um acordo maravilhoso, eu não vou adjetivar, nem vou descrever esse tipo de quimeras e esse tipo

de realizações. Noutras circunstâncias, já tinha aqui quatro ou cinco coisas para dizer, mas não posso, tendo em conta as funções que desempenho atualmente. Por isso, digo-vos sempre que nesta matéria, evidentemente, é preciso ter em conta que quem tem a competência nesta matéria é o país. Nós estamos presentes e tentamos influenciar ...

Ruído na Câmara.

... a decisão do Governo de Portugal e temo-lo feito em muitas circunstâncias.

Ruído na Câmara.

Ou seja, a posição do Governo dos Açores é importante, no sentido de influenciar o processo de decisão e a posição do Governo português. Aliás, veja-se que, ao contrário do que aqui foi referenciado, já se conseguiram alguns resultados, nomeadamente em relação à criação do suplemento remuneratório justo, que foi um avanço. Como o Sr. Vice-Presidente referenciou, o que se pretende obter é uma revisão das tabelas e é para isso que vamos fazer esse esforço junto do Governo português, para que essa solução, que é a solução justa, seja alcançada.

Em relação à questão que o Bloco de Esquerda colocou ao Governo, sobre o que é que nós estamos a negociar. Como sabe, de acordo com a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo, quem negoceia com a República Popular da China, ou qualquer outro país independente é o Governo português. Portanto, essa é uma responsabilidade do Governo português. Que negociações é que temos? Não temos nenhuma porque, do ponto de vista constitucional e do estatuto político-administrativo, não podemos ter nenhuma. Portanto, a existir qualquer tipo de negociação – que não foi avançado e que não é do conhecimento público e que pode V. Exa. estar neste momento a fantasiar – essa negociação não existe, a não ser na sua cabeça, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Fantasiar? Não estou a fantasiar. Vamos perguntar ao Presidente da República

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem inscrições.

Podemos avançar para a votação deste diploma?

Pausa.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 21/XIII, Recomenda ao Governo Regional a revisão e atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 21/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 8 da nossa agenda, Projeto de Resolução n.º 25/XIII – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA, para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Tal como já foi amplamente alertado pelo CHEGA, tem-se verificado o uso recorrente a baixas médicas, muitas delas alegadamente fraudulentas.

Tal facto tem gerado graves prejuízos, quer no setor público, quer no setor privado, devido à falta de mão de obra que, na sua maioria, é difícil de substituir.

Quem nunca ouviu falar do vizinho que está de baixa há meses, mas que vai fazendo uns trabalhos aqui e ali? Quem nunca ouviu falar do familiar que está de baixa, simplesmente porque não concorda com o horário de trabalho e ameaçou o patrão e chefe que colocaria baixa se as suas exigências não fossem cumpridas?

Quem nunca ouviu falar de pessoas que declararam incapacidade temporária para o trabalho, mas que esta incapacidade permite-lhes viajar sem qualquer problema, passear, fazer festas, só não lhes permite é ir trabalhar...

Deputado Carlos Silva (PS): Férias nas Maldivas e tudo!

A Oradora: Basta andar na rua e falar com algumas pessoas, e todas têm conhecimentos de casos destes, em todos os setores de atividade, seja no público, seja no privado.

Este projeto não pretende, de forma alguma, perseguir quem quer que seja, mas apenas tem por finalidade repor a justiça, clarificar o que não está claro e corrigir erros que sejam possíveis corrigir.

Não estamos contra ninguém, antes pelo contrário, estamos é a favor das pessoas e de quem, efetivamente, precisa de estar de baixa, infelizmente, pelas piores razões que, na esmagadora maioria são por questões de saúde.

Que fique bem claro, esta proposta não é contra médicos, professores ou assistentes operacionais.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então?

A Oradora: Quando apontamos, como mero exemplo, os dados da resposta a um requerimento do CHEGA ao Governo que indicam que se “encontravam de baixa médica até ao início do ano letivo 2024/2025, 224 docentes, aumentando este número para 308 em janeiro de 2025.

Deputado Francisco Lima (CH): 300?! Este mundo está a acabar!

A Oradora: E que em relação aos assistentes operacionais, no arranque do ano letivo 2024/2025, estavam de baixa médica 220 profissionais, aumentando para 233 em janeiro de 2025”, o que queremos apenas é dar um exemplo do elevado número de pessoas de baixa, ...

Deputado José Pacheco (CH): Uma vergonha!

A Oradora: ... e com esta proposta até salvaguardar todo e qualquer profissional seja do público, seja do privado, clarificando quais as baixas reais e quais as eventualmente fraudulentas.

Aliás, nos termos da mesma resposta ao requerimento ao Governo, vem ainda referido que, quanto aos professores, todas as baixas são superiores a 30 dias.

Reafirmo, esta proposta dirige-se a todos os trabalhadores, TODOS, sejam eles quem forem, incluindo Srs. e Sras. Deputadas, ...

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: ... estejam onde estiverem. O que não podemos é continuar a fechar os olhos a um problema que todos sabem que existe, mas que assobiam para o lado e nada fazem. Não é o caso do CHEGA.

Temos que defender a nossa Região, os professores, os assistentes operacionais, os médicos e todas as outras classes profissionais. Não estamos a julgar o todo pelo particular. Temos, sim, o dever, de fiscalizar e denunciar quem prevarica, para o bem de todos os que cumprem a lei.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Sendo cada vez mais escassos os recursos e meios disponíveis nesta Região, o CHEGA não pode deixar de reiterar a necessidade urgente de mais e melhor fiscalização a este nível.

Pelo exposto, trouxe o CHEGA este diploma a esta Assembleia.

Durante as audições na comissão que analisou esta proposta do CHEGA, foi a própria Inspetora Regional da Saúde que afirmou que há casos em que os médicos emitem atestados sem qualquer registo de consulta, sendo esta uma das principais infrações detetadas.

Deputado José Pacheco (CH): Vergonha!

A Oradora: Foi também anunciado que, entre 2011 e 2024, foram analisados 281 certificados de incapacidade temporária no setor da educação e que, em 80 a 100 % dos casos, foram detetadas irregularidades na emissão dos atestados.

Foi ainda esclarecido na comissão, que muitas das irregularidades detetadas resultaram do facto de não haver qualquer registo da consulta que justificaria a baixa médica, adiantando que há casos, inclusive, em que os médicos passam atestados apenas com base num telefonema do trabalhador, sem qualquer consulta presencial ou exame clínico. Isto foi dito na Comissão de Assuntos Sociais que analisou este diploma.

Deputado Francisco Lima (CH): Uma vergonha!

A Oradora: São situações como estas, infrações graves, que precisamos fiscalizar, combater e punir quem o faz de forma leviana e sem o verdadeiro propósito.

Tal situação está a prejudicar os contribuintes, mas também todos os serviços do Estado e todos os privados da Região.

Disse!

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos agora aqui esta iniciativa apresentada pelo CHEGA, uma recomendação ao Governo Regional que cria mecanismos de combate a eventuais baixas fraudulentas.

Por parte do CDS-PP, efetivamente, nós defendemos o princípio da fiscalização e o trabalho que tem sido feito naquilo que é o reforço dos inspetores, dos mecanismos que existem de fiscalização. É um sistema que deve ser ativo, atuante e defendemos, sem

dúvida, isso deve pautar o Governo Regional naquilo que tem sido o seu trabalho nesta matéria.

Esta iniciativa traz-nos também algo que nos deve fazer refletir e daquilo que tem sido a posição, o debate e o trabalho em Comissão sobre esta matéria é de não correremos aqui o risco de uma generalização. Ou seja, quer os trabalhadores, quer os profissionais de saúde, todos envolvem e agem de má-fé.

Deputada José Pacheco (CH): Ninguém disse isso!

A Oradora: Esse risco de generalização nós consideramos que é necessário acautelar, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... para que não exista, porque a verdade é que não podemos assumir uma presunção de fraude sempre que existem situações de incapacidade para o trabalho, seja de forma mais prolongada, seja de forma temporária. É certo – a Sra. Deputada Olivéria mencionou – quem é que não viu falar de várias situações, mas também todos já ouvimos falar de pessoas que estão incapacitadas para o trabalho, por exemplo, infelizmente, por doenças prolongadas, por doenças crónicas, por apoio à família, por situações de doenças, até oncológicas, todos já ouvimos falar destas situações.

Mas temos de falar para todos, até porque também entendemos que deva existir, sim, um escrutínio. É certo que, até no âmbito daquilo que tem sido as respostas dadas aos requerimentos, existe um elevado número de baixas, mas a verdade é que temos de perceber se são exatamente fraudulentas, ou não, e porquê este número elevado de baixas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Temos de fazer esse escrutínio, é certo. Não entendemos é que devemos fazê-lo sem o preconceito de qualquer classe profissional. É esse o nosso entendimento.

Deputado José Pacheco (CH): Todos, são todos, Sra. Deputada.

A Oradora: Deve existir exatamente esse escrutínio, mas não existindo, sem dúvida, um escrutínio sem preconceito da classe.

Também queria dizer, mais concretamente em relação à questão e à iniciativa em si e aos pontos resolutivos, que são três: relativamente ao primeiro ponto resolutivo, em que realmente existe uma fiscalização, sempre que as baixas médicas forem superiores a 30 dias, por parte da Inspeção Regional de Saúde, este ponto resolutivo – e acho que dos três é aquele que nos deixa maior reserva – na avaliação do CDS-PP, que é no sentido da sobrecarga que pode ser gerada aos serviços de inspeção, comprometendo até a eficiência da fiscalização que a Inspeção Regional da Saúde tem para fazer no acompanhamento do procedimento processual das baixas médicas e na avaliação e fiscalização desse procedimento.

Outra reserva e dúvidas que temos, efetivamente, em relação a esta matéria, são: até que ponto é que a Inspeção Regional da Saúde pode ir para além daquilo que são as suas competências? Porque, na nossa avaliação e daquilo que existe e da legislação em vigor, a avaliação da Inspeção Regional de Saúde é, sem dúvida, avaliar essa questão processual do procedimento, mas não é avaliar a condição clínica do trabalhador, porque a verdade é que essa competência cabe a uma junta médica que pode aferir a existência, ou não, de doença.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Pois não, mas isso foi dito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora nem mais, muito bem, Sra. Deputada.

A Oradora: E nós temos estas reservas quanto à análise da iniciativa e ao ponto resolutivo.

Relativamente ao segundo ponto resolutivo: não dá aqui grande margem para qualquer tipo de questão, uma vez que aquilo que se prevê é, efetivamente, a situação que já ocorre quando a doença se prolonga acima dos 30 dias, fora daquilo que está previsto na lei. A verdade é que requer a nova avaliação clínica e, portanto, é isso que está previsto.

Também foi mencionado, no âmbito da Comissão e parece-nos que há um trabalho a desenvolver e foi assumido por parte do Governo Regional, que é também junto das

próprias entidades empregadoras, estas perceberem que mecanismos legais que até já existem à sua disponibilidade para ativar sempre situações que considerem, na sua avaliação, que poderão ser, eventualmente, irregulares. Até o Governo Regional assumiu isso e parece-nos que é necessário fazê-lo, porque muitas vezes, parece-nos a nós e daquilo que também junto das entidades patronais podemos aferir, há um desconhecimento sobre essa matéria, é certo.

Quanto ao terceiro ponto resolutivo, parece-nos que é necessário, sem dúvida, existir a questão e que sejam criadas as condições para os diversos departamentos do Governo poderem concretizar e implementar aquilo que o CHEGA pretende.

De qualquer forma e concluindo, por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, reitero que, efetivamente, defendemos este princípio da fiscalização. Deve existir uma fiscalização, contudo, continuo a dizer que é necessário não embarcarmos todos aqui num discurso de generalização e assumir uma posição de fraude sempre que temos um trabalhador que está incapacitado para realizar a sua atividade profissional. Portanto, também não podemos embarcar nesse discurso, parece-me que não é esse o caminho.

Deputado José Pacheco (CH): Votem contra!

A Oradora: Sr. Deputado José Pacheco, peço desculpa e por todo o respeito que tenho por si, estou aqui a fazer uma avaliação ...

Deputado José Pacheco (CH): E eu estou a avaliar a sua intervenção. Posso ou não?!

A Oradora: ... que fizemos no Grupo Parlamentar à iniciativa de uma forma responsável e de uma forma séria. Eu não denominei qualquer tipo de adjetivação ao Grupo Parlamentar do CHEGA. Fiz a avaliação à iniciativa, àquilo que entendo que realmente nos causa reserva ...

Deputado José Pacheco (CH): *Caça aos gambuzinos*, votem contra!

A Oradora: ... e acho que deve ser assim no debate e é assim que fazemos em todas as iniciativas que analisamos e trazemos esta Casa.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA traz-nos, a esta Câmara, para discussão, um projeto de resolução que visa recomendar ao Governo Regional a criação de um mecanismo de baixas fraudulentas.

A primeira questão que se coloca é: qual é a definição de uma baixa fraudulenta, para o Grupo Parlamentar do CHEGA? Porque podemos falar em baixas irregulares, mas as baixas irregulares não são todas necessariamente fraudulentas e é necessário que o Grupo Parlamentar do CHEGA faça esta clarificação, no sentido de percebermos se considera que todas as baixas irregulares são, por si mesmo, fraudulentas.

Não obstante, importa aqui entrar naqueles que são os pontos resolutivos, porque esta recomendação de criação de mecanismos de fiscalização dá ideia de que, neste momento, não existem quaisquer mecanismos de fiscalização e isto não é verdade. Existem mecanismos de fiscalização e os mesmos têm sido aplicados e são aplicados, seja pelo ISSA, seja pela própria Inspeção Regional da Saúde, como ficou claro no âmbito da Comissão.

Mas, entrando naqueles que são os pontos resolutivos: o primeiro ponto vem recomendar a fiscalização aos processos clínicos das baixas médicas, iguais ou superiores a 30 dias pela Inspeção Regional de Saúde, de acordo com um critério de seleção predefinido por esta entidade.

É preciso aqui clarificar que todos os certificados de incapacidade para o trabalho, após os 90 dias, são necessariamente sujeitos a uma junta médica e essa sujeição a junta médica é já um mecanismo de fiscalização. Mas mais, os CIT (Certificado de Incapacidade Temporária) têm uma duração de 30 dias, o que implica que todos os CIT que têm uma duração superior a 30 dias já foram objetos de uma reavaliação. Isto também é um mecanismo de fiscalização e já se encontra previsto e a ser aplicado.

Mas podemos ter aqui um perigo. Podemos ter um perigo de sobrecarga desnecessária dos serviços de inspeção. A Inspeção Regional da Saúde visa e tem um âmbito daqueles

que são os seus deveres de fiscalização e controle, que vai muito além das baixas médicas e isto pode levar a que haja uma sobrecarga desnecessária dos serviços. Mais, pode levar a uma desvalorização da autonomia dos médicos e este aspeto já foi aqui mencionado.

Mas vamos ao ponto segundo: estabelecer um prazo de 90 dias para a realização de junta médica nas situações em que se presume a não existência ou cessação da incapacidade temporária para o trabalho. Já existe um prazo, o prazo é de 8 dias. O que o CHEGA está aqui a recomendar ao Governo é que o prazo que, neste momento, está fixado em 8 dias, a partir do momento que o trabalhador comunica a necessidade de sujeição a junta médica, passe de 8 para 90 dias. Ou seja, o CHEGA tem uma proposta que vai além da lei, mas indo além da lei, não é no sentido de instruir melhores mecanismos de fiscalização, pelo contrário, é de aumentar o prazo em que essa junta médica deve ser realizada.

Por fim, vem propor ao Governo que tome as medidas necessárias para que cada departamento do Governo crie condições à realização de juntas médicas dos respetivos trabalhadores. Isto significa multiplicar as estruturas administrativas que são desnecessárias, significa aumentar a ingerência política nas decisões clínicas e significa que o sistema que existe, atualmente, de controlo feito através das unidades de saúde ou das caixas ...

Deputado Francisco Lima (CH): É fantástico!

O Orador: Não, apesar de não ser fantástico, é unitário e garante a unidade dos critérios. Ao criar em cada departamento do Governo Regional, estamos a polarizar o número de entidades que faz a apreciação da regularidade destas baixas médicas e podemos estar a criar instrumentos que levem a decisões diferentes para situações iguais.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, aquando do pedido de urgência da parte do CHEGA, votou a favor, devido ao estereótipo, ou estigma que poderia acontecer, então nada melhor do que ir rapidamente para Comissão, relativamente a isso.

Foi isso que eu disse, não fui o único. Houve mais partidos, que já não me recordo quais, que disseram exatamente o mesmo.

Ouvir agora, na apresentação da iniciativa, pela mesma proponente, neste caso foi a Sra. Deputada Olivéria Santos, a dizer que aquilo dos docentes e dos auxiliares foi apenas um exemplo, ao que eu disse que devia estar com uma grande dúvida ou a minha memória está a falhar. E fui ouvir novamente nestes 5 minutos, para ver aquilo que foi dito e aquilo que foi dito não foi um exemplo. Aquilo que foi dito foi, obviamente, uma caça às bruxas, de forma velada, aos docentes e aos auxiliares.

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Eu fui ouvir novamente e a expressão "dar um exemplo" não foi dita.

Foi repetida a palavra docentes várias vezes, a educação, neste caso, e que não temos professores e, durante esses 2 minutos, mais nenhum setor dentro da sociedade ou carreira dentro da administração regional foi falada. Então nós temos de assumir que esta iniciativa não vale pouco porque ser uma recomendação, mas porque já existem mecanismos legais para que essa inspeção seja feita – como já foi dito pelo PS há pouco – serve, obviamente, para fazer uma bandeira. Não tenho qualquer problema com isso, mas agora não podemos é ter como bandeira estar a atacar os docentes e estar a atacar unicamente os auxiliares e mais ninguém.

Deputado José Pacheco (CH): Não é verdade! O discurso do ódio!

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é verdade!

O Orador: Por isso, esta iniciativa não é sobre a baixa fraudulenta como um todo, como um espectro dentro da sociedade açoriana. É contra os docentes e contra os auxiliares e o PAN não vai na cantiga e vai votar contra.

Deputado José Pacheco (CH): Oh Sr. Deputado, esperava mais de si.

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu penso pela minha cabeça, tenho dois dedos de testa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por ler aqui a definição de saúde da OMS (Organização Mundial de Saúde): “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, sendo um direito humano fundamental.”

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta definição não é minha, é da OMS, desde os anos 40.

Posto isto, espero que tenha ficado aqui claro o que é a saúde e pressupostamente também perceptível do que é a doença. Passo a dizer que nós não podemos minorar aqui a classe médica, não podemos generalizar estas atitudes. Mas, antes disso, quero deixar aqui bem claro que a Representação Parlamentar do PPM é a favor da fiscalização dos tais ditos CIT e é de acordo com a assiduidade desta fiscalização, sempre e quando for necessária, fora do âmbito do que está plasmado em lei.

Já agora, aproveitando que estamos a falar da lei, clarifico que quando se fala de baixas médicas, temos de diferenciar claramente baixas da segurança social e baixas da ADSE e CGA.

A baixa da segurança social, temos os 90 dias para a fiscalização, é verdade, mas a baixa da CGA é aos 60 dias. Só para contribuir aqui um bocadinho para este debate com a parte técnica.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Depois disto, temos as renovações, as quais são periódicas, sempre e quando elas expiram, no seu tempo máximo permitido por lei, ou antecipadamente do seu tempo máximo permitido por lei. Só por isso também temos aqui uma fiscalização intermédia.

Volto a referir o seguinte: a saúde não é equivalente à doença. A saúde é um bem-estar que vai muito mais além do que a dor física, ou mesmo a dor mental. A saúde vai muito mais além do que isto.

E quero aqui também dizer o seguinte: nós temos é de garantir que haja uma fiscalização assídua, frequente, sempre e quando necessário, com critérios bastante bem definidos para não criarmos atos persecutórios, até de entidades patronais.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Temos de deixar bem definidos aqui. Isso sim, seria um trabalho de fundo nesta matéria.

Deputada José Pacheco (CH): Vamos a isso!

O Orador: Vamos embora a isso!

Seria importante definir aqui muito bem os critérios de convocatória para baixa, que podem ser, de facto, abusivos.

Deputado Nuno Barata (IL): Eles estão definidos na lei!

O Orador: Não estão não, Sr. Sr. Deputado, eu já lhe explico que não estão.

Já lhe explico que não estão!

Portanto, podem ser, de facto, abusivos, porque nós podemos ter convocatórias em excesso, podemos ter atos persecutórios de entidades patronais e temos aqui uma questão fundamental que eu ainda não vi aqui ninguém a frisar: os doentes de mobilidade reduzida, os doentes oncológicos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já referiram aqui!

O Orador: Então eu peço desculpa se não prestei atenção. Mas esses doentes até nem deveriam cumprir prazos tão apertados de vigilância. Porque é que não vamos ser construtivos nesta Casa e vamos propor que esses doentes sejam seguidos, por

exemplo, pela telemedicina, ou se faça uma baixa pelos meios telemáticos? Portanto, nós estamos aqui a pressupor que os médicos não têm competências, porque dizemos aqui que a inspeção da saúde vai fiscalizar as bases. Não fiscaliza nada! Vai fiscalizar o ato médico. Quem tem competência para fiscalizar a baixa médica é uma junta médica.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Agora faço a seguinte pergunta: se nós vamos retirar aquilo que já está definido por lei e acrescentar aqui um tempo, mais dois tempos, mais três tempos de fiscalização e quando gritamos pelo atraso das consultas, bom, em que é que ficamos? Ou fazemos consultas, ou fazemos juntas médicas! Portanto, vamos ter de repensar todos esta matéria ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Todos não, alguns!

O Orador: ... e tentar melhorar o sistema que temos para que as fiscalizações sejam criteriosas.

E é este o contributo que eu quero deixar aqui a esta Câmara.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Neste momento o Deputado João Vasco Costa substitui o Deputado Luís Garcia na Mesa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Olivéria Santos do CHEGA. Faça favor, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Começando pelo Deputado Pedro Neves, que, por acaso, agora não está na sala. Vou esperar, pode ser que entretanto ele venha.

Vou então começar ali pelo Deputado do PS, que fez uma pergunta bem clara: o que são baixas fraudulentas? Muito bem, Sr. Deputado, baixas fraudulentas é quando alguém alega incapacidade temporária para o trabalho e, no entanto, não tem doença nenhuma. Isso é uma baixa fraudulenta que é passada por um médico. Há pessoas, Sr. Deputado, que antes de ir ao médico – são casos reais, casos que eu conheço – que vão à internet e veem os sintomas de determinadas doenças e chegam ao médico e dizem que sofrem disso, daquilo e daquele outro e recebem uma baixa. É ter incapacidade para o trabalho sem efetivamente estar doente e muitas delas por telefone. Isto é uma baixa fraudulenta.

O Sr. Deputado, há bocadinho, falava do nosso ponto resolutivo, que pedimos um mecanismo e diz que esses mecanismos já existem. Pois, se existem, Sr. Deputado, eles não aparecem, não funcionam, ou estão a funcionar mal e é isso que nós queremos: queremos alertar, chamar a atenção para que esse mecanismo, se não existe, passe a existir. Se existe, pois então que comece a trabalhar como deve ser e em condições.

Ainda mais uma questão que também falou, que é a questão dos 8 dias. O Sr. Deputado sabe certamente, tão bem como eu, ou se calhar, sabe melhor do que eu (porque o senhor sabe muito mais do que eu) os 8 dias só se aplicam à entidade empregadora quando solicitado à junta médica. Portanto, não se aplica a este caso do CHEGA. Nós até estamos a aumentar este tempo.

Entretanto, vou responder ao Deputado Pedro Neves, apesar de ele não estar aqui na sala. Quando voltámos a falar no exemplo dos professores e dos assistentes operacionais, creio que falei português, – com pronúncia açoriana, é verdade – mas penso que foi bem claro quando disse que não estamos contra ninguém e até salvaguardei que é uma forma de salvaguardar quem efetivamente está numa baixa verdadeira, numa baixa em que, efetivamente, a pessoa está doente, em que a pessoa padece de algum mal. O que nós precisamos é de investigar, é de perceber as baixas

que foram passadas por telefone, as baixas que, efetivamente, não são reais, as baixas em que as pessoas estão no Algarve ou vão à Primark fazer compras ao fim de semana. São dessas pessoas que nós estamos a falar. Não sei se são professores, assistentes operacionais, cabeleireiros ou domésticas. Essas baixas existem e são dessas pessoas que nós estamos a falar e é isto que queremos investigar, porque isto é muito importante e isto está a dar cabo do nosso sistema. Está a deixar as nossas empresas vazias, está a deixar os nossos patrões completamente desesperados, porque estamos a ficar sem mão de obra e esta primeira fiscalização pertence efetivamente ao Estado e não está a ser feita. As baixas não podem tornar-se no próximo RSI dos Açores. Isso nós não vamos permitir.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, começo por dizer que o Bloco de Esquerda defende, nesta matéria, – e em qualquer outra – o estrito cumprimento da lei. Respeita e defende as competências dos profissionais que intervêm nesta matéria, nas diversas áreas, na Segurança Social, na Inspeção Regional de Saúde, nos serviços de saúde, nomeadamente os médicos.

Feita esta declaração de princípio, que julgo eu, todos subscreverão, ...

Deputado José Pacheco (CH): E bem!

O Orador: ... esta proposta não é uma proposta sobre uma questão técnica. Não é sobre dias, não é sobre se a fiscalização podia ser reforçada, no sentido de haver mais meios. Essa é uma proposta com uma questão política de fundo.

Deputada Olivéria Santos (CH): Oh Sr. Deputado não me diga!

O Orador: E esta questão política de fundo, aliás, como demonstra a exposição de motivos em que se diz que há o uso recorrente a baixas médicas, muitas delas, alegadamente fraudulentas, é uma tentativa clara de criar um clima de suspeição sobre um conjunto de pessoas. E é um conjunto de pessoas muito bem identificado. Foi identificado na apresentação da proposta e foi identificada na exposição de motivos da proposta. O grupo de pessoas trabalha nas escolas da Região Autónoma dos Açores e designam-se por pessoal docente e assistentes operacionais.

É sobre estes dois grupos profissionais que se quer criar um estigma e um clima de suspeição que é inadmissível, porque efetivamente, quando se faz uma proposta para supostamente combater o que se designa de baixas fraudulentas e as únicas profissões que se designa são professores e assistentes operacionais, claramente quer-se criar um estigma e um clima de perseguição a esses trabalhadores.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade, nós perseguimos os aldrabões!

Neste momento, o Deputado Luís Garcia retoma o seu lugar na Mesa.

O Orador: Aliás, o mesmo clima persecutório que se criou relativamente aos beneficiários do RSI, com aquilo que disse a Sra. Deputada Olivéria Santos fazendo a associação entre RSI e baixas médicas, para continuar nesse clima de perseguição a um conjunto de açorianas e açorianos que vivem nestas ilhas. Isso não passará impune. Nós, como é óbvio, rejeitamos esta tentativa de perseguição de grupos, em concreto, profissionais ou socioeconómicos.

É aquilo que nós falávamos de manhã, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exatamente.

O Orador: ... no âmbito da intervenção da declaração política do Sr. Deputado Pedro Neves, da Representação Parlamentar do PAN.

Se nós tivéssemos aqui uma proposta para reforçar serviços de saúde, para discutir a educação, por exemplo, a necessidade de renovar profissionais de educação, porque têm uma idade muito elevada — aliás, sabemos que a classe docente está envelhecida, sabemos que os assistentes operacionais são uma classe envelhecida, com uma idade média muito alta — estaríamos a tratar de problemas reais e de problemas para os quais é preciso encontrar soluções políticas. Mas não é disso que estamos a tratar; pelo contrário, é a criar um clima de suspeição perante essas pessoas e também uma clara generalização sobre eventuais irregularidades que possam existir no caso do trabalho dos médicos. O que também é de lamentar.

E, neste contexto, nós temos de questionar o Governo e aos partidos que suportam o Governo se se reveem nesta proposta, na sua exposição de motivos e nos seus pontos resolutivos. Reveem-se nisto? Nós não nos revemos e eu espero que o Governo também não se reveja.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na sua interpretação, de certeza que não!

O Orador: Espero que o Governo também não se reveja.

E o Governo assume que não está a cumprir com a legislação em vigor sobre esta matéria. É que reconhecer aquilo que é proposto pelo CHEGA é admitir que o Governo não estaria a cumprir com a legislação em vigor. E eu espero, não só que o Governo cumpra com a legislação em vigor, mas também que não contribua para lançar um clima de suspeição sobre uma parte dos trabalhadores dessa Região.

Isso não é admissível e não pode, um Governo dos Açores, embarcar nesse caminho e muito menos, como é óbvio, a maioria que o suporta.

Por isso, espero que, da parte da coligação, haja o sentido de respeito por quem trabalha ao não aprovar esta iniciativa.

Deputado Francisco Lima (CH): Por quem trabalha?! Essa está boa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já várias considerações foram feitas. Eu penso que, nesta fase do debate, o Governo, mais do que tudo, tem de contribuir para o esclarecimento, sobretudo para quem nos ouve em casa e, pensava eu que em sede de Comissão os esclarecimentos tinham sido todos dados, mas infelizmente vejo que houve Srs. Deputados que não compreenderam aquilo que foi dito em Comissão.

Desde já, porque a Inspeção Regional da Saúde não tem qualquer interesse em andar neste clima de suspeição e de perseguição sobre qualquer tipo de classe, desde aqueles que prescrevem as baixas ou desde aqueles que são os usurários dessas baixas. Não é esse o sentido da ação da inspeção regional numa fase inicial, porque também deve contribuir para a fiscalização e, até mesmo com alguma pedagogia.

Desde já, quero dizer o seguinte, a Inspeção Regional da Saúde é a inspeção mais recente de toda a administração pública regional e isso faz com que haja, efetivamente, um número reduzido de inspetores que deve e irá ser aumentado, ao longo dos anos.

Gostaria também de dizer que, na atualidade, existem seis inspetores a desenvolver as suas funções. Neste momento, está a decorrer um procedimento concursal para mais três vagas. Tivemos 14 concorrentes e, portanto, o quadro da Inspeção será reforçado, até ao primeiro semestre do presente ano, com mais três inspetores, que, naturalmente, irão ajudar a desenvolver ações de fiscalização, mas também ações de sensibilização, junto das entidades empregadoras e até mesmo com algum espírito de pedagogia. É importante ajudar as entidades empregadoras a compreenderem o que é que é o quadro normativo, porque ele é efetivamente complexo sobre esta matéria e tem uma panóplia de diplomas que vão desde decretos regulamentares, decretos-lei, leis, o próprio Código Penal. Portanto, há esta necessidade de ajudar as entidades empregadoras a

perceberem quais são os mecanismos que têm ao seu dispor, antes que a própria inspeção seja ativada para estas ações.

Gostaria também de dar nota que o número de processos que a inspeção tem vindo a concluir, ao longo dos anos, tem vindo a aumentar de forma muito significativa. Em 2021, foram apenas concluídas oito ações, num total de 40 processos. Em janeiro de 2022, foi alterado o quadro da Inspeção, com a troca da própria inspetora que desempenhou o cargo. Em 2022, foram concluídos 54 processos no total de 99. Em 2023, foram concluídos 50 processos no total de 89. Em 2024, foram concluídos 78 processos no total de 106. Portanto, tem havido aqui um aumento significativo das ações e do desempenho da Inspeção Regional da Saúde.

No âmbito dos CIT, ao longo dos anos, os processos também têm vindo a aumentar de forma significativa e para dar nota a esta Câmara que, em 2022, 2023 e 2024, foram um total de 30 processos sendo que, dos dez processos de 2022, de forma diferente, foram detetadas irregularidades em nove deles. O que não é o mesmo que uma baixa fraudulenta. Portanto, é preciso diferenciar este conceito. Uma coisa é uma baixa fraudulenta, outra coisa é uma baixa irregular. Nem sempre a baixa regular carece que haja aqui uma intervenção do próprio Ministério Público. Não, por vezes, pode-se dar o caso de haver apenas um erro no preenchimento do próprio certificado e isso faz com que haja uma própria ação da Inspeção que, uma vez identificado esse erro, notifica quem o passou e também notifica, noutros casos, a própria entidade empregadora. Também há situações que motivam um processo disciplinar, sem que tenha de haver aqui uma denúncia ao Ministério Público. Portanto, estamos aqui a falar de conceitos diferentes.

Baixas irregulares tem havido. Foi nesse contexto que a Sra. Inspetora se referiu, no âmbito da audição que, por exemplo, em 2022, 82 %, dos 11 processos, eram efetivamente baixas irregulares. O que não quer dizer que sejam baixas fraudulentas. Também gostaria de dar nota que, no âmbito das baixas fraudulentas, quando elas são identificadas é feita uma comunicação ao Conselho Disciplinar da Secção Regional Sul

da Ordem dos Médicos, que não é o mesmo que o Conselho Diretivo da Ordem dos Médicos da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, a Ordem dos Médicos está abrangida por esta Secção Regional Sul e Ilhas e é este conselho disciplinar que a Inspeção Regional notifica aquilo que encontra e que tem de ser avaliado.

Gostaria ainda de dar nota que, uma coisa é ação da Inspeção Regional da Saúde, que não tem qualquer tipo de ação sobre o beneficiário da baixa e isto tem de ficar bem esclarecido. Ou seja, a Inspeção Regional da Saúde não vai atrás do trabalhador para saber se o trabalhador está ou não doente e se essa doença justifica uma baixa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não, não faz isso. Vai averiguar o processo clínico, as condições da informação que constam nesse processo clínico e, detetada alguma irregularidade, desenvolve outro tipo de ações.

Já o ISSA faz a verificação domiciliária da doença e então aí os inspetores do ISSA vão até ao domicílio do beneficiário e, durante aquele período em que são obrigados a permanecer em casa, avaliam ou não se o beneficiário da baixa está ou não em casa. Portanto, temos aqui duas ações completamente diferentes: a Inspeção Regional verifica quem prescreve, a verificação domiciliária de doença é feita pelo ISSA e não pela Inspeção Regional da Saúde.

E, portanto, há essa diferenciação que importa aqui ressaltar, desde já, para acabar com este clima de suspeição sobre qualquer tipo de classe trabalhadora que, efetivamente, não é isso que se pretende.

Em relação ao processo em si — e esta informação também é relevante, sobretudo para as entidades empregadoras — não é preciso esperarem-se os 90 dias para que se desencadeie uma junta médica. A qualquer altura, quer a entidade empregadora, quer o médico que prescreve a baixa, pode solicitar uma junta médica e, portanto, não é preciso esperar 90 dias. Se há aqui alguma suspeita de irregularidade, não é preciso arrastar o processo até à própria Inspeção Regional. A própria entidade empregadora

tem essa faculdade de convocar uma junta médica e o trabalhador tem 8 dias para se apresentar. Se o trabalhador não se apresentar, a baixa automaticamente cessa. Portanto, não é preciso chegar até à Inspeção para que se avaliem as necessidades, as condições clínicas e percebermos se, efetivamente, estamos perante uma baixa que é irregular, ou que possa vir a ser fraudulenta.

Em relação também àquilo que são os pontos resolutivos, no ponto número 1, estão efetivamente os 90 dias, mas penso que é importante dar essa essa informação a esta Câmara, até porque as próprias entidades empregadoras nem sempre têm noção que têm mecanismos à sua disposição para ativar a fiscalização.

Também em relação ao ponto 3, numa discordância total com o Partido Socialista, na medida em que nós não podemos exigir tudo aos mesmos médicos, ou seja, o Serviço Regional de Saúde não consegue, nem pode dar resposta com os mesmos médicos a todos.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quando é que o PS disse isso?

A Oradora: Quer sejam consultas, no âmbito dos cuidados de saúde primários, quer sejam baixas médicas, no âmbito da ADSE, quer sejam baixas médicas no âmbito da segurança social, quer sejam baixas médicas na avaliação de incapacidades. Nós temos o mesmo corpo clínico de médicos e eles fazem tudo.

Claro que não podemos, nem a mim me compete a exigência de se desmarcarmos consultas, no âmbito dos cuidados de saúde primários, quando temos médicos de medicina geral e familiar que têm na sua função a exigência de fazerem consultas, mas não são obrigados a fazerem baixas clínicas. Portanto, o ponto 3 fará sentido, porque vai permitir a contratação externa e assim, não só responsabilizar o Serviço Regional de Saúde, mas como outros departamentos do Governo, no sentido de darem uma resposta mais célere e de se conseguir uma fiscalização mais apertada.

E para já, Sr. Presidente, eram estes os esclarecimentos que o Governo deve fazer.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, acho que a Inspeção Regional já começou a trabalhar este ano e escolheu a educação. Isso foi uma decisão do Governo, não foi uma decisão do CHEGA.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não foi do Governo.

A Oradora: Não está nos três pontos resolutivos qualquer indicação sobre a área ou a incidência da fiscalização.

Segunda questão, conforme foi explicado na Comissão dos Assuntos Sociais, os inspetores da Inspeção Regional de Saúde têm poder para ver o processo clínico e fazer uma primeira análise sobre a existência, ou não, de registos e questionar esses registos. Por isso, essa avaliação pode e, na minha opinião, deve ser feita.

Terceira questão, quando no ponto resolutivo é indicado baixas superiores a 30 dias, é o universo, não quer dizer que seja para fiscalizar 100 % esse universo. O que nós ali indicamos é acima dos 30 dias, não se centrar naqueles três ou quatro dias.

Quanto ao Sr. Deputado José Toste, do PS, quando refere que pedíamos que fosse feita a fiscalização às baixas, não estamos a desvalorizar a autonomia dos médicos. Nós vivemos numa democracia, tudo é fiscalizado, tudo pode ser questionado. Porque é que o ato médico também não pode ser questionado? É minha opinião.

O que também nós defendemos é que a Inspeção Regional de Saúde tenha no seu plano de atividades anual um conjunto de fiscalizações programadas. Apenas que isso passe

a fazer parte do seu plano de atividades com normalidade todos os anos. Não é uma perseguição a ninguém.

Outra questão, nos dados que foram recolhidos, por exemplo, constatou-se que, na ilha Terceira, no concelho da Praia, há mais baixas médicas do que no concelho de Angra. Admiro-me que a Secretaria Regional da Saúde, mais precisamente a Direção Regional de Saúde, por exemplo, não estude a causa dessas baixas para tentar aferir se há aqui alguma questão de saúde pública que esteja a afetar os praienses e não os angrenses. Claro que daqui resultam suspeições. Há os CIT, porque é que não recolhem os motivos e se faz um estudo das causas que levam a que haja tantas baixas? Estudem-se os assuntos, temos os dados. Porque é que não se toca neste assunto?

Por último, eu já participei numa equipa, no início da atividade da Inspeção Regional de Saúde, e digo, sinceramente, que houve processos clínicos de pessoas que estavam há meses e meses de baixa médica em que não tinha lá nada escrito.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi aqui, em apartes, que, supostamente, nós temos de ver que a parte do argumentário ou da retórica é uma coisa e outra é a iniciativa.

Acho que todos nós conseguimos fazer essa separação, mas às vezes há aqui uma contaminação daquilo que é a parte discursiva, daquilo que é apresentado politicamente e, por isso, temos de responder a isso mesmo e falo da perseguição, ou não, aos docentes e auxiliares.

A Sra. Secretária Regional da Saúde diz que não há perseguição e que, supostamente, essa inspeção feita pela Inspeção Regional da Saúde é feita nunca a jusante, mas sim a montante da parte dos médicos, da parte clínica.

Mas então eu pergunto, tendo em conta que saiu na comunicação social, se a Inspeção Regional de Saúde vai investigar baixas médicas nas escolas dos Açores. Se nós fazemos de uma forma que não é uma perseguição, não estamos à procura da pessoa para saber qual é a profissão da pessoa em si – por causa da proteção de dados, também é melhor ter cuidado com isso – ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor não tem razão. Não ouviu nada do que eu disse.

O Orador: ... se vamos fazer a montante e não a jusante, como é que a Inspeção Regional de Saúde pode dizer que vai fiscalizar baixas médicas na escola dos Açores, unicamente aos docentes e aos auxiliares de educação e maioritariamente em São Miguel e na Terceira?

Há aqui um critério, há aqui um critério...

Aparte impercetível da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Sim, Sra. Secretária, ouça, ouça, se não há perseguição, então é feito de uma forma aleatória. De forma aleatória, pode ser qualquer tipo de carreira dentro da Região Autónoma dos Açores.

É dito pela Inspeção Regional de Saúde que não há um critério, mas dizem que vão só ver os docentes e auxiliares de saúde, então, à partida, não há só um critério, mas há sim uma perseguição e vai-se verificar o nome das pessoas para saber se é docente, ou não é docente, se é auxiliar, se não é auxiliar. Se for um pedreiro, ou se for um deputado, não entra dentro desse critério, então, a Inspeção Regional de Saúde não o vai ver. Isso foi dito na comunicação social, nós ouvimos todos na Comissão dos

Assuntos Sociais, por isso, eu pergunto à Sra. Secretária: como é que é possível, sem haver um critério (porque supostamente será de forma aleatória), descobrir se uma pessoa é docente ou não é docente?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Regresso ao debate para voltar a falar sobre um assunto que já aqui frisei variadíssimas vezes, mas que acho que é muito importante, principalmente, para os açorianos que nos ouvem ficarem esclarecidos e saberem, de uma vez por todas, que quando falamos de professores e de assistentes operacionais é porque temos dados concretos, temos números e foi por isso que utilizámos estes dados. Foi porque fizemos um requerimento e houve uma resposta (temos números e dados concretos) e porque os números de baixa são bastante elevados. Não estamos atrás de ninguém. Estamos a querer perceber porque é que este número é tão elevado e se essas baixas efetivamente são todas reais. Pois, se elas forem, infelizmente, vou ficar com muita pena, porque realmente temos muitos professores e assistentes operacionais doentes. Realmente, vou ficar com muita pena.

Há pouco, o Deputado do PPM falava nos doentes oncológicos. Sim senhor, Sr. Deputado, sou totalmente de acordo, até acho que os doentes oncológicos nem sequer deveriam fazer parte deste regime. Deviam ter um regime excecional, à parte, nem deveriam estar aqui incluídos

Deputado José Pacheco (CH): Exatamente. Nem devia ser baixas.

A Oradora: Há pouco também, o Deputado José Toste falava que há poucos médicos, que há dificuldade em fazer juntas médicas. Então é assim: não temos médicos, não se fazem juntas médicas. É essa a sugestão do PS?!

Há uma suspeita, queremos fiscalizar, queremos inspecionar, mas não há médicos. Então o que é que se faz? Nada! É isso que o PS quer, que não se faça nada, que se deixe ficar tudo parado e tudo como está.

Nós vemos que há um erro e que estão coisas a acontecer que não são corretas, mas o que é que se faz para corrigir isso? Nada, porque não há médicos.

E, entretanto, mais uma vez, volto a frisar que este é um primeiro passo.

A Secretária Regional da Saúde já aqui o disse, o Governo Regional tem intenção de aumentar esses inspetores. Ainda bem, nós precisamos mesmo desta fiscalização. Precisamos de mais inspetores, precisamos de mais médicos, mas precisamos que toda esta ação seja fiscalizada e isso só se consegue mesmo com fiscalização, que é o que aqui hoje estamos a pedir: fiscalização a todas as pessoas. Não é aos professores e aos assistentes operacionais, volto a frisar, é a todas as pessoas, todas!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha pedido à Sra. Secretária Regional que prescindisse e que me deixasse falar antes de si, mas não foi possível.

Não sei quem é que vai passar o atestado médico ao Sr. Secretário Regional, porque ele já está mais moribundo, do que vivo. Portanto, se calhar, é melhor alguém salvar o homem.

Eu mandarei fiscalizar a baixa médica emitida pelo Sr. Doutor Paulo Margato.

Estamos perante uma iniciativa do CHEGA que teve, pelo menos, a virtude de nos pôr, nesta Casa, a falar da saúde, mais uma vez, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mais da doença.

O Orador: ... de baixas médicas, mais uma vez, de problemas na educação, mais uma vez.

Deputado José Pacheco (CH): Fraude, também.

O Orador: Mas esse projeto de resolução do CHEGA tem um pecado original de utilizar a palavra: fraudulento.

E não é que eu seja ingénuo, não é que eu não saiba que há baixas emitidas de forma irregular, baixas emitidas “por favor”, baixas emitidas porque o paciente engana com sintomas o médico, baixas emitidas “por amiguismo também”, mas aprovar, nesta Casa, um diploma que tem logo como título Combate às baixas fraudulentas, quase que não é um estigma à classe docente e aos assistentes operacionais. É um anátema gravíssimo lançado sobre a classe dos médicos, que são os grandes visados neste diploma. Não são os utentes, são os médicos, os grandes visados neste diploma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que o senhor acabou de dizer antes é muito melhor do que isso.

O Orador: Também é verdade que, na educação, como foi conhecido pela resposta do Governo ao requerimento do CHEGA, existe um elevado número de baixas, mas isto é absolutamente normal. Aliás, eu acho que, se houvesse estatística nos últimos 20 anos, penso que hoje isto ainda é um problema menor do que era há 15 ou há 20 anos, porque, há 15 ou há 20 anos, era muito mais grave e não era pelas mesmas razões que são hoje. Hoje elas existem na sua grande maioria, porque a profissão é de desgaste enorme, porque as pessoas chegam aos 50 anos e já não aguentam a carga e, às vezes, a forma e o comportamento dos alunos nas salas. Entram quase em *burnout*, acabam muitas vezes com processos disciplinares, porque, em *burnout*, exaltam-se demasiado na sala e comportam-se de forma inadequada e, portanto, acabam por aguentar até à reforma em baixas prolongadas. Isto não é novidade nenhuma.

Não foi por acaso que a Sra. Secretária da Saúde, durante o seu discurso, sempre que falou do empregador, apontava para a Sra. Dra. Sofia Ribeiro. Não foi um acaso, foi

natural, foi espontâneo, foi dela. Ela nem se apercebeu que estava a fazer isso, mas fê-lo!

Risos de vários Deputados.

Eu convido os Srs. Deputados a visitarem o vídeo para não porem o estigma todo no CHEGA, ou na Iniciativa Liberal. É um facto.

E ainda tenho mais uma coisa para dizer, eu convido a Sra. Secretária Regional da Saúde a pedir ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Administração Pública a minuta da tal circular normativa da DROPEP (Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público), que é só pedagógica, para fazer uma circular normativa-pedagógica também lá na Secretaria. Porque, afinal, o que é preciso é fazer a pedagogia perante os médicos, perante os utentes, perante toda a gente para não abusarem das baixas.

Eu não ponho em causa a credibilidade dos médicos, não ponho em causa a credibilidade dos deputados, dos juízes, dos advogados. Não ponho em causa a credibilidade de ninguém, mas ainda ontem havia um juiz condenado por ter raptado uma filha. Portanto, há gente que se porta de forma imoral e sem ética em todas as profissões.

Não podemos é generalizar e estar aqui a falar de um combate a um excesso de pessoas de baixa num determinado setor, ou noutro setor qualquer, chamando de baixas fraudulentas a todas essas baixas que queremos fiscalizar.

Eu percebo o dilema da Sra. Secretária Regional da Saúde. Se eu pego nos médicos todos e os ponho metade deles a fiscalizar as baixas que os outros passam, não tenho médicos para fazer consultas. O Sr. Deputado Paulo Margato também o disse. A fiscalização das baixas, como a Sra. Secretária bem lembrou, tem uma parte que é responsabilidade do ISSA, naquilo que diz respeito ao utente, e tem outra parte que é

responsabilidade da Inspeção da Saúde, relativamente a quem emite o documento de baixa médica.

Eu percebo a preocupação do CHEGA neste diploma. Eu acompanho a preocupação do CHEGA neste diploma. Não acompanho muitos dos argumentos que o CHEGA usa para que a Câmara acompanhe o CHEGA neste diploma e não acompanho, de todo, o uso do termo *fraudulento* num documento desta natureza. Não posso aceitar este termo e, nessa medida, pela segunda vez, neste período legislativo, *vou ficar em cima do muro*.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção, optei por fazer uma análise técnica da proposta, porque tinha um propósito, que era o propósito de demonstrar que tecnicamente esta proposta não tem qualquer tipo de valência, não traz e nem acrescenta nada àquilo que são os mecanismos de fiscalização existentes.

Mas, é necessário fazer uma análise política. Aliás, como já foi referido aqui pelo Sr. Deputado António Lima, mais do que os aspetos técnicos que, nas propostas de resolução do CHEGA, são sempre meramente acessórios, importa atender àquele que é o objetivo político. E o objetivo político do CHEGA foi, claramente, apontar o dedo a um conjunto de trabalhadores da função pública, em específico, os professores e aqueles que trabalham nas escolas, bem como aos médicos.

Mas, neste propósito, o CHEGA não ficou sozinho e a verdade deve ser referida. Como foi já aqui trazida a debate a preocupação pelo Sr. Deputado Nuno Barata da utilização do termo baixa fraudulenta, a verdade é que o próprio Governo Regional também tem feito a utilização do termo baixa fraudulenta e sinalizando, precisamente, os professores e aqueles que trabalham nas escolas.

No dia 24 de fevereiro de 2025, a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social emitiu uma nota, cujo título é:

“Governo aposta no combate às baixas fraudulentas, no âmbito escolar.” Se é censurável a utilização do termo baixa fraudulenta, por parte do CHEGA, mas não era, de todo, expectável, por parte do Governo Regional, que utilizasse o mesmo tipo de terminologias que o CHEGA traz aqui nesta iniciativa.

Mas, da parte do Governo Regional, a bem da verdade, importa referir que nem todos os membros do Governo Regional se reveem na utilização desta terminologia.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional — não sei se na pele de líder do CDS-PP, se de Vice-Presidente do Governo Regional, no nosso entender é a mesma pessoa — também chamou e trouxe à colação a sua natureza de médico e de profissional médico, afirmou no dia 28 de fevereiro, ou seja, 4 dias após esta nota do Governo Regional que: “nós temos de ter cuidado quando usamos determinada linguagem, porque eu não posso acusar de haver baixas fraudulentas.”

Portanto, nós temos aqui um Governo a duas velocidades: uns utilizam o termo baixa fraudulenta, outros chamam à atenção que a utilização deste termo não é a mais correta. Mas, o que nos preocupa nesta discussão é que, à boleia deste projeto de resolução do CHEGA, que nada diz sobre o CHEGA, apenas evidencia aquela que sempre foi a sua posição, o Governo Regional acabe por tomar uma posição ainda antes de ser aqui aprovada nesta câmara — se é que vai ser aprovada, esta resolução — acabou por assumir o discurso do CHEGA de perseguição aos professores e daqueles que trabalham nas escolas, sinalizando que todas as baixas, no âmbito daquele setor, seriam, eventualmente e potencialmente, baixas fraudulentas.

E o problema desse discurso é inversão do ónus. É haver uma presunção de fraude em todas as baixas que são passadas aos professores e isto não deve ser admissível no Estado de direito.

É necessário fiscalizar? Sim. É necessário aferir se existem irregularidades?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É necessário dizer mas não se pode fazer.

O Orador: Sim, deve-se fazer. Portanto, deve haver fiscalização das baixas e não partir do princípio que todas elas são fraudulentas, porque assim estamos a inverter a lógica da fiscalização, porque sinalizamos como fraudulento para depois vir provar que afinal não são e o processo deve ser precisamente o contrário, deve-se fiscalizar todas as baixas para chegar à conclusão se são fraudulentas ou não.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

Aparte impercetível do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

Deputada Andreia Cardoso (PS): A gente concorda com o Sr. Vice-Presidente. O senhor concorda com quem quiser.

Presidente: Sra. Deputada. Faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Sras. e Srs. obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvidas as intervenções que me antecederam, Deputado José Toste, tenho a dizer-lhe que, o Grupo Parlamentar do PSD não acompanha, de forma absolutamente nenhuma, o seu raciocínio e, quando diz isso, tenta induzir quem nos ouve num claro erro do que está em causa com este projeto de resolução.

O senhor tem o mérito de conseguir desvirtuar. Um projeto de resolução que recomenda, ou que incentiva um reforço à fiscalização, não está, de forma alguma, a presumir que todos transgridem. Isso é a mesma lógica da segurança rodoviária.

Existem operações STOP, não são todas porque partem do princípio que nós estamos a transgredir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A polícia não manda parar só os professores.

A Oradora: Deputada Andreia Cardoso, a Sra. pode inscrever-se, se quiser.

Eu vou, exclusivamente, deixar aqui esta nota, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: ... daquilo que é o entendimento do Grupo Parlamentar do PSD, a alusão aos professores resulta, obviamente, de um requerimento que foi feito, de uma resposta do que houve, de uma situação que é real e que também não nos surpreende, porque estamos a falar de um grupo profissional, da área da saúde, sejam docentes ou não docentes, que contempla um grupo extremamente grande.

Deputado José Toste, o objetivo deste projeto de resolução, ou a intenção do Grupo Parlamentar do PSD... o que os senhores estão a tentar fazer neste momento é colocar – e não é só o PS, não é o Bloco de Esquerda – estão a tentar colocar açorianos contra açorianos, estão a tentar colocar médicos contra professores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Está a tentar colocar médicos contra professores, está a tentar colocar a classe política e o Governo contra os médicos e, portanto, isso não lhe admitiremos.

O Grupo Parlamentar do PSD tem interesse e está empenhado e procura sempre todas as soluções que melhorem as práticas, que possam melhorar o Serviço Regional de Saúde por inerência, neste caso, que garantam um sistema e entidades e serviços públicos que funcionam, principalmente quando está em causa privar os serviços de mão de obra, que é fundamental para poder cumprir a sua missão.

O nosso foco é no combate ao absentismo. O seu também deveria ser. Não é em colocar açorianos contra açorianos.

Portanto, este projeto de resolução teve o mérito — e nisso acompanho o Deputado Nuno Barata — efetivamente, de permitir que este assunto seja discutido, de clarificar algumas ideias, ou alguns mitos que existiam e nós, durante as audições, tivemos essa noção.

Efetivamente, clarificou o que é que compete à Inspeção Regional de Saúde, o que é que compete à Inspeção da Segurança Social. Mostrou claramente que a Inspeção Regional de Saúde não tem estado a dormir. Reconhece o problema, tem reforçado e tem planos para continuar a reforçar a fiscalização. Não está e também não admitimos que esteja em causa aqui a credibilidade de nenhum grupo profissional, sejam dos beneficiários de certificados de incapacidade temporária, sejam daqueles que os emitem. Existem mecanismos? Existem, sim senhor, mas também ouvimos, e o senhor ouviu tão bem quanto eu, que eventualmente esses mecanismos não estão a ser devidamente aproveitados, nomeadamente, quando tivemos a informação de que, podendo as entidades empregadoras dar nota, ou acionar mecanismos para fiscalidade, quando recebemos a informação — julgo que até o Sr. ou algum dos Srs. Deputados fez essa questão que foi respondida — de que era residual a quantidade de fiscalizações que resultavam. Por desconhecimento ou por falta de meios, as entidades empregadoras não estão a usar esse mecanismo e, portanto, para mais que não seja, esta situação tem esse efeito secundário.

E depois, para finalizar, queria chamar apenas a atenção de que este projeto de resolução não é um papão, não são os políticos, a Inspeção Regional de Saúde que faz qualquer perseguição aos médicos.

Deputado José Miguel Toste (PS): Por isso é irrelevante serem professores.

A Oradora: Efetivamente, a Sra. Inspetora foi muito clara: as ações não são sobre os trabalhadores. Na verdade, são sobre quem emite. Exatamente por isso ouvimos o Sr. Presidente do Conselho Médico da Ordem dos Médicos e ouvimos as delegações.

São 14 pareceres escritos, o senhor leu-os. Colocam-se ao lado de que deve ser reforçada a fiscalização, de que levantam as dificuldades que têm em corresponder, até

adiantando uma solução que este projeto de resolução adianta, que a Sra. Secretária teve a oportunidade de se pronunciar sobre ela, que tem a ver com o facto de com o facto de se recorrer à contratação externa de profissionais médico, exatamente para não retirar aos médicos de medicina geral e familiar aquilo que é a sua área de intervenção principal. Portanto, Sr. Deputado José Toste, porque está querendo dialogar comigo, este projeto de resolução toma contornos de perseguição e de incómodos porque os senhores assim trouxeram esta situação aqui.

Deputada Inês Sá (PS): E o Sr. Vice-Presidente também trouxe!

A Oradora: Ó, Sra. Deputada, eu ouço-a muito bem.

Deputada Inês Sá (PS): Eu também a si!

A Oradora: Portanto, Sra. Deputada, inscreva-se.

Relativamente às declarações do Sr. Vice-Presidente, de forma nenhuma, colidem com aquilo que foi hoje aqui dito por nenhum deputado.

Deputada Inês Sá (PS): Não colide?! Vocês gostam de fazer de todos burros!

A Oradora: Não, o problema é que os senhores gostam e abusam de colocar palavras e de interpretar aquilo que as outras pessoas dizem. Abusam e não vão abusar comigo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso que já estava à espera, mas em bom rigor, a minha primeira intervenção até calhou mal naquilo que foi a segunda intervenção do Sr. Deputado José Toste, porque efetivamente veio aqui falar em conceitos que eu tive o cuidado de referir. Uma coisa

é uma baixa irregular, outra coisa é uma baixa fraudulenta. E não se quer, nem se pressupõe, que a Inspeção Regional pare tudo e deixe tudo o que tem de fazer, de outras ações, para inspecionar o que se passa em ambiente escolar. Isso foi dito por mim e foi repetido pela Sra. Inspetora Regional na audição, onde o senhor esteve presente, onde ouviu tudo e pôde fazer todas as perguntas. Fomos bem claras, ninguém criou qualquer ambiente persecutório, ao contrário do truque político que o senhor quer vir aqui fazer, ignorando totalmente 2 horas de audição, onde foi esclarecido tudo aquilo que foi perguntado. Se o senhor não fez mais perguntas foi porque não quis, mas em relação a isso, o senhor acarreta com as consequências.

Mas, no meio disto tudo, Sr. Deputado, eu tenho de relembrar-lhe o seguinte, onde estava o Sr. Deputado em 2011?

Deputado José Toste (PS): Na faculdade!

A Oradora: Em 2011, quando o Governo Regional dos Açores da altura, liderado pelo Partido Socialista, mandou fazer uma ação de inspeção ao ambiente escolar que inspecionou 756 certificados de incapacidade temporária e 281 médicos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Onde é que estava o Sr. Deputado nessa altura? Quem é que foi pioneiro na perseguição aos professores? Foi este Governo Regional, ou foi o Governo do seu partido, Sr. Deputado?

Estava na faculdade, pois então relembro que deve preparar melhor as suas audições antes de vir acusar este Governo de qualquer tipo de perseguição, porque isso não é verdade e eu não contribuo para esse debate.

Portanto, a ação da inspeção, que, em certa parte, é independente e tem de ser independente do poder governativo, centra-se em criar uma ação ordinária no seu plano

de atividades e não vai inspecionar, nem os professores, nem os auxiliares da ação médica.

É identificado uma área que tem que ver, sobretudo com o início do processo.

E como é que se inicia o processo, Sr. Deputado? Não é a inspeção que se lembra de ir a um sítio inspecionar alguém. Por norma, há uma denúncia que pode ser anónima e que leva a que a Inspeção faça mais perguntas para saber se há, ou não, conteúdo para inspecionar a tal baixa. Pode ser através da entidade empregadora, ou então pode ser através do ISSA que, após uma primeira verificação, denota alguma irregularidade e reporta à Inspeção Regional da Saúde.

Portanto, Sr. Deputado, em relação a essa matéria e para que fique bem claro, o Governo Regional não quer perseguir ninguém, não quer perseguir médicos, não quer perseguir professores.

Deputado Carlos Silva (PS): Claro que não. Este Governo não persegue ninguém.

A Oradora: Vai fiscalizar e inspecionar o ambiente escolar, da mesma maneira que vai fiscalizar e inspecionar todas as outras baixas, no sentido das denúncias que recebe na Inspeção Regional da Saúde e é por isso mesmo que está a aumentar o número de inspetores. Mais três até ao primeiro semestre de 2025 e, possivelmente, desse concurso, ainda será possível aumentar em mais três, ao longo do segundo semestre de 2025.

É para isso que a Inspeção Regional de Saúde trabalha.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 17 horas e 55 minutos.

Peço aos líderes e ao Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares que me acompanhem para uma breve reunião.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, estava inscrita, antes de irmos para o intervalo, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que tem sido o debate desta matéria até agora e relativamente àquela que foi a intervenção do Sr. Presidente do CDS-PP, no dia 28 de fevereiro – mencionado também pelo Sr. Deputado José Toste – gostaria de dizer que ele disse mais do que aquela frase que o senhor mencionou, porque logo a seguir o Sr. Vice-Presidente disse que não podíamos estar a acusar se existiam baixas fraudulentas, ou não, que existia muita gente de baixa e que tínhamos exatamente de saber porquê.

E foi nessa exata medida a minha intervenção inicial, exatamente com esta reserva e com este perigo de um risco de uma generalização que possa existir a tudo o que sejam baixas e atestados de incapacidade temporária.

É claro que tendo em conta este risco e aquilo que se pretende fazer no debate político – que é o que estamos a fazer aqui – a verdade é que, depois cada um quer levar as coisas e dizer que nós achamos aquilo que eles querem que a gente ache. Andamos aqui todos neste jogo político de tentar associar-nos a algo que nós não dissemos, mas vocês querem que nós nos associemos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, bem vindos outra vez ao filme da iniciativa que já tivemos aqui – até recentemente pelo Partido CHEGA – e que todos nos recordamos, relativamente às creches e é esse número político que os senhores pretendem fazer novamente. Isso já está claro neste ponto do debate.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

De qualquer maneira, Sr. Deputado, a análise que o CDS-PP faz é uma análise ao impacto e àquilo que temos na iniciativa e neste projeto resolutivo. Quando querem fazer este número e a questão das classes profissionais, de querem meter-nos todos nos contra os outros, é preciso dizer uma coisa também neste ponto do debate, relativamente à questão da classe docente. A questão que eu queria emanar aqui à bancada do Partido Socialista, é no sentido de: dizem que o Governo quer fazer uma perseguição à classe dos professores. Certo?

Deputado Francisco Lima (CH): Eles é que fizeram!

A Oradora: Mas então a questão que eu faço é a seguinte: quando era o Governo Regional do Partido Socialista...

Deputado Francisco Lima (CH): Não havia problema!

A Oradora: ... e, em 2011 e em 2012, se fez uma ação fiscalizadora, que começou pelas escolas da ilha de São Miguel e da Terceira, (foi isto que aconteceu no ano de 2011 e 2012), era uma perseguição à classe docente? Era uma perseguição às escolas?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E, portanto, não podem achar que era legítimo, da vossa parte, fazer essas ações de fiscalização e fiscalizarem isto que foi sinalizado na altura, mas agora o Governo Regional — que já não é o vosso — quer fazer uma perseguição aos professores. Portanto, essa não pode ser a leitura e o Sr. Deputado sabe bem disso. Quanto a esta iniciativa — independentemente do número político que cada um queira fazer relativamente a esta matéria — a verdade é esta: somos defensores do princípio da fiscalidade, somos defensores em reforçar estes mecanismos de fiscalização, em averiguar em relação ao número de baixas (que é um número elevado, reconhecemos) o que é que está a acontecer na nossa Região e isso parte de uma base de fiscalização e também de sensibilização junto de todos os intervenientes. Esta iniciativa também vem-nos trazer isso a debate e isso parece-nos de todo importante. Quanto ao número político, claro que cada um faz aquele que quer. No nosso entender, avaliamos a iniciativa, aquilo que é proposto e, portanto, não vamos embarcar naquilo que os senhores gostassem que nós disséssemos, mas não dissemos, que é por causa das classes.

Não, temos de fazer uma análise séria àquilo que é proposto aqui. Foi isso que o Grupo Parlamentar do CDS-PP fez ao analisar, é esse o nosso posicionamento em debate e, portanto, nesses números políticos, peço desculpa, mas nós não vamos entrar.

Deputado José Miguel Toste (PS): Isto não é nenhum número político!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não acredito que haja nenhum médico nesta Região ou no país que esteja preocupado, neste momento, com a questão de chamar fraudulento, ou não, as baixas, não acredito. Qualquer profissional idóneo sabe aquilo que faz e responde por aquilo que faz.

Como bem ouvi hoje aqui, em todas as profissões, haverá os mais sérios e os menos sérios. A classe médica, com certeza, não é exceção, como a classe de professores não será exceção, como a classe dos pescadores não será exceção, como não há exceções nesta matéria. Portanto, não acredito que qualquer médico esteja preocupado com este facto, como não acredito que nenhum professor ou pessoal não docente esteja preocupado com isso, se verdadeiramente estiverem doentes.

Agora, eu quero acrescentar, e aproveitar o momento, porque estão-nos a ver lá em casa e em direto. Estão-nos a ver, não só nos Açores, como nas nossas comunidades.

É preciso deixar aqui uma palavra de apreço aos professores e ao pessoal não docente das escolas, dizendo que é reconhecido – pelo menos por esta Representação Parlamentar – o desgaste rápido desta profissão e volto a frisar, acho que não preciso de ler outra vez a definição da OMS da saúde, porque a saúde não é só física; no seu âmbito holístico, é bio existencial.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Se quiser uma alternativa, também lhe dou.

O Orador: E é isto que eu quero aqui deixar claro e deixar aqui uma palavra aos professores: que todos aqueles que estão realmente a precisar de uma baixa médica para se restabelecerem de algum problema de saúde, ou mesmo familiar, vão continuar a ter. Portanto, não têm de temer qualquer tipo de ato que discrimine qualquer classe profissional.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Bem lembrado!

O Orador: Eu ainda sou do tempo em que se recebiam listas da Segurança Social com nomes para auditarmos em baixas clínicas e que o mesmo nome aparecia quatro meses seguidos. É isto que eu não quero que volte a acontecer e a minha intervenção é nesse

sentido. Eu não quero que volte a acontecer situações de nós recebemos listas dos centros de saúde sem saber porque é que as recebemos, ou sem qualquer critério. Por isso é que eu falo, Sr. Deputado, que é preciso criar critérios claros sobre a convocatória aleatória para as juntas médicas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase no debate, contrariando, de certo modo, as intervenções iniciais, o PSD, o CDS-PP e o PPM querem fazer crer que não há, com esta proposta, nenhum tipo de tentativa persecutória de duas classes profissionais. Perceberam o imbróglio em que se meteram.

O PSD, pelos vistos, não percebeu. O CDS-PP e o PPM agora querem tentar justificar o injustificável.

Dizer que não há aqui uma atitude persecutória é, de facto, inacreditável.

Aliás, como já foi aqui referido, o facto de se anunciar um conjunto de inspeções a um setor concreto, que é o setor da educação e a duas classes profissionais, em concreto, é a clara prova de que há esta intenção persecutória. A intenção de criar esse clima de suspeição.

Isto é evidente e mais claro do que a água. Não há nenhum indício, não há nenhuma prova, não há sequer dados que permitam comparar o número de baixas. Nós não podemos comparar o número de baixas no setor da educação com outro setor qualquer da administração pública, ou do setor privado, muito menos a sua evolução ao longo dos anos. E muito menos a relação que isso tem com a média de idades, com a saúde das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não quer saber, não quer conhecer, não quer saber nada.

O Orador: Querem simplificar com a intenção clara de perseguir um conjunto de pessoas, querem simplificar aquilo que é complexo e aquilo que é sério.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas perseguir o quê?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é mentira. Que horror!

O Orador: Ora, esta atitude persecutória, infelizmente, não diz respeito e não parte apenas do CHEGA, porque, infelizmente, ela está muito mais enraizada e chegou ao topo da hierarquia.

Passo a explicar, a 9 de dezembro de 2024, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não explique, não é preciso.

O Orador: ... o Sr. Presidente do Governo deu uma entrevista à RTP-Açores – que segui com muita atenção – em que lhe é perguntado pelo jornalista que conduz a entrevista, o seguinte: “Porque é que é incapaz o Governo de resolver a falta de assistentes operacionais nas escolas?” Esta foi a pergunta. E qual foi a resposta? Vou citar: “O que acontece é que há um absentismo laboral, que espero bem que não seja fraudulento, que provoca distúrbio.”

Ora, quando é o próprio Presidente do Governo Regional a lançar a suspeita ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas qual suspeita?!

O Orador: ... de que os trabalhadores da administração pública têm baixas fraudulentas é porque o CHEGA já está na presidência do Governo e o PSD, o CDS-PP e o PPM deviam ter vergonha de apoiar um Governo que tem um Presidente que diz uma coisa dessas.

Deputado Paulo Chaves (PSD): O senhor devia ter vergonha do que diz!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário, para uma interpelação, faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** Para um protesto na medida em que...

Aparte impercetível.

"a vergonha de ter um Presidente do Governo". Não sei se lhe chega a esta expressão.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, os portugueses e os açorianos estão cansados desse tipo de vocabulário, desse tipo de ataques às pessoas. De ouvir dizer que os senhores têm de ter vergonha de terem um Presidente assim. Portanto, Sr. Deputado, eu não posso aceitar que V. Exa. se dirija nestes termos.

Dirigindo-se nestes termos, obviamente eu tenho de lhe chamar à atenção que, da nossa parte, nós não vamos, de forma nenhuma, seguir nesse caminho. O caminho do insulto, o caminho de tentar aqui desprestigiar uma pessoa, em relação a uma determinada posição política que ele tomou. Aliás, numa posição política que V. Exa. não poderia ter concluído o que concluiu, na medida em que disse que, se existirem situações irregulares, essas situações têm de ser debatidas. Isso é um tipo de expressão que serve para as questões das baixas, como serve para qualquer outro campo de atividade humana. Há sempre situações em que legalidade não é cumprida. Por isso, não vamos agora atacar um Presidente do Governo, nos termos em que V. Exa. utilizou de vergonha. Nós temos muito orgulho de ter como Presidente, este Presidente do Governo, ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

... temos muito orgulho de o ter como Presidente do Governo e das políticas que têm desenvolvido a favor dos Açores.

Há muita, muita gente que está numa situação melhor, em relação à sua vida. Há muita, muita gente que estava desfavorecida. Há muita, muita gente que melhorou as suas condições de vida com a presidência deste Presidente do Governo.

Portanto, Sr. Deputado, eu peço-lhe para retirar a expressão em causa. Da nossa parte, nunca diremos que o Bloco de Esquerda deveria ter vergonha de ter esse Deputado. Pode ter a certeza de que não vamos por esse caminho e eu pedia-lhe que retirasse a essa expressão.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor já disse coisas bem piores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu retiro essa expressão quando o senhor retirar a acusação que fez e a qual eu não esqueço, que eu tinha as mãos sujas de sangue pela morte de milhares de pessoas. Quando o senhor retirar essa expressão que fez nessa acusação, em plenário, à frente de toda a gente e que nunca teve a decência de retirar, nem sequer de pedir desculpa, eu retiro a expressão. Retiro a expressão quando o senhor retirar a acusação de que eu tinha as mãos sujas de sangue.

Ruído na Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Nunca pediu desculpa por aquilo que disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Isso não é verdade!

O Orador: É verdade, está registado nos diários das sessões.

E Sr. Secretário, eu cito mais uma vez o que disse, quando questionado sobre porque é que o Governo é incapaz de resolver a falta de assistentes operacionais nas escolas, o Presidente do Governo respondeu e cito: “o que acontece é que há um absentismo laboral que espero bem que não seja fraudulento e que provoca distúrbio.”

Se isso não é levantar uma suspeita infundada, eu não sei o que é.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto o debate se manteve no plano técnico, houve aqui uma ampla maioria que abrangia, inclusivamente, o PPM e o CDS-PP. Todos entendiam que, no plano técnico, havia aspetos a censurar nesta proposta e neste projeto de resolução.

Havia dúvidas, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Quais dúvidas?! O senhor é que está com dúvidas!

O Orador: ... havia questões que tinham de ser clarificadas. Havia aspetos que mereciam algum tipo de reparo, por parte do CDS-PP e do PPM. Enquanto a questão se manteve no plano técnico, houve aqui uma larga maioria que, no fundo, apresentou críticas legítimas e corretas a esta iniciativa do CHEGA. Assim que o debate se colocou no âmbito político, prontamente, o CDS-PP e o PPM fizeram questão de vir aqui ao debate recuar naquela que era a sua posição inicial, porque, no fundo, sentiram a necessidade de justificar o porquê de um voto favorável a esta iniciativa, quando, no plano técnico, apresentaram um conjunto imenso de dúvidas.

E a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras citou o Sr. Presidente do CDS-PP, mas também, tal como eu tinha feito na minha intervenção e fiquei a meio, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras também ficou a meio, porque não leu a totalidade do que foi dito. Foi dito

o seguinte: “Não posso, à partida, dizer que há baixas fraudulentas, como a Sra. Inspectora Regional da Saúde acabou de dizer.” Portanto, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional criticou a postura da Sra. Inspectora Regional da Saúde que foi secundada pelo comunicado da Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E o que é que tem? Responda-me o que é que foi em 2011?

O Orador: ... que poucas horas depois veio dizer que: “Vai haver uma aposta no combate às baixas fraudulentas no âmbito escolar.”

Vamos recuar a 2011, porque há sempre necessidade de recuar quando se está a perder o debate do presente e a perder o debate do futuro e, portanto, sentem necessidade de recuar a 2011 e questionar-me a mim, que à época tinha 19 anos sobre qual era a minha postura então.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas já era *jotinha*.

O Orador: Se, à época, a oposição deste Parlamento não teve a coragem e não ousou confrontar o Governo Regional por aquela que era uma atitude, em nosso entender, errada, não vai ser por isso que, hoje, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quando está perante uma atitude persecutória do Governo Regional a professores e a pessoal não docente, calará.

Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

Não será por isso que nos calaremos neste momento e, ao contrário do CDS-PP, nós temos objeções a esta iniciativa e porque temos objeções a essa iniciativa, votaremos contra e não teremos uma postura, ...

Presidente: Sr. Deputado, José Toste.

O Orador: ... como aquela que foi a do CDS-PP e a do PPM de criticarem esta iniciativa, ao mesmo tempo que vão votar favoravelmente.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça o favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado António Lima, é verdade, o CHEGA está aqui a perseguir. É verdade, sim senhor.

Estamos a perseguir a fraude. Estamos a perseguir quem prevarica. É isso que nós estamos a perseguir.

Deputado José Sousa (CH): E quem não quer trabalhar.

A Oradora: É isso que nós estamos a perseguir.

Estamos a perseguir quem não quer trabalhar, quem quer ir de férias à custa do dinheiro dos contribuintes. É isso que nós estamos a perseguir.

O que o senhor disse – a meu ver e hoje já se falou sobre isso – é que é o verdadeiro discurso de ódio. Ódio contra quem trabalha, ódio contra quem desconta, ódio contra quem paga impostos, ódio contra as empresas, ódio contra quem cumpre a lei. Aquilo que o senhor nos diz é que nós andamos a perseguir pessoas; nós só andamos a perseguir a verdade.

Mas, eu até percebo o desconforto de algumas bancadas que até nem estão contra a proposta, estão contra o CHEGA, porque o CHEGA é o único que vem aqui e mete o dedo na ferida e não tem medo de falar dos problemas e de falar de frente e até apresentar algumas propostas para tentar corrigir essas situações.

O PS, por sua vez, parece que quer limpar o passado, quer esquecer as coisas que já aconteceram. Em 2011 e em 2012, fiscalizou 700 professores. Nesta altura, não foi uma perseguição aos professores! Hoje é que já é uma perseguição!

Deputada Inês Sá (PS): E a Sra. Deputada onde é que estava em 2011?

A Oradora: Srs. Deputados, não pode haver dois pesos e duas medidas, têm de ser coerentes. Ora, era no passado e é agora. Ora, então, se não era no passado, também não é agora.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para fazer aqui uma precisão, ainda em relação ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima, que justificou a palavra *vergonha* para o Presidente do Governo com uma frase que ele próprio leu e que não diz e que não pode interpretar da forma como interpretou.

Em segundo lugar, pergunto-lhe, o que é que soma ao debate cada vez que se utiliza este tipo de expressões, dirigido a outros políticos e outras pessoas, dizer: “Deviam ter vergonha do Presidente que têm?” O que é que soma, em termos de racionalidade e de civilidade que devemos ter entre todos?

E a terceira questão é, então, Sr. Deputado, diz V. Exa. que eu uma vez lhe disse isso.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não foi só uma vez!

O Orador: Para já, não foi a si que lhe disse. V. Exa., que eu saiba, não foi o responsável por esse tipo de atitudes, (obviamente nem sequer era nascido), mas eu fiz uma referência num determinado contexto histórico, em relação à sua ideologia. Mas, vamos imaginar que o teria dito – coisa que não aconteceu – diz V. Exa.: “o senhor

disse que eu era uma vergonha.” Agora, eu digo-lhe e respondo: que culpa é que tem o Presidente do Governo de eu lhe ter feito uma afirmação desse tipo? Qual é a culpa que carrega por eu ter dito alguma vez uma expressão que V. Exa. utilizou nesse sentido? O que eu quero apelar novamente, Sr. Deputado, é que é importante, até tendo em conta o que está a acontecer neste país e na Região e tendo em conta o que a sociedade nos pede a todos, abolir esse tipo de expressões, quando são expressões dirigidas a outras pessoas que não estão presentes.

Deputada Inês Sá (PS): Usada todos os dias e bem pior do que isso!

O Orador: É preciso dizer que não está cá porque está no Conselho de Estado. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Toste, gostava de falar da situação que estávamos aqui ...

Ruído na Câmara.

Presidente: Faz favor, Sra. Deputada.

Está a ser difícil para todos fazerem as vossas intervenções. Eu apelo à serenidade.

Faça favor, Sr. Deputada.

A Oradora: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Toste, não posso deixar de dizer que quando fala de irmos buscar a situação de 2011 ou 2012, Sr. Deputado, vamos buscar porque é uma situação exatamente idêntica ao que estamos aqui todos a falar.

Deputado José Miguel Toste (PS): Não, não é.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É pior e já lhe digo.

A Oradora: Depois disse, relativamente a esta matéria, que censurámos a iniciativa. Não, Sr. Deputado, nós deixámos alguns alertas para aquilo que tem sido o debate. Eu até referi, quer em Comissão, quer aquilo que tem sido dito, no âmbito da discussão desta matéria. Eu não censurei a iniciativa e pode ver o diário de sessões, que terei muito gosto em sinalizar e enviar-lhe. Foi isto que eu disse.

Relativamente à iniciativa em si, até vai exatamente ao encontro daquilo que eu disse, porque fala em “alegadamente fraudulentas.” E é este o discurso que deve ser feito “alegadamente fraudulentas”, porque ninguém que está nesta Casa pode atestar não sei quantas mil baixas que existem e se serão fraudulentas, ou não são. E é isso que está na iniciativa, relativamente aos professores, a título de exemplo.

Portanto, eu não censurei o que estava na iniciativa, o que eu disse foi que era preciso ter cuidado com o discurso que se fazia, quer no âmbito do trabalho de Comissão, quer daquilo que foi feito e não em relação a todo o resto.

Deputado Pedro Neves (PAN): Qual é o título da iniciativa?

A Oradora: Só para finalizar – muito rapidamente, que o meu tempo já terminou – só dizer uma coisa, agora temos uma nova retórica do Partido Socialista ...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: ... só existe Partido Socialista depois do Sr. Deputado José Toste ser deputado, porque antes não existia Partido Socialista; só depois do Sr. Deputado ...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi desligado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, nesta fase do debate, de deixar as seguintes notas: aquilo que se vai fazer, no âmbito do plano de atividades da inspeção – que é completamente diferente e à parte da iniciativa que estamos aqui a discutir e isso convém ser lembrado – é que se vai avaliar, fiscalizar, não um setor inteiro, isso é completamente falso, é uma amostra. É impossível nós conseguirmos fiscalizar toda a gente e aquilo que a Inspeção Regional vai fazer é o mesmo que a Inspeção Geral de Atividades em Saúde (IGAS) faz, a nível do continente. Não é nada inédito. Muitas vezes nós até conseguimos perceber o que é que é a atividade do IGAS, conseguimos perceber qual é o benefício dessas atividades e podemos e devemos adaptá-las à Região. Portanto, se houvesse aqui má-fé da Inspeção Regional da Saúde, a Inspeção Regional simplesmente atuava, nem sequer comunicava no seu plano de atividades que iria fazer este tipo de ação. Portanto, se houvesse aqui má-fé, não havia esta comunicação. Mas não. De forma transparente, no plano de atividade que é proposto à tutela, e homologado por mim, esta ação está lá inscrita, ao contrário daquilo que foi feito em 2011. Recordo bem que, em 2011, nem sequer havia o Partido CHEGA, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária é a defensora do CHEGA.

A Oradora: ... portanto, não havia aqui esta retórica da fraude, da instigação, da perseguição, como se só houvesse aqui esse discurso do mal, do horror, do terror levantado para este partido.

Em 2011, — ao contrário daquilo que o Sr. Deputado estava a dizer que não havia inspeção — no dia 13 de outubro de 2011, por despacho do Sr. Secretário Regional da altura foi determinada à Inspeção Regional da Saúde a realização de uma ação extraordinária, portanto, foi algo que nem sequer constava do plano de atividade.

Portanto, se vamos aqui falar em má-fé, se vamos aqui avaliar as atitudes de quem faz estas ações, fica bem explícito nesta Casa: a Inspeção Regional, de forma transparente, inscreveu, no seu plano de ações, a atividade que vai fazer a uma amostra deste setor.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Uma atividade inspetiva extraordinária é má-fé?

A Oradora: Ao contrário daquilo que fez o Partido Socialista. O Sr. Deputado quer aqui fazer parecer que nada teve a ver, porque não estava na Região, quando se calhar na altura já tinha algumas responsabilidades no âmbito das juventudes partidárias e, portanto, não se pode pôr à margem de tudo aquilo que é dito, porque efetivamente foi o Governo do Partido Socialista, que o senhor representa nesta Casa, que denotou e que levou em frente uma ação extraordinária aos professores e ao ambiente escolar. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Paulo Margato, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM não aceita, nem precisa de lições de moral do PS. O que é político, é político. O que é técnico, é técnico. Quanto à parte técnica, mantém-se disponível para lhe dar esclarecimentos, mesmo depois deste debate – que fique bem claro – para que possam, de facto, falar com precisão e de acordo ao legislado.

Aproveitando, ainda há pouco, o intervalo, fui ver algumas notícias que foram expostas e, de facto, continuo a dizer que a palavra utilizada de “baixas fraudulentas” é forte, mas, em momento algum, esta resolução tem como intenção perseguir ninguém,

nenhuma classe profissional, ou atirar açorianos contra açorianos, como foi muito bem dito aqui.

Deputada Délia Melo (PSD): Exatamente!

O Orador: A fiscalização é base da sustentação do Sistema Regional de Saúde e da Segurança Social. Encaremos isso como uma realidade.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O rumo que este debate tomou acabou por se transformar num debate autocentrado, em que a discussão é saber onde é que estava eu em 2011.

Ruído na sala.

E, portanto, deixe-me que lhe diga, Sra. Secretária, em 2011, nem era militante do Partido Socialista, nem era militante da Juventude Socialista, nem tinha qualquer tipo de responsabilidade.

Mas, em 2011, já existia Partido Socialista. Aliás, em 2011 e durante 24 anos, o Partido Socialista sempre teve uma relação com o CDS-PP e, no início deste debate, recordou o CDS-PP de outros tempos, ...

Deputada Catarina Cabaceiras (CDS-PP): E tem, Sr. Deputado. Não tenha saudades.

O Orador: ... o CDS-PP em que havia sensatez, em que havia um discurso de proximidade com aqueles que eram os valores da social-democracia e do socialismo democrático.

Mas o Partido Socialista não surgiu agora, o Partido Socialista tem uma história da mesma forma que o CDS-PP e o PSD, também à época, eram oposição. Se, enquanto oposição, não tiveram capacidade de se levantar contra algo que consideram agora censurável, não vai ser por isso que o PS agora não tem legitimidade para o fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, houve uma dispersão que, em nada beneficia a clareza do debate.

Se a Sra. Secretária Regional diz, perante esta Câmara, que o que releva é avaliar o comportamento dos clínicos e dos médicos que passam estes certificados de incapacidade temporária para o trabalho, se é esse o objetivo, a pergunta que lhe faço é: qual é a relevância da profissão a quem foi passado este certificado? Porque é que releva ser professor? Porque é que releva ser pessoal não docente? Porque é que este ato de fiscalização que pretende realizar não abrange todos os trabalhadores, não abrange a função pública, de forma geral? Porque é que se foca numa classe profissional?

Mas, voltemos a aspetos técnicos que também são relevantes, que tem que ver com o ponto 3. A Sra. Secretária, na sua primeira intervenção, referiu que haveria aqui uma divergência entre a pressão do Partido Socialista e a pressão que é o entendimento do Governo, que tem que ver com uma recomendação para que cada departamento do Governo crie condições à realização de juntas médicas dos respetivos trabalhadores.

Entende o Partido Socialista que a realização de juntas médicas deve ser realizada para todos os trabalhadores de todos os departamentos, por uma única entidade. Nós reconhecemos que a entidade correta não será a unidade de saúde de ilha.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Então quem é? A legislação é do Partido Socialista. Isto é surreal!

O Orador: Aliás, os pareceres que são aqui manifestados por parte dos profissionais de saúde e dos médicos de medicina geral e familiar são no sentido de que deve ser uma entidade externa a realizar estas juntas médicas e nós concordamos.

O que nós não concordamos é que, por cada departamento do Governo Regional, haja uma entidade. Ou seja, a pergunta que se faz, Sra. Secretária, é: no seu entender, por cada Secretaria deve haver a contratação de profissionais para realizarem a junta médica? Por cada entidade do setor público empresarial devem ser contratados profissionais para realizarem essa junta médica? Ou se, no entender do Governo Regional, deve ser contratualizado, pelo Governo Regional, para toda a administração pública regional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Querem ver que ainda vai mudar o sentido de voto?

O Orador ... um conjunto de médicos e de profissionais de saúde para realizarem estas juntas médicas.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, porque não posso deixar terminar este debate sem dizer que aquilo a que assistimos é uma espécie de coligação de esquerda que consegue, num debate só, fazer uma trilogia.

Uma tríade de suspeições: suspeita que o proponente tem más intenções ao fazer o diploma, suspeita das intenções das bancadas que vão acompanhar ou não, levanta suspeições sobre a intenção do Governo, que na verdade, a única coisa que faz é implementar medidas que estão plasmadas nos programas do Governo. Meus senhores, os professores, os profissionais de saúde, todos os açorianos merecem a nossa confiança. Não merecem que a sua credibilidade seja posta em causa.

O Grupo Parlamentar do PSD e o Governo Regional depositam nos professores a sua máxima confiança.

Deputado José Miguel Toste (PS): A sério?!

A Oradora: Aquilo que aqui se pretende — não há nenhuma medida de perseguição — e o que esta iniciativa prevê é um reforço de uma ação inspetiva que decorre da atividade de quem a faz e, como qualquer ação inspetiva, aquilo que pretende é evitar, corrigir irregularidades, evitar más práticas. Portanto, quem está a colocar má-fé no que se pretende aqui fazer são os senhores. Portanto, eu gostaria de referir que, por inerência das suas profissões anteriores, temos muitos professores nesta sala, ...

Deputado José Toste (PS): Há um que saiu!

A Oradora: ... temos muitos professores a nos ouvir, logo, não há qualquer intenção, não houve e continua a não haver nenhuma intenção de perseguir, ou de levantar suspeitas sobre os professores.

Relativamente às superioridades intelectuais, já estamos habituados a ouvir. O Sr. Deputado António Lima não resiste a achar que todos os outros são seres inferiores, a passar atestados de incompetência ao posicionamento e às afirmações...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...e, portanto, da minha parte, lamentavelmente, quem acha que sabe tudo, já está errado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo aqui às questões que foram colocadas, nomeadamente pelo Sr. Deputado José Toste, eu podia devolver-lhe com uma questão, que é tentar perceber o que é que se passou em 2011, que levou a que o então Secretário da altura decidisse avançar com uma inspeção extraordinária?

Deputado João Vasco da Costa (PS): Perguntasse na altura ou faça um requerimento.

A Oradora: Possivelmente, os motivos que levaram a essa inspeção em 2011 são os mesmos motivos que levaram a inspeção a inscrever uma ação ordinária no seu plano de atividades, na medida em que há, efetivamente, um elevado absentismo no setor da educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, sem qualquer tipo de subterfúgios, mais vale assumirmos, perante esta Assembleia, que o motivo é este.

Também quero dizer mais uma vez e vou repetir, o papel da Inspeção Regional da Saúde não versa sobre os beneficiários das baixas. É um trabalho em que o que se pretende é fazer sindicância ao médico. O mesmo que foi feito na ação de 2011 e, portanto, não há aqui qualquer diferença. A diferença é que, em 2011, foi uma inspeção extraordinária; em 2025, é uma ação transparente e inscrita no plano de atividades da Inspeção Regional da Saúde.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A senhora quer dizer que as inspeções extraordinárias não são transparentes?! Menos, também.

A Oradora: Se houvesse má-fé, a Inspeção Regional não publicitava sequer este tipo de ação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não teria divulgado em sede de Comissão. Atuava e pronto, mas não é esse o objetivo e, portanto, fica aqui claro que não há qualquer tipo de perseguição sobre ninguém.

Para terminar, gostaria ainda de dizer que, relativamente ao ponto resolutivo n.º 3 desta ação, muito se tem falado sobre juntas, mas eu gostaria de deixar aqui os números das

juntas médicas feitas em 2024, quer pela ADSE, quer pela Segurança Social, no âmbito de duas alterações que foram feitas a diplomas e que permitiram fazer, durante o ano 2024, nada mais, nada menos que 9071 juntas médicas. Ou seja, por dia, 25 juntas médicas; por semana, 174 juntas médicas. Os médicos que fazem estas juntas são os mesmos médicos que também prestam serviços, no âmbito dos cuidados de saúde primários. É impossível exigir mais a estes profissionais que dão tudo aquilo que tem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não há aqui qualquer atitude de perseguição. Há, sim, uma valorização desta classe, reconhecendo que, no ano de 2024, o número de juntas médicas foi bastante elevado e superou os números de juntas médicas feitas em qualquer um dos anos, de forma retrospectiva.

Portanto, para concluir, o Governo está aqui empenhado em valorizar o papel de qualquer classe trabalhadora. Aliás, este Governo, de forma muito concreta, em relação aos docentes, tem dado provas, ao longo das últimas duas legislaturas, que está do lado da carreira docente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, qualquer outra pessoa que venha aqui dizer o contrário, não está a ser correta, porque são factos, há provas. A carreira docente foi valorizada na Região, como nunca tinha sido valorizada, ao longo dos últimos 24 anos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

É falso que haja aqui qualquer tipo de perseguição sobre os professores desta Região. É totalmente falso!

Da mesma maneira que a carreira médica foi valorizada, ao longo dos últimos 5 anos, como nunca foi valorizada perante o Partido Socialista. Valorizámos a carreira médica, a avaliação de desempenho, a implementação do regime de dedicação plena. Portanto,

os médicos e os professores da Região sabem perfeitamente quem é que está do lado deles.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Secretária Regional.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que os professores e médicos dos Açores sabem, após este debate, é que o Governo Regional não está ao lado deles, mas, nesta questão, coloca-se ao lado do CHEGA e tem uma atitude persecutória para com estes profissionais.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Independentemente das valorizações profissionais e das questões laterais relacionadas com estes profissionais, a verdade é que o Governo Regional, quando opta por fiscalizar um conjunto de baixas, que entende ser fraudulentas, escolhe, deliberadamente, um determinado grupo profissional, escolhe, deliberadamente, os professores e os trabalhadores não docentes das escolas, quando podia ter perfeitamente uma atitude generalizada ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E vai ter.

O Orador: ... e que não apontava o dedo a uma classe profissional.

Deveria ter sido assim e não foi. Mas a Sra. Secretária não respondeu à questão que eu coloquei e que tem que ver com esta proposta do CHEGA, de que as juntas médicas sejam realizadas por departamento do Governo Regional. Ou seja, que recomenda o

Governo a que tome as medidas necessárias para que cada departamento do Governo Regional crie condições à realização de juntas médicas dos respetivos trabalhadores. A pergunta que lhe faço, Sra. Secretária, é: quando aceita esta recomendação, o que está a aceitar é que, por cada departamento do Governo Regional, seja instituída uma junta médica por médicos contratados, por cada um dos departamentos?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Qual é o problema?

O Orador: É replicar estruturas, por cada um dos departamentos do Governo Regional?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Ou se o objetivo do Governo é unificar a contratação de profissionais externos para realizarem todas as juntas médicas?

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo:

Só para contribuir aqui, então, com uma prometida parte técnica. Se levarmos ao rigor da palavra do que é uma junta médica, ela até deve ser feita por médicos da mesma especialidade da doença que provocou a baixa.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Portanto, isto é completamente impraticável.

Deputada Inês Sá (PS): Então vote contra.

O Orador: Temos de encontrar aqui soluções viáveis.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para finalizar a minha intervenção neste debate, eu tenho a certeza de que quem está em casa está a perceber perfeitamente bem tudo o que se está aqui a tratar e percebe perfeitamente bem quais são as intenções do CHEGA e o que é que o CHEGA quer com este com este projeto e sabe perfeitamente bem que não se trata de uma perseguição a ninguém.

Aparte inaudível.

A Oradora: Sr. Deputado, eu já disse, nós estamos a perseguir a fraude, é isso que estamos a perseguir.

Volto a repetir, eu não acredito que haja um médico, um professor, um assistente operacional que esteja preocupado com esse diploma, desde que eles estejam com a sua consciência tranquila.

Deputada Marlene Damião (PS): Então a senhora não ouviu o que disseram os sindicatos.

A Oradora: Se eles estiverem com a sua consciência tranquila, então não me parece que tenham qualquer problema em serem fiscalizados, porque há um ditado que diz: “quem não deve, não teme” e se eles não devem, então não vão temer. Qual é o problema de ser fiscalizado? Também eu, quando estou numa operação STOP, e se eu cumprir com a lei, não tenho problema nenhum em mostrar os meus documentos. Se eu estiver a incumprir com a lei depois, pois então que seja punida. Qual é o problema?

Os senhores têm medo das fiscalizações? Eu não tenho medo de fiscalizações. Se estiver a prevaricar, pois então que seja punida e que se cumpra a lei.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Às vezes, custa-me a acreditar nas coisas que se ouvem nestes debates e este então é, de facto, difícil de acreditar.

Eu não resisto, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, não ia dizer mais nada, mas tive de intervir. Mas, não é exclusivamente para si. Sobre classificações ao Presidente do Governo, ninguém o ganha: desde *O Incinerador*, ao *Coronel da Tropa Incineradora*, o senhor é o campeão nas classificações do Presidente do Governo.

Mas, não é isso que me leva a intervir. O que me leva a intervir é a afirmação do Sr. Deputado Paulo Margato, relativamente ao terceiro ponto resolutivo da resolução, quando diz que é impraticável.

Deputado Paulo Margato (PPM): Inviável.

O Orador: Inviável! Mas, então vai votar a favor da proposta se ela é inviável, como é que o PPM e a restante coligação vão votar a favor de algo que classifica como inviável? Eu não quero acreditar no que estou a ouvir, ao ponto a que chegámos.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado

O Orador: Em que se diz tudo e o seu contrário.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o Governo concorda.

O Orador: E para quê? Para não chatear o CHEGA?! Tenhamos um bocadinho de espinha dorsal.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Paulo Margato. Tem apenas 4 segundos, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Penso que tenho de começar a trazer aqui uns dicionários para distribuir, provavelmente. Impraticável não é inviável.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O PPM esgotou o seu tempo.

Ruído na sala.

Sras. e Srs. Deputados, desta forma, eu não tenho condições para conduzir os trabalhos. Ou os senhores acalmam-se, ou vou interromper os trabalhos.

Credo, que exaltação. Eu invejo-vos essa energia!

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Felizmente, este Governo Regional é diferente dos Governos Regionais do Partido Socialista.

Deputada Marta Matos (PS): Ah sim, não temos nenhuma dúvida disso.

A Oradora: Quer os professores, quer os médicos, sabem bem aquilo que estou aqui a dizer.

Gostaria, para encerrar o debate, de responder ao Sr. Deputado José Toste, porque em certa parte, ele acaba por se contradizer.

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: Ora, se diz que esta é uma ação persecutória aos professores e aos médicos, mas depois vem perguntar qual é a opinião do Governo Regional, se vai replicar as juntas médicas a todos os departamentos do Governo?

Claro que o Governo Regional concorda com essa replicação, porque aquilo que o Governo Regional quer é uma resposta célere a todos os indivíduos que estão em casa de baixa. Portanto, Sr. Deputado, fica bem claro que, se calhar, seria melhor o Sr. Deputado voltar a 2011 e aos bancos da universidade e recapitular algumas das lições que teve nessa altura.

Deputada Inês Sá (PS): Olha a arrogância e o nível!

A Oradora: Para terminar, em relação aos professores, deixe-me só relembrar quem é que tinha aqui uma atitude persecutória. Atitude persecutória tinha o governo socialista quando obrigava os professores a virem à Região, presencialmente, assinar contratos e levou, por exemplo, a que alguns deles ...

Presidente: Tem de terminar, Sra. Secretária.

A Oradora: ... perdessem o seu contrato de trabalho, porque não estavam em condições de se deslocar, ora por estarem de atestado médico, ora por estarem de baixa e inclusive, de licença parental.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem lembrado!

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado José Toste, pede a palavra para?

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Defesa da honra. Às declarações da Sra. Secretária Regional, que afirmou que eu devia voltar aos bancos da faculdade.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Estas declarações da Sra. Secretária demonstram a falta de nível a que se consegue chegar, quando não se ganha o debate neste Parlamento...

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

... ao referir que um deputado eleito pelos açorianos, com assento nesta Câmara, deveria estar, não nesta Câmara a defender os interesses dos açorianos que o elegeram, mas sim nos bancos da faculdade. Não é assim que se debate, Sra. Secretária. Esta foi uma declaração infeliz e peço-lhe, Sra. Secretária, não que se retrate, mas que, nos futuros debates, deixe de ter esta atitude de menorização de quem consigo debate, quando não consegue utilizar os argumentos necessários a ter uma prestação que seja favorável e que defenda adequadamente os interesses dos Açores.

Foi o que ficou demonstrado com este debate. A Sra. Secretária, ao declarar que aposta no combate às baixas fraudulentas em âmbito escolar, toma uma atitude que não valoriza os profissionais do setor das escolas e que não valoriza os médicos. Portanto, quando opta deliberadamente por ter posturas que visam determinadas classes profissionais, não se escude depois no ataque pessoal e na menorização dos Deputados desta Câmara.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para dar explicações, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs., Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero aqui dizer que não considero que seja desprestigiante voltar aos bancos da universidade. Eu própria farei questão de voltar aos bancos da universidade, nem que seja para progredir na minha formação, enquanto médica, eventualmente um doutoramento, ou outro tipo de estudo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Isso não é desprestigiante, Sr. Deputado. Desprestigiante é o Sr. Deputado vir aqui como vem, em todos os debates que perde, chamar a Sra. Secretária de mentirosa. São *n* vezes, para não dizer todas as vezes: *mentirosa, a Sra. Secretária mente, é mentira.*

Deputado José Miguel Toste (PS): Não referi isso, desta vez não.

A Oradora: Já perdi a conta às vezes que o Sr. Deputado e o próprio está a assumir que desta vez não, mas é recorrente, Sr. Deputado, é política, debate de política. Portanto, Sr. Deputado, não pode um dia fazer-se ofendido, porque não é esse o âmbito do debate e não é isso aquilo que nos traz aqui.

E também, Sr. Deputado, deixe-me recordar-lhe, o senhor está a falar em debates, quem é que, infelizmente, nos últimos meses, tomou gosto em trazer esta Casa votos de protesto que visam o Governo e que impedem o Governo de se defender? Isso é ou não uma atitude de quem?

Deputado José Miguel Toste (PS): De vários partidos nesta Casa.

A Oradora: Do Partido Socialista, que recorrentemente traz votos de protesto. Não quer debate político e porquê? Porque, efetivamente, na maioria dos casos, infelizmente, o debate não lhe corre bem.

Portanto, Sr. Deputado, não lhe disse nada que lhe fira a sua honra, nem o seu percurso. Volto a dizer, não é nada desprestigiante voltar aos bancos da faculdade. Irei voltar, seguramente, para concluir a minha formação.

Para terminar, Sr. Deputado, ficou provado – digo e volto a repetir – o Governo Regional está do lado dos professores e isso incomoda o Partido Socialista, porque, durante 24 anos, nunca esteve ao lado dos professores. O Governo Regional está do lado dos médicos e isso incomoda o Partido Socialista, porque, ao longo de 24 anos, o Partido Socialista nunca esteve ao lado dos médicos. O Governo Regional está do lado da Inspeção Regional da Saúde, porque está a dar condições à Inspeção Regional da Saúde para aumentar a fiscalização. Desde já, passou de quatro para seis inspetores. Até ao final do primeiro semestre teremos mais três e até ao final do ano, se tudo correr bem, teremos também mais três. Portanto, fica aqui provado quem é que faz o seu papel, quem é que está do lado de quem. Infelizmente, o Partido Socialista, no debate, não consegue provar isso, está apenas a replicar aquilo que fez ao longo de 24 anos na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 25/XIII, Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 25/XIII foi aprovado com 19 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, com 20 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Olivéria Santos, para uma declaração de voto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Acreditamos que a aprovação deste diploma que trouxemos aqui a esta Assembleia, hoje, é um contributo importante do CHEGA e um passo importante para o combate à fraude e para a correção de um problema que era falado e visto por todos.

Acreditamos que quem aprovou este diploma está do lado da verdade. Quem não o aprova não está do lado da verdade.

O que nós aqui fizemos, hoje, foi dar resposta ao que pedem, todos os dias, os açorianos que trabalham e que pagam os seus impostos.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos então passar à ao ponto seguinte da nossa agenda, Projeto de Resolução n.º 29/XIII - Comissão Eventual de Inquérito ao funcionamento do Serviço Regional de

Saúde, nomeadamente ao processo de recuperação e retoma dos serviços no Hospital do Divino Espírito Santo, na sequência do incêndio ocorrido a 4 de maio de 2024. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para apresentar a iniciativa, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputado Flávio Soares (PSD): Ui, a Sra. Presidente do Grupo Parlamentar é que vem apresentar a proposta.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O incêndio ocorrido no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada, a 4 de maio de 2024, representou um momento de enorme gravidade, com impactos diretos na capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde e na prestação de cuidados aos açorianos.

Desde essa ocasião, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no âmbito do trabalho parlamentar e político, promoveu diversas diligências para acompanhar as respostas à situação de catástrofe e esclarecer as decisões tomadas, nomeadamente através da realização de sete audições parlamentares, do envio de requerimentos ao Governo Regional — alguns deles até hoje sem resposta —, visitas ao Hospital do Divino Espírito Santo e, inclusivamente, da promoção de um debate de urgência.

A verdade é que o acompanhamento promovido, ao invés de clarificar, adensou as dúvidas quanto às sucessivas decisões tomadas após a catástrofe, em particular, a opção pela construção de um hospital modular, em vez da concentração de esforços na reabertura do Hospital do Divino Espírito Santo, que, segundo diversas personalidades, incluindo médicos, engenheiros e administradores da unidade de saúde, à data do incêndio, seria a melhor opção.

Continuam por esclarecer, até hoje, a adequação, a eficácia, a celeridade das medidas adotadas para assegurar a reposição da normalidade na prestação de cuidados de saúde na maior unidade hospitalar da Região Autónoma dos Açores e persistem dúvidas quanto ao processo de decisão e adjudicação de infraestruturas provisórias e de

equipamentos, nomeadamente no que diz respeito aos critérios utilizados, à transparência dos procedimentos e à sua sustentabilidade financeira.

Perante estas dúvidas, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que cabe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fiscalizar a atuação do Governo Regional e garantir que todas as decisões tomadas foram revestidas pelos princípios da boa gestão, da legalidade e do interesse público.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista anunciou, a 30 de janeiro, a intenção de apresentar, a esta Assembleia, uma proposta de resolução com vista à criação de uma Comissão de Inquérito ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente ao processo de recuperação e retoma dos serviços do Hospital do Divino Espírito Santo, na sequência do incêndio ocorrido a 4 de maio de 2024, que concretizou no dia imediatamente seguinte.

A proposta de constituição da Comissão de Inquérito, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, integra, com direito a voto, deputados de todos os grupos e representações parlamentares e tem por objeto avaliar todas as decisões tomadas na sequência do incêndio do HDES; analisar a adequação das medidas de gestão de crise adotadas; investigar a eficiência dos procedimentos internos, bem como avaliar as causas do incêndio; avaliar o impacto das decisões políticas sobre a acessibilidade dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde, designadamente a cirurgias, consultas e exames e tratamentos; avaliar o desempenho do Governo Regional e demais intervenientes na condução de todo o processo, designadamente quanto ao cumprimento dos princípios da imparcialidade, transparência e cumprimento da legalidade na retoma, reconstrução e investimentos adicionais; analisar o processo de construção do hospital modular e os equipamentos nele instalados; analisar os impactos financeiros decorrentes das decisões tomadas e avaliar as opções de financiamento para o investimento em causa, incluindo a possibilidade de comparticipação do Governo da República, de modo a garantir a sustentabilidade e viabilidade da decisão tomada.

Perante o anúncio da iniciativa, por parte do Grupo Parlamentar do PS, a coligação apressou-se a dar entrada de uma Comissão de Inquérito com carácter potestativo, ou seja, de constituição obrigatória, excluindo metade dos partidos com assento parlamentar e limitando as matérias alvo de apreciação e escrutínio.

A Comissão Potestativa da coligação e do CHEGA já foi instalada. Já decidiu o seu regulamento de funcionamento e impôs um limitado questionário indicativo.

Se dúvidas houvesse, as primeiras decisões tomadas foram já reveladoras de que a vontade da coligação e do CHEGA, mais do que esclarecer, é dificultar o escrutínio.

Apesar dos entraves, que são públicos, ao funcionamento da Comissão e das dificuldades já evidentes ao apuramento da verdade, as regras legais impõem que não podem prosseguir duas Comissões de Inquérito com objetos iguais. Apesar das diferenças identificadas, inclusivamente pelo Presidente da Assembleia, apesar da falta de cumprimento de palavra, por parte de alguns dos intervenientes, sobre a inclusão das matérias não coincidentes, apesar de tudo, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que não seria benéfico para este Parlamento a existência de duas Comissões de Inquérito Parlamentares, em simultâneo, sobre assuntos relacionados. Por esse motivo, com responsabilidade e sem abdicarmos de fiscalizar a ação governativa, nos termos regimentais aplicáveis, vimos requerer a retirada imediata da presente proposta de resolução.

Ao contrário de outros, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da Assembleia, o que nos move não é o impedimento do escrutínio, não é a opacidade das escolhas, também não é o engano, a mentira e a falsidade; responsavelmente, nós sabemos que aquilo que se passou no HDES, no passado dia 4 de maio, é de uma gravidade extrema. Coloca em causa cuidados de saúde, não só às pessoas de São Miguel, mas também a todos os açorianos.

Ainda assim, e como diz o nosso povo: “atrás de tempo, tempo vem”, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manter-se-á atento e vigilante, cumprirá o seu papel na Comissão de Inquérito que foi criada e atuará quando e sempre entender necessário.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A iniciativa está retirada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para a defesa da honra da bancada, Sr. Presidente, atendendo a: “Dificultar o escrutínio e impor vontades, mentiras e falsidades.” Não é que fosse necessário justificar porque toda a gente ouviu.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado,

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós criámos uma Comissão de Inquérito para esclarecimento cabal de toda a verdade sobre o que se passou antes e após e durante — já agora — o incêndio no HDES e devo dizer que, na aprovação do questionário indicativo desta Comissão — que é um questionário indicativo, não é limitativo, é indicativo para aqueles que vão às Comissões de Inquérito responder — ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas a partir do momento em que existe.

O Orador: ... o mesmo foi aprovado por unanimidade e, para além disso, quem alguma vez faltou à verdade, faltou ao compromisso e não disse a verdade relativamente a este assunto foram aqueles que se comprometeram a retirar esta Comissão de Inquérito, caso estivesse presente no questionário ou nas conclusões, ou na reunião preparatória da Comissão criada pelo PSD, as referências às duas questões que sobravam da Comissão proposta pelo PS e depois disso ser incluído, ...

Deputado José Eduardo (PS): Não foi incluído.

O Orador: ... de não haver quaisquer dúvidas, quer quanto ao financiamento, quer quanto aos impactos financeiros, o Partido Socialista faz este número de não retirar a Comissão, de vir aqui e de procurar que mais ninguém fale sobre este assunto.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para dar explicações, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em momento algum, Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu me dirigi a V. Exa. ou à sua bancada parlamentar. O senhor sentiu-se ofendido, eventualmente, porque considerou que algumas das afirmações correspondiam exatamente à verdade e àquilo que move o Grupo Parlamentar do PSD, nesta matéria em particular. Mas em momento algum eu me dirigi a V. Exa e terá oportunidade, quando ler o que aqui foi dito de, exatamente, confirmar aquilo que eu disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora disse “o PSD e o CHEGA.” Não sei a que PSD se refere.

A Oradora: Agora, essa sua defesa da honra permite-me clarificar aqui alguns dos aspetos. Sr. Deputado, fugir ao escrutínio é não garantir a representatividade e a proporcionalidade numa proposta de Comissão de Inquérito com carácter potestativo. Apenas metade dos partidos com assento na Assembleia tem assegurado assento nessa Comissão.

Outro aspeto, Sr. Deputado, diz o Sr. Deputado que o questionário indicativo foi aprovado por unanimidade. Sr. Deputado, não esteve atento com certeza, mas eu estive,

do início ao fim da votação das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, que foram na sua larguíssima maioria rejeitadas pelo PSD e pelo CHEGA. Mais de 80 % das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram rejeitadas pela coligação e pelo CHEGA.

Este aspeto não é de somenos relevância, é de grande relevância. Quando nós dizemos que fugiram ao escrutínio e que houve quem não cumprisse a palavra dada, a propósito da inclusão das matérias que não estavam, é porque nós propusemos quesitos específicos sobre o financiamento e a verdade é que essas propostas, apresentadas pelo PS, foram rejeitadas pela maioria com assento na Comissão e este aspeto é muito relevante.

É verdade que o PSD fez uma nota e que nós não a desmentimos. Na verdade, para quê? Foi visto por todos aqueles que têm interesse nesta matéria que a Sra. Deputada Délia Melo, naturalmente, também faltou à verdade quando disse que o questionário indicativo foi aprovado por unanimidade, não é verdade. Mais de 80 %, repito, mais de 80 % das propostas apresentadas pelo PS, inclusive aquelas que diziam respeito ao financiamento, especificamente ao financiamento, foram rejeitadas pelo Grupo Parlamentar do PSD e demais coligação com assento na Assembleia

Deputada Délia Melo (PSD): A senhora está a faltar à verdade. Estão aqui e vai ser distribuído para toda a gente ver!

A Oradora: É, de facto, lamentável. É lamentável que o PSD se tenha apressado a apresentar uma Comissão de Inquérito com o propósito único de fugir ao devido escrutínio de apurar a verdade, de apurar com transparência tudo o que tem a ver com a matéria ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Qual escrutínio?! Tenha vergonha!

A Oradora: ... relacionada com as decisões tomadas após o incêndio do HDES.

É de facto lamentável que tenhamos chegado a este momento e que ainda alguém se tenha levantado para defender a honra, quando a sua honra em momento algum foi vilipendiada.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para solicitar ao Sr. Presidente que distribua, pela Câmara, o questionário indicativo que foi aprovado por unanimidade, na reunião da Comissão de Inquérito ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi por unanimidade!

O Orador: ... ao incêndio do HDES, em que as questões 31 e 32 são coincidentes com as sobranes da Comissão de Inquérito do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não são!!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Será distribuído à Câmara.

Sr. Deputado José Pacheco, para um protesto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA protesta porque esse discurso de ódio contra o CHEGA já começa a ser algo demasiado grave.

Hão de nos acusar das coisas que fazemos e eu penso que não ouvi mal. A Sra. Deputada diz que o CHEGA pediu uma Comissão de Inquérito — eu penso que não percebi mal — o CHEGA não pediu coisíssima nenhuma.

Mas, Sr. Presidente, mais grave do que isto é trazer uma proposta até ao fim do caminho de uma Comissão de Inquérito, ...

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... retirar a proposta e abrir um debate através de protestos.

Vergonha!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, para um contraprotesto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou reler aquilo que tive oportunidade de dizer e clarificar o Sr. Deputado José Pacheco.

Se dúvidas houvesse, as primeiras decisões tomadas foram já reveladoras de que a vontade da coligação e do CHEGA, mais do que esclarecer é dificultar o escrutínio.

E a verdade — e o Sr. Deputado sabe bem disso — é que as Sras. Deputadas presentes na Comissão viabilizaram todas as propostas da coligação e votaram contra quase todas as propostas do PS.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos avançar para o Ponto 10 da nossa agenda. Ponto 10 - Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade Parlamentar para que o Deputado José Paulo Machado Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de arguido.

Este assunto foi analisado pela comissão competente, que emitiu o parecer que foi distribuído às Sras. e Srs. Deputados e emitiu o parecer por unanimidade, no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar depoimento, na qualidade de arguido.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos colocar à votação este relatório.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 11 da nossa agenda foi retirado por deliberação unânime da Conferência de Líderes.

Passamos ao ponto da agenda n.º 12, Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque marinho dos Açores”. Para justificar o pedido de urgência, tem a palavra Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional do Parque Marinho dos Açores, com carácter de urgência, atendendo à necessidade de clarificação, daquilo que foi a votação desta legislação, no passado mês de outubro, antes da entrada em vigor do diploma publicado a 24 de dezembro de 2024.

A proposta apresentada confirma a possibilidade da pesca com a arte de salto e vara para atum em áreas de nível proteção total, uma vez que este é um método de pesca artesanal direccionado a grandes pelágicos, seletivo e que não possui capturas laterais.

A localização geográfica do arquipélago dos Açores e o carácter migratório dos tunídeos, relacionado com a disponibilidade de alimento e com as correntes oceânicas,

fazem com que esta pescaria apresente grandes flutuações nas capturas anuais e uma forte sazonalidade e, por isso, é considerada uma pesca sustentável, na qual o pescador pode selecionar o peixe que captura, evitando peixes mais jovens ou espécies não comerciais, contribuindo assim para a conservação das espécies marinhas.

Apenas a tramitação urgente em comissão desta iniciativa permitirá que a mesma seja analisada e discutida em comissão e em plenário, em tempo útil da preparação e programação da próxima época de safra do atum.

Esta programação atempada é imprescindível para a indústria conserveira, que terá de reprogramar e definir o aumento dos encargos que estarão associados a possíveis aumentos de importações, assim como é extremamente importante que os armadores possam, atempadamente, planear e reorganizar a sua atividade e espécies alvo que irão pescar, que associado à ausência do Plano de Restruturação do Sector das Pescas, poderá ser catastrófico para muitos armadores.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui com toda a frontalidade dizer que a única coisa que é urgente nesta proposta do Partido Socialista é a necessidade de denúncia da razão de ser desta proposta ser feita e por quem é feita.

Peço a todos que nos ouvem, nomeadamente à comunicação social, que averiguem quem é que beneficia diretamente com esta proposta do Partido Socialista, se não alguém que está sentado na bancada do Partido Socialista e que, de forma empresarial, vai beneficiar certamente com esta proposta.

Esta proposta é uma vergonha para este Parlamento. Esta proposta é uma vergonha para esse partido e esta proposta nunca poderá ser aprovada.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Isso é uma vergonha. É o que se chama “perder a cabeça”!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, pede a palavra para?

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Defesa da honra desta bancada.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acabamos de assistir a um momento que só se pode considerar... aliás, já houve uma primeira tentativa a esse propósito, já não é a primeira, esta já é a segunda em que se tenta atacar diretamente um deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

E isto é, no mínimo, lamentável, mas é um padrão. É um padrão revelador do desespero do Grupo Parlamentar do PSD.

É, de facto, uma perseguição pessoal individual a um deputado desta Casa, que como todos os outros 56, mereceu o voto do povo para aqui estar.

Se o Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a possibilidade de aqui estar — como qualquer um de nós — não coloque em causa a possibilidade dos demais, porque a verdade, Sr. Deputado João Bruto da Costa, é que até hoje — eu já tive a oportunidade de dizer isso — nunca ninguém colocou em causa quando professores votam assuntos ligados às escolas, ou à sua própria carreira e profissão; médicos votam situações ligadas à sua profissão; economistas em relação à sua profissão; enfermeiros em relação à sua profissão; jornalistas em relação à sua profissão; polícias em relação à

sua profissão; veterinários em relação à sua profissão. Isto nunca foi considerado um problema para o Sr. Deputado João Bruto da Costa, só é considerado um problema em relação a um único deputado desta Casa. Isso é, no mínimo, Sr. Deputado João Bruto da Costa, lamentável e sinal de um total desespero do Grupo Parlamentar do PSD.

Portanto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu peço que reconsidere. As afirmações que estão feitas, estão feitas, não podem ser apagadas. Agora, que reconsidere no futuro, considerações desta natureza a propósito dos deputados da bancada do Grupo Parlamentar do PS.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com toda a frontalidade, mais uma vez, sem medo das palavras e sem medo da verdade, esta proposta do Partido Socialista, que quer com urgência permitir a pesca em áreas marinhas protegidas de uma determinada forma de captura, beneficia diretamente a vida empresarial de um deputado da vossa bancada.

E mais, prejudica em muito, mas em muito, o prestígio dos Açores, a imagem dos Açores, a sustentabilidade dos Açores e o futuro da Região Autónoma dos Açores.

E, por isso, eu digo que é vergonhoso os senhores deixarem-se manietar de uma forma tão direta, relativamente aos interesses de alguém para isto ser feito desta maneira.

Da nossa parte, pode ter a certeza absoluta de que estaremos aqui sempre para denunciar.

Não lhe admito nem admito a ninguém que diga que é uma perseguição pessoal.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É, é!

O Orador: Nós não temos a culpa da vida de cada um. Agora, cada um tem de saber que quando se senta nesta bancada, não pode pensar nos seus interesses empresariais, tem de pensar nos interesses coletivos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção e a necessidade desta intervenção prendem-se, obviamente, com o carácter da urgência e implicação e o impacto que poderá ter a breve trecho na pesca do atum.

Daí a necessidade do Grupo Parlamentar do PS e não vou entrar por aí, Sr. Deputado João Bruto da Costa, porque, aqui deste lado, há valores maiores que têm a ver com os interesses da pesca açoriana e que, obviamente, nós não abdicamos, assim como muitas bancadas aqui presentes.

A justificação desta urgência tem a ver com o facto de que a frota atuneira dos Açores acabou há poucos dias, grande parte dela, de iniciar atividade da pesca do atum.

Nós sabemos que a pesca de atum nos Açores, assim como em todo o espaço europeu, é sujeita a quotas, nomeadamente uma das espécies mais valiosas, que é o atum patudo e iniciamos a safra do atum patudo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: A safra do atum bonito que irá ocorrer a partir do mês de junho, julho, e que não está sujeita a quota, poderá ser uma forma de grande parte dos armadores

açorianos salvarem a safra. Essa é uma preocupação, porque estamos a falar de uma espécie migratória que não tem impacto nestas áreas...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... em que o peixe circula, por isso o Grupo Parlamentar do PS apresentou esta urgência. Não com interesse único e pessoal e pessoal de alguém aqui dentro, mas sim com o interesse global de salvar a pesca dos pescadores e armadores açorianos e da indústria conserveira.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sras. Membros do Governo Regional:

Este é um tema demasiado sério para se abordar com leviandade. Já aqui falámos várias vezes sobre este assunto. Queremos, efetivamente, falar deste tema e debatê-lo na Comissão. Queremos ouvir todos os interessados nessa matéria e isso só se faz com tempo, com calma, analisando todos os argumentos. Precisamos ouvir todos os pescadores, todos, bem como as suas associações.

Mas não podemos excluir ninguém, só por causa disso, não podemos acompanhar a vossa urgência.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar contra esta urgência. Eu não vejo urgência, absolutamente nenhuma, mas isto é a minha opinião pessoal e a minha visão política.

Há partidos aqui que usam essa figura regimental para despachar a *coisa* nas comissões. O PS está a fazer, exatamente, o mesmo e eu não vejo urgência nenhuma. Para mim é para votar contra a urgência, votar contra a iniciativa e votar contra este tipo de pensamento, em que temos de abrir exceções daquilo que nós temos de proteger.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN. 20 votos a favor do PS, 1 da IL e 1 abstenção do BE.

Presidente: Os pontos 13 e 14 da nossa agenda já foram tratados. Passamos ao ponto 15 – Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII – “Cria e Regulamenta o Cheque-Dentista”. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA e, para a apresentação da urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

O CHEGA apresenta o Projeto de Decreto Legislativo Regional para operacionalizar o cheque-dentista porque, apesar da Organização Mundial de Saúde preconizar que uma boa saúde oral permite o desempenho de funções essenciais, como comer, respirar, falar, contribui para o bem-estar, autoconfiança e capacidade de socializar e trabalhar sem dor, vergonha e desconforto.

Deputado Carlos Silva (PS): Isto é para beneficiar algum dentista?

A Oradora: Certo é que a saúde oral tem sido um luxo para muitas famílias que não têm condições financeiras.

O objetivo do cheque-dentista é resolver problemas graves de saúde oral dos açorianos identificados pelos seus médicos de família, que não podem ser resolvidos nos cuidados de saúde primários do Serviço Regional de Saúde, pelo seu nível de diferenciação que exige, ou por falta de capacidade de resposta do mesmo.

Solicitamos a urgência na análise em Comissão para assegurar que este diploma, caso seja aprovado por esta Câmara, seja publicado ainda no primeiro semestre de 2025, permitindo a utilização da dotação orçamental do plano de investimento no valor de 200 mil euros.

Esta dotação orçamental de 2025 não é significativa, mas justifica o esforço de todos nós para aproveitar em prol dos utentes, cujo tratamento, em muitos casos, tem um custo equivalente ao seu rendimento disponível anual.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exatamente demonstrando a coerência que estou a tentar fazer, já há alguns meses, o CHEGA tenta, de alguma forma, usar esta ferramenta regimental para conseguir ultrapassar as outras iniciativas.

Não vou perguntar, relativamente a esta urgência, se é pertinente, ou não. É pertinente, mas o problema é como a fábula do “Pedro e o lobo”. Chega mesmo o lobo e vai comer o Pedro, porque há tantas urgências que nós temos do CHEGA que não são urgentes e esta até pode ter a sua pertinência, mas, em termos de coerência, o PAN vai ter de votar contra.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há Pedidos de urgência em Comissão que podem suscitar dúvidas ao Bloco de Esquerda, como foi o caso do anterior, há outros que nós podemos acompanhar. Quando um partido acha que todas as suas iniciativas, ou praticamente todas, são urgentes e que as dos outros não são, há, de facto, um problema e vamos repetir isso todas as vezes que este mecanismo for utilizado pelo CHEGA, enquanto o fizer, de forma reiterada, em praticamente todas as iniciativas.

Para além disso, esta iniciativa pretende, de certa forma, regulamentar uma medida que já está prevista no Plano. Por isso, em termos de urgência, ela é nula, porque já está no Plano e se o Governo não faz é porque não quer.

Por isso, nós não podemos acompanhar este Pedido de urgência.

Mais uma vez, é um Pedido de urgência de uma iniciativa que provavelmente será despachada para a Comissão de Assuntos Sociais. É uma Comissão que tem um volume de trabalho enorme, com um conjunto muito vasto de iniciativas que, naturalmente, precisa de ter tempo para as analisar e que não se pode dedicar apenas às iniciativas do CHEGA, em detrimento de todas as outras.

Isso não deve acontecer. É, de facto, um abuso da figura regimental do Pedido de urgência em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se consideram que 200 mil euros, que se não forem aproveitados este ano, não passam para o ano que vem, não é motivo suficiente para a urgência. Se não for em urgência, só a meados do terceiro ou quarto trimestre é que o diploma fica pronto para ser publicado, nunca mais se consegue operacionalizar.

Eu pedia que, em vez de considerarem os vossos critérios de coerência e eventual retaliação, pensem na saúde oral de quem não pode pagar cuidados de saúde altamente diferenciados.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Creio que não existem mais intervenções. Vamos votar este Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. 20 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O ponto 16 da nossa agenda também foi retirado, em virtude de o Governo ter, entretanto, respondido ao requerimento em causa.

Sendo assim, a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão assim encerrados os nossos trabalhos. Boa noite a todos e bom descanso.

Eram 19 horas e 33 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo **Vieira**
Luís Carlos Correia **Garcia**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)
Paulo Duarte **Gomes**

Partido Socialista (PS)
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

DOCUMENTOS ENTRADOS

1- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 31/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjDLR031.pdf>

Assunto: Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2025-03-11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 32/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjDLR032.pdf>

Assunto: Cria a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional dos Açores (CReSAPRA), procedendo à reforma dos procedimentos de recrutamento e seleção para a Administração Regional Autónoma

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2025-03-11

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2025-04-28;

N.º 33/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjDLR032.pdf>

Assunto: Cria e regulamenta o cheque-dentista

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2025-03-12

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

2- Projetos de Resolução:

N.º 35/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjR035.pdf>

Assunto: Recomenda ao governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2025-03-12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2025-04-11.

3- Petições:

N.º 19/XIII http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti800.pdf

Assunto: 35 horas semanais para todos os trabalhadores açorianos

Proveniência: Vitor Nelson Garcia da Silva

Data de Entrada: 2025-03-10

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão

4- Requerimentos:

Assunto: Objetivos políticos e custos associados à pesquisa e estudo sobre os descendentes dos açorianos que povoaram o Alentejo no século XVIII

Autores: Sandra Costa Dias, Andreia Cardoso, Carlos Silva, Marta Matos, José Eduardo, Lúcio Rodrigues, Dora Valadão, Inês Sá e José Miguel Toste (PS)

Data de Entrada: 2025-03-12

Referência: 54.02.00 – N.º 304/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque304.pdf

5- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Dívidas dos Hospitais à EDA - 2024

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-10

Referência: 54.06.00 – N.º 237/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp237.pdf

Assunto: Doenças oncológicas, rastreio do cancro do pulmão e HPV

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-10

Referência: 54.08.00 – N.º 238/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp238.pdf

Assunto: Governo Regional prejudica municípios açorianos no acesso a fundos comunitários

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-03-13

Referência: 54.02.00 – N.º 252/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp252.pdf

6- Informações:

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XIII (IL) - Que estabelece as normas aplicáveis à utilização e rentabilização do património imobiliário da Região Autónoma dos Açores, até 12 de maio de 2025 e do Projeto de Resolução n.º 27/XIII (IL) - Recomenda ao Governo Regional a realização de um plano estratégico de redução da despesa, até 19 de maio de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025-03-10;

Assunto: of. SAI-GSRAPC/2025/54, com solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de adiamento do prazo de resposta ao Requerimento n.º 258/XIII (PS) - Governo dos Açores deve tornar público com rigor e transparência os relatórios dos trabalhos técnicos do Serviço de Infraestruturas e Equipamentos do HDES, após o incêndio, para conhecimento efetivo dos danos, justificando o atraso da resposta

Proveniência: Paulo Jorge Abraços Estêvão, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025-03-10;

Assunto: Ofício S/047/2025/XIII, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de apresentação no período legislativo de março do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII – Cria a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública Regional dos Açores (CReSAPRA), procedendo à reforma dos procedimentos de recrutamento e seleção para a Administração Regional Autónoma

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-03-11;

Assunto: Ofício S/046/2025/XIII, com solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de declaração de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII – Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-03-11;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de apresentação no período legislativo de março do Projeto de Resolução n.º 35/XIII – Recomenda ao governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2025-03-12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de declaração de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XIII – Cria e regulamenta o cheque-dentista

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2025-03-12;

Assunto: Ofício S/049/2025/XIII, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a transformação de perguntas com pedido de resposta escrita em pergunta oral – Requerimento 252/XIII – Governo Regional prejudica municípios açorianos no acesso a fundos comunitários, a ser inscrita na agenda do período legislativo de março, ao abrigo do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2021/A, de 12 de julho, e do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025-03-12.

7- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-03-11. http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21296.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 50/XVI/1.^a (GOV) - Autoriza o Governo a Transpor Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União - Audição n.º 32/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025-03-11.

Diários:

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário n.º 42/XIII.

Os Serviços da Redação.